



55 anos da ABES no Rio de Janeiro

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Seção Rio



55 anos da ABES no Rio de Janeiro

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Seção Rio

Av. Beira Mar, 216 - Sala 1103
CEP 20021-060 / Centro - Rio de Janeiro / RJ

abesrio.org.br

Realização

ABES Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Seção Rio

Colaboração

Miguel Alvarenga Fernández y Fernández
Hallison Daniel Do Carmo Marques
Rayssa Vogeler Berquó Jacob
Mickaela Midon Da Paixão
Luan de Oliveira Silva
Victor Cittadino

Produção

Mobiliza Comunicação

Apuração: Sandro Macedo, Janaina Marquesini e Isis Torres Munhoz

Pesquisa e levantamento de acervos: Sandro Macedo

Definição de fontes: Miguel Alvarenga Fernández y Fernández e Janaina Marquesini

Entrevistas: Sandro Macedo e Janaina Marquesini

Decupagem: Sandro Macedo, Marina Vaz e Carolina Ribeiro

Iconografia: Janaina Marquesini

Cópias e digitalização de documentos: Carolina Ribeiro

Redação: Janaina Marquesini, Isis Torres Munhoz e Sandro Macedo

Edição Final: Janaina Marquesini

Revisão: Paulo Almeida

Projeto Editorial: Rafael Spoljaric Abicair e Janaína Marquesini

Coordenação de Arte: Rafael Spoljaric Abicair

Fotografias: Arquivo ABES Nacional e ABES-Rio, Arquivo SEAERJ, Hemeroteca Digital, Alex Duarte, Senado Federal, Agência Brasil, Acervos pessoais: Ernani de Souza, José Ricardo Ortigão, Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, Ricardo Lisboa da Cunha, Eliane Pinto Barbosa, Sérgio Pinheiro de Almeida, Isaac Volschan Jr. e Lúcio Henrique Bandeira.

Diagramação: Rafael Spoljaric Abicair

Impressão e Acabamento
Bliss Gráfica

55 ANOS DA ABES NO RIO DE JANEIRO - 1ª ed.
Rio de Janeiro: Mobiliza Comunicação, 2022
147 p.

ISBN 978-85-85199-02-9 55 anos da ABES no Rio de Janeiro



55 anos da ABES no
Rio de Janeiro



Diretoria

Presidente: Miguel Alvarenga Fernández y Fernández

Vice-Presidente: Ana Silvia Pereira Santos

1º Secretário: Joper Padrão do Espírito Santo

1º Tesoureiro: Hallison Daniel Do Carmo Marques

2º Secretário: Karina de Moura Costa Alencar

2º Tesoureira: Mayra de Castilho Bielschowsky

Diretor: Antônio Pereira Monteiro

Diretor: Sergio Pinheiro de Almeida

Diretor: Marcelo Motta Veiga

Diretor: Renato Lima do Espírito Santo

Conselho Fiscal Estadual: Renato Castiglia Feitosa

Conselho Fiscal Estadual: Gandhi Giordano

Conselho Fiscal Estadual: Renatah da Fonseca Correia

Conselho Consultivo: Benito Piropo Da-Rin

Conselho Consultivo: Isaac Volschan Junior

Conselho Consultivo: Marcelo Guimarães Araújo

Conselho Consultivo: Ernani de Souza Costa

Conselho Consultivo: Jorge Luiz Paes Rios

Conselho Consultivo: Rodrigo Santos Hosken

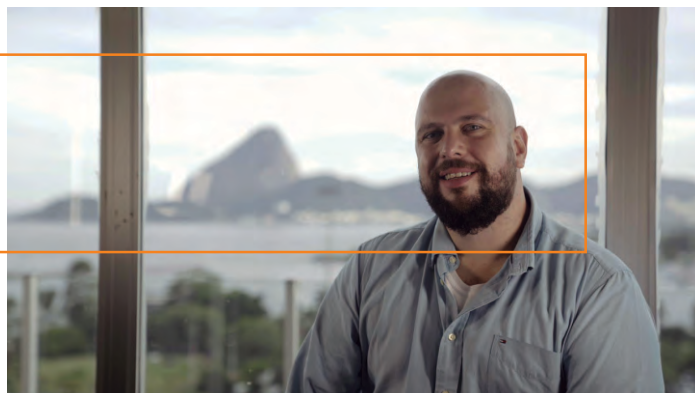
Representante Nacional: Eduardo Pacheco Jordão

Representante Nacional: Miguel Fernández y Fernández



Apresentação

Orgulho do passado,
compromisso com o futuro



Recontar uma história escrita por 55 anos de trabalho árduo por profissionais tão comprometidos não é tarefa fácil. Vejo como uma missão de vida, para elucidar as missões de tantas vidas que nos fizeram chegar até aqui.

Ao longo de todos esses anos, milhares de pessoas entre membros das diretorias, associados, empresários, estudantes e cidadãos da sociedade civil, assinaram capítulos da construção do que hoje é a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, nossa querida ABES.

A ABES chega aos 55 anos, personificando a realidade do saneamento no Brasil, realidade que é síntese de transformações sociais e políticas do nosso país e que nos desafiaram na luta diária para realização dos nossos sonhos.

Tive o prazer de fazer parte dessa história por pouco mais de uma década, como Jovem Profissional do Saneamento, depois como associado atento e nos últimos anos como presidente da regional ABES-Rio. E me sinto honrado e agradecido por ter tido o

privilegio desse intenso - profissional e associativo - que sustentou minha trajetória até aqui no setor de saneamento.

Nos últimos anos, muita coisa mudou no setor. Especialmente no estado do Rio de Janeiro, estamos passando por transformações profundas na forma como trabalhamos o saneamento básico. No entanto, nosso posicionamento sempre será guiado por um propósito: a tão almejada universalização do saneamento.

Ao longo dos registros dessa obra pude aprender que tão importante como avançar, é olhar pra trás, para conhecer nossa história, que nos permite comemorar os acertos e aprender com os erros.

Este livro cumpre o objetivo de contar a história da ABES no Rio de Janeiro com olhar atento aos pilares da fundação da Abes Nacional e enfoque especial para seção ABES-Rio, que seguiu, desde 1975 no esteio do setor de saneamento até os dias de hoje.

Com esse livro, esperamos ter cumprido a missão de prestar homenagens e celebrar a grandeza da ABES como a mais representativa entidade em defesa do setor no Brasil. Espero que tenhamos conseguido.

É com muita alegria que convido vocês a embarcar conosco nessa história. E a todas as histórias contidas nesse livro, a todos aqueles que deixaram um pouco de seus dias para que pudéssemos completar os nossos, meu muito obrigada.

Boa leitura a todos!

Miguel Alvarenga Fernández y Fernández





Sumário



Comitê Guandu-RJ: vinte anos de luta em prol da água (Comitê Guandu)	p. 9
O novo momento do saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro (Grupo Águas do Rio)	p. 10
Uma história de sucesso que celebramos juntos! (Grupo Águas do Brasil)	p. 11
Pensando Água (Aquacon - desde 1983)	p. 12
Jovens Profissionais do Saneamento - pioneirismo em capacitação e estímulo (JPS-Rio)	p. 13
Nossa ABES-Rio querida (Eduardo Pacheco Jordão)	p. 14
Sonhar é preciso (Renato Lima do Espírito Santo)	p. 15
Memória da ABES: o engenheiro e professor Adilson Coutinho Serôa da Motta (Miguel Fernández y Fernández)	p. 16
Capítulo 1 Nasce a Abes com vocação nacional e raízes no Rio de Janeiro	p. 18
Capítulo 2 ABES-Rio: espaço de propositura e de conhecimento	p. 32
Capítulo 3 Pioneirismo para avançar com sucesso	p. 48
Capítulo 4 Uma sede, uma história à parte	p. 62
Capítulo 5 Engenharia sanitária e ambiental em defesa da sociedade	p. 78
Capítulo 6 Associativismo e o espírito de união pelo saneamento ambiental	p. 100
Capítulo 7 Construtores da história	p. 108
Capítulo 8 Com os pés no futuro	p. 128



Parceiros que contribuíram
para o registro dessa memória

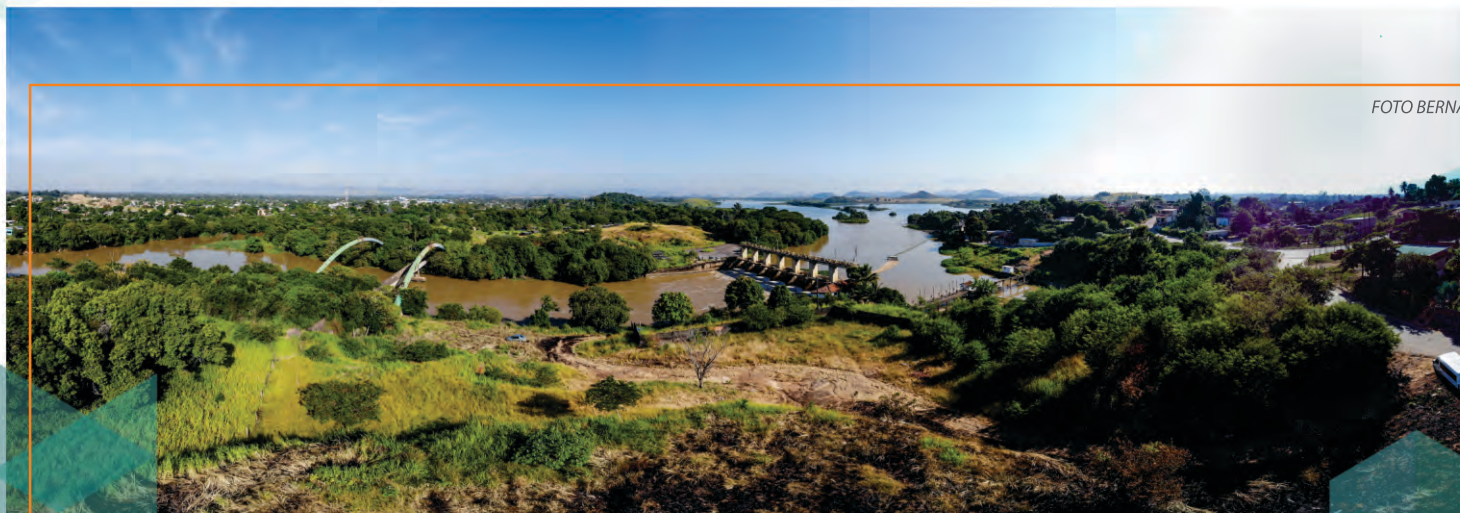


FOTO BERNARDO GOIS

Comitê Guandu-RJ: vinte anos de luta em prol da água

Antonio Mendes de Souza Junior, gerência do Contrato de Gestão 03\2010 (Guandu-BIG) AGEVAP

“São muitas histórias para contar, mas o Colegiado quer olhar para frente. Se para o mundo o saneamento é um direito básico fundamental, para o Comitê, é uma missão de vida”.

Criado em abril de 2002, o Comitê Guandu reúne representantes do poder público, da sociedade civil e usuários de água em prol do nosso maior bem natural: a água. Nesse intuito, o colegiado implementa ações, políticas e projetos que visam o ganho ambiental e a melhoria da qualidade e da quantidade de água, para as gerações presente e futura, ou seja, água limpa e abundante para todos.

Trata-se do órgão responsável pela gestão da bacia que abastece cerca de 9 milhões de pessoas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, englobando 15 municípios em uma área de drenagem de aproximadamente dois mil quilômetros quadrados.

E como falamos de um bem natural público e dotado de valor econômico, a gestão é feita de forma

participativa, balizada em estudos técnicos, com efetiva participação dos atores da bacia. Dessa forma, as ações do colegiado já resultaram na conservação e recuperação de cerca de cinco mil hectares de Mata Atlântica, o pagamento de cerca de R\$ 2,5 milhões em PSA, o fomento financeiro de mais de um milhão de reais em pesquisas científicas, e investimentos de cerca de 150 milhões de reais em saneamento, que resultaram em planos municipais de saneamento básico e no programa Sanear Guandu, entre outros.

O Comitê Guandu é um pioneiro na gestão das águas, sendo o primeiro do Estado a elaborar um Plano Estratégico de Recursos Hídricos, atualmente uma das maiores fontes de dados da região hidrográfica, e o único a enquadrar trechos dos rios em sua bacia.

Nesses vinte anos, são muitas histórias para contar, mas o Colegiado quer olhar para frente. Se para o mundo o saneamento é um direito básico fundamental, para o Comitê, é uma missão de vida.

O novo momento do saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro

Alexandre Bianchini, presidente da Águas do Rio

Transformar a vida de 10 milhões de pessoas, com o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário em 27 municípios. Esse é o compromisso que a Águas do Rio, uma empresa da Aegea, líder em saneamento básico no setor privado no país, assumiu com a população do Estado do Rio de Janeiro.

Nascemos com o propósito de movimentar vidas e universalizar o acesso ao saneamento básico até 2033, conforme preconiza o Marco Regulatório do Saneamento.

Em uma demonstração de confiança no potencial dos municípios e na força de trabalho do fluminense, serão investidos R\$ 52 bilhões, durante os 35 anos de concessão.

Seguindo um modelo de gestão, baseado em integridade, transparência, eficiência operacional, cumprimento de metas, investimentos responsáveis e alinhamento aos princípios ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa), a Águas do Rio está escrevendo a história desse novo momento do saneamento no Rio de Janeiro.

Uma história intrinsecamente ligada à trajetória e à missão da ABES, de valorizar as melhores práticas de engenharia sanitária e promover mais saúde, qualidade de vida e preservação ambiental.

A Águas do Rio reconhece a Abes como parceira de vital importância no desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado e na concretização de sonhos como a recuperação da Baía de Guanabara, o acesso aos serviços de água e esgoto nas comunidades, diminuindo as desigualdades e promovendo as garantias básicas de cidadania, saúde e dignidade, em consonância aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.



"A Águas do Rio reconhece a Abes como parceira de vital importância no desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado e na concretização de sonhos como a recuperação da Baía de Guanabara, o acesso aos serviços de água e esgoto nas comunidades, diminuindo as desigualdades e promovendo as garantias básicas de cidadania, saúde e dignidade, em consonância aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas".



“Vivemos hoje um momento emblemático, impulsionado pelo Novo Marco do Saneamento, que tem possibilitado investimentos mais robustos para que todos os brasileiros tenham, em breve, acesso a água potável, além de coleta e tratamento de esgoto”.

Uma história de sucesso que celebramos juntos!

Cláudio Abduche, diretor-presidente do Grupo Águas do Brasil

É um prazer imenso participar desta publicação em comemoração aos 55 anos da ABES-RJ, associação que acompanha de perto o desenvolvimento do saneamento básico no Rio de Janeiro e com quem o Grupo Águas do Brasil também compartilha um pouco da sua história neste setor.

Juntos participamos de discussões e colocamos em prática ações importantes para que os serviços de saneamento básico pudessem evoluir no país. Vivemos hoje um momento emblemático, impulsionado pelo Novo Marco do Saneamento, que tem possibilitado investimentos mais robustos para que todos os brasileiros tenham, em breve, acesso a água potável, além de coleta e tratamento de esgoto. Objetivo, aliás, que perseguimos com grande dedicação desde a chegada do Grupo Águas do Brasil em Petrópolis, em 1998.

De lá para cá, ampliamos nossa atuação no Rio de Janeiro e partimos também para São Paulo e Minas Gerais, com um total de 13 concessionárias em 15 municípios atualmente. Em processo de expansão e crescimento sustentável, com a inspiração de

promover mais saúde e cidadania para as pessoas. São, ao todo, mais de 4 milhões de brasileiros impactados pelas nossas operações e que hoje possuem acesso à água potável e ao esgoto tratado - como mostram prêmios e rankings relevantes no país, como o do Instituto Trata Brasil 2022, que mostra o excelente resultado do nosso trabalho contínuo em Niterói, Petrópolis e Campos dos Goytacazes, três primeiros colocados do estado do Rio de Janeiro.

Há ainda uma grande expectativa para o grupo, que permanece ativo no desenvolvimento do mercado. Vencemos, no ano passado, o leilão do Bloco 3 da Cedae e, até o segundo semestre de 2022, passaremos a atender mais 21 municípios fluminenses, incluindo 22 bairros da Zona Oeste do Rio. Cuidaremos do saneamento de 37 cidades no Sudeste. Mais importante do que isso é pensar na universalização dos serviços para uma população que merece – o que nos motiva para continuar investindo em tecnologia, inovação e gestão eficiente.

Pensando água

Desde 1983

A AQUACON® é uma empresa brasileira, independente e especializada em tudo que diz respeito à água.

Está capacitada a elaborar de forma abrangente estudos, projetos (básicos e executivos), diagnósticos, análise de viabilidade econômico-financeira e de risco, operação de unidades e de sistemas, perícias, supervisão obras e operação, owners-engineering, nos seguintes setores:

- Saneamento Básico: água potável, esgotos sanitários, drenagem urbana, lixo.
- Irrigação: captação, bombeamento, adução (canais e tubulações).
- Instalações Industriais: água, esgotos, drenagem, incêndio, gás, tubulações, arquitetura.
- Urbanismo: equipamentos urbanos, projetos viários, plano diretores, paisagismo.
- Barragens e Hidráulica Fluvial: hidrologia, geotecnia, navegação, defesas contra inundações, diagnósticos técnicos.
- Hidráulica Marítima: evolução de litoral, portos, marinas, quebra-mar, projetos de dragagens e aterros, pacotes de gestão portuária..
- Bombeamentos e Turbinamentos: proteção anti-golpe de aríete (com análise dos transientes), lay-out, especificações de válvulas, "penstocks", bombas e turbinas e projeto completo.
- Estudos Tarifários, Diagnósticos e Modelagem Técnico-comercial de Empresas Prestadoras de Serviços Públicos

Multidisciplinar, coordena trabalhos envolvendo cálculo estrutural, eletricidade, instrumentação e controles, de química e bio-ambientais, associados a trabalhos das áreas acima.

Os currículos de seus sócios e colaboradores compõem um notável acúmulo de experiência nos diversos setores de atuação da empresa, no Brasil e no exterior (ver mapa). A AQUACON® participa na construção do estado da arte da hidráulica e suas aplicações.

www.aquacon.com.br



Jovens Profissionais do Saneamento: pioneirismo em capacitação e estímulo JPS Rio

“O JPS Rio almeja continuar o seu protagonismo entre os jovens profissionais, capacitando e desenvolvendo os voluntários com a interação com profissionais experientes, além do estabelecimento e fortalecimento das relações profissionais e pessoais”.

O Programa Jovens Profissionais do Saneamento (JPS) é uma atividade sem fins lucrativos e de desenvolvimento contínuo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Sua fundação ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 2010, para preencher uma lacuna identificada no mercado de trabalho pela carência de jovens profissionais qualificados para atuar no setor de saneamento. Os integrantes são jovens da graduação, formados, pós-graduandos ou profissionais de 18 a 35 anos que buscam fazer a diferença no setor de saneamento e meio ambiente.

O JPS Rio oferece diversas oportunidades de crescimento profissional, com constante troca de experiências, o famoso networking. Além disso, conta com múltiplas ações como cursos de capacitação para

os voluntários, webinars, visitas técnicas, divulgação de oportunidades na área, entre outros, sempre com a temática do saneamento e meio ambiente.

No ano de 2021, o Programa passou por uma reestruturação e desenvolveu suas atividades de forma majoritariamente on-line. Percebeu-se assim, uma vocação do programa em comunicar de forma jovem e acessível assuntos relacionados com saneamento ambiental, com a criação e compartilhamento de conteúdo digital original, além de promover a integração dos jovens profissionais de saneamento nas redes sociais.

O JPS Rio almeja continuar o seu protagonismo entre os jovens profissionais, capacitando e desenvolvendo os voluntários com a interação com profissionais experientes, além do estabelecimento e fortalecimento das relações profissionais e pessoais. Outros resultados são a participação em projetos e estudos técnicos da área, a inserção em programas de jovens profissionais de outros países e a realização de eventos para promoção do programa.



Nossa ABES-Rio querida

Eduardo Pacheco Jordão, dr. eng. ex-presidente da ABES-Rio, ex-vice-presidente Nacional da ABES e da AIDIS

“A ABES-Rio esteve sempre presente na busca da preservação do meio ambiente em nosso Estado”.

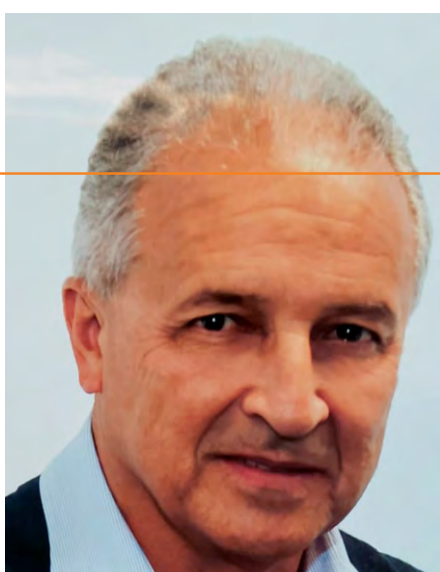
Faz muito tempo, foi em 1985 que assumi a presidência da nossa ABES-Rio querida. À época somente 35% da população brasileira era atendida por sistema de esgotamento sanitário – esse número cresceu após quase 40 anos – é hoje de cerca de 54%, ainda extremamente insuficiente para se considerar o país razoavelmente atendido nesse quesito em particular.

Vale lembrar que nesses anos a população do país também aumentou, e o Governo não conseguiu vencer a “corrida contra o tempo” para atender nossa população de forma mais completa. Não obstante, há um claro esforço para o acesso da população a esses serviços essenciais.

Esse é um dos fatores que leva à desigualdade social em nosso país, e foi com o espírito de trabalhar em prol do próprio setor de saneamento e meio ambiente que decidi dedicar-me de forma mais ampla à ABES, e tornei-me presidente da seção Rio de Janeiro – uma das mais importantes, por ter sido o Rio a capital do país, e por sediar um número extenso de centros de ensino e pesquisa de altíssima qualidade.

Foi um período ótimo e intenso – com a criação do “Programa de Despoluição da Baía de Guanabara”, por exemplo. A ABES-Rio esteve sempre presente na busca da preservação do meio ambiente em nosso Estado – organizando cursos, seminários, discutindo temas importantes e agregando a participação de universidades, órgãos e empresas com alguma forma de ligação com a própria Baía – como a Petrobrás, a Portobrás, o DNOS, a Capitania dos Portos, os órgãos estaduais de saneamento, a FINEP, e mesmo as colônias de pescadores de seu entorno. Um ótimo tempo!





“O que quero na ABES é a possibilidade de interagir com os diversos segmentos da sociedade, com as diversas áreas do setor e com isso, contribuir para que o saneamento realmente se desenvolva em toda sua plenitude...”

Sonhar é preciso

Renato Lima do Espírito Santo

Tenho trabalhado ligado ao saneamento desde 1973 até 2020. São 47 anos no setor, seja na CEDAE de técnico até presidente e membro do Conselho de Administração, no governo como secretário de estado ou ainda na iniciativa privada.

Entendo que a ABES-Rio tem um papel especial no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Sou sócio há bastante tempo, fui membro do Conselho e hoje faço parte da diretoria, passei por várias administrações, vi o quão importante a ABES pode ser. Ela tem um papel muito importante junto aos governos e junto à CEDAE, que sempre foi o maior veículo de saneamento do Estado. E quando a gente fala em saneamento, a gente não fala só em água e esgoto. Fala em resíduos sólidos, fala em drenagem... E é preciso deixar isso claro.

O nível técnico e profissional dos associados da ABES é fantástico e acho que isso é pouco aproveitado. Na atual administração temos procurado ajudar no processo, junto ao presidente Miguel, com ações novas e recuperando outras que a ABES desenvolvia tempos atrás e que de alguma maneira caíram em importância pelas dificuldades geradas ao longo dos anos. Mas principalmente permitindo que o conhecimento e a experiência que as pessoas trazem e adquirem em suas áreas possam ser transmitidos. Isto é fundamental.

Temos técnicos da CEDAE, da Prefeitura e de empresas privadas. Enfim, associados que detêm uma bagagem plural, uma experiência de trabalho fundamental para que o saneamento do estado do Rio de Janeiro se desenvolva cada vez mais e possa atingir a toda população. Até porque isso é um direito Constitucional. E é preciso, quando a gente fala em direito Constitucional, lembrar que os governantes têm responsabilidade nesses processos, e isso tem de ser cobrado.

Governantes novos não podem deixar tudo que foi feito para trás, que não deem continuidade e simplesmente critiquem tudo que estava sendo feito sem dar uma solução no andamento. Passamos por diversos governos e vimos muito isso. São atitudes que precisam ser responsabilizadas individualmente, afinal, é muito recurso financeiro que se perde com paralisações, as discussões e até com as retomadas e relocalizações de prioridades.

O que quero na ABES é a possibilidade de interagir com os diversos segmentos da sociedade, com as diversas áreas ligadas ao setor, e com isso contribuir para que o saneamento realmente se desenvolva em toda sua plenitude, permitindo que toda a população seja atendida em quantidade e qualidade nos serviços ofertados.

Se isso é um sonho, quero continuar sonhando...

Memória da ABES: o engenheiro e professor Adilson Coutinho Serôa da Motta

Miguel Fernández y Fernández, aluno e discípulo de Adilson Sêroa (texto construído com relatos das filhas do Adilson: Glória e Regina que patrocinam esta página)

“Era sob sua discreta e eficaz supervisão que as coisas aconteciam como por exemplo o projeto e implantação do interceptor oceânico e do emissário da zona sul do Rio, maior obra de esgotos já feita no Rio”.

Carioca nascido em 15 de março de 1921, Adilson Coutinho Serôa da Motta, estudou no Colégio Mello e Souza, em Copacabana. Em 1944 se formou em engenharia pela então Escola Nacional de Engenharia, atual Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na UFRJ se tornou professor adjunto lecionando a cadeira de saneamento (água, esgotos, drenagem urbana e lixo) até sua morte. Também foi professor no curso de mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública.

Ocupou o cargo de vice-diretor de 1961 a 1963 e diretor até 1973, no Departamento de Esgotos Sanitários da Superintendência de Urbanização e Saneamento (DES-SURSAN), atravessando diferentes governos, onde planejou e executou o Rio que funciona hoje. Era sob sua discreta e eficaz supervisão que as coisas aconteciam como por exemplo o projeto e implantação do interceptor oceânico e do emissário da zona sul do Rio, maior obra de esgotos já feita no Rio.

Sempre gentil e competente, era muito admirado por seus pares e por todos que com ele conviveram. Um “gentleman”, como costumavam dizer as pessoas. Uma vez ouvi alguém dizer que o Adilson tinha uma virtude rara: fazer pessoas que não se gostavam trabalhar em conjunto sendo eficientes e eficazes.



Início das obras do interceptor oceânico na altura da Praça Paris no início da década de 1970.



Placa da avenida na Barra da Tijuca com seu nome.



Adilson com o governador Carlos Lacerda no início da década de 1960.

Foi o principal artífice da criação da ABES. Sua filha Glória conta ter datilografado o primeiro estatuto da ABES, e muitos textos de divulgação que lhe tiraram noites de sono para atender o pai. O renomado e saudoso engenheiro, Enaldo Cravo Peixoto, o nomeou "Presidente Honorário da ABES".

Os congressos da ABES, nos anos 1970 e 1990, com mais de 5.000 participantes, eram os maiores do Brasil, disputados pelas hotelarias das cidades. Para quem não sabe, fica o registro de que a ABES também foi uma precursora das era dos congressos no Brasil.

E durante os Congressos da ABES, a participação do engenheiro Adilson, chamava atenção pelo carinho

com a amada esposa Marie Beaklini Serôa da Motta, com quem teve duas filhas, Glória e Regina.

Faleceu precocemente, vítima de uma endocardite bacteriana em 28 de agosto de 1975, dia do aniversário de sua irmã mais velha, hoje com 105 anos, deixando como legado seu caráter e idealismo.

Foi uma enorme perda para toda a família, para os amigos e para seus colegas de profissão. Adilson nunca se deixou levar pelos holofotes, era o homem dos bastidores. Recebeu justa homenagem post mortem: seu nome foi dado a uma avenida no bairro da Barra da Tijuca, em frente à famosa Praia do Pepê. O Rio de Janeiro e a ABES devem muito a ele.



Capítulo 1



Nasce a ABES com vocação
nacional e raízes no Rio de Janeiro

O ano era 1967 e o local, a nova capital do Brasil, cidade que, súbita e definitivamente, se incorporava ao mapa nacional a partir de 1960. Na ocasião, Brasília foi eleita para realização do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária de 23 a 30 de junho com profissionais do saneamento de todo Brasil.

Era um momento de muitas mudanças para os que viviam naquela época, mas em especial para os cariocas, já que o Rio de Janeiro havia perdido o status de capital do Brasil. Não por isso deixaram de prestigiar a nova cidade construída para comandar o país. Lúcio Costa, arquiteto e urbanista brasileiro e autor do projeto Plano Piloto da cidade de Brasília escreveu “Brasília é verdadeiramente capital e não cidade de província uma vez que por sua escala e intenção ela já corresponde, apesar de todas as suas deficiências atuais, à grandeza e aos destinos do país”. O trecho do texto “O urbanista defende a sua cidade”, de Costa, reafirmava a imponência da nova cidade.

Mas não era só o Lúcio Costa que estava encantado pelo espírito promissor de Brasília. Uma semana após o evento, o Correio Braziliense registrou que o presidente do Seminário de Professores, José Martiniano Azevedo Neto, que aconteceu concomitantemente ao Congresso, fez questão de caracterizar o dinamismo e produtividade daqueles dias, “o espírito se revelou em todos os aspectos do nosso Congresso”, discursou.

Divulgação do II Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado no Rio Grande do Sul. Durante o evento, em 1963, a ABES foi idealizada



E foi ali que, em meio aos mais de 700 participantes de todo Brasil, segundo publicação do Correio Braziliense, de 1 de agosto de 1967, um grupo se organizou para fundar aquela que estava predestinada a ser a maior entidade representativa do saneamento básico do país: ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

No entanto, aquele passo já estava sendo gestado há mais de 3 anos. Em 1963, durante o II Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado na capital gaúcha Porto Alegre, a maior associação de engenharia sanitária do Brasil tinha sido idealizada por seus fundadores.

E com o passar dos anos, a cada Assembleia Geral da AIDIS (Associação Interamericana de Engenharia Sanitária) a associação foi sendo gestada. Mas foi a partir de 1967 que a associação saiu do ideal e se tornou realidade. Por resolução daquele IV Congresso a ABES foi fundada e oficialmente encarregada da supervisão e direção superior dos futuros congressos, até então sob a supervisão da Seção Brasileira da AIDIS.

Em 1967, o evento chegou a ganhar o crivo do prefeito do Distrito Federal, que oficializou com o Decreto nº 613 de 18 de maio de 1967, o IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária pela Secretaria de Viação e Obras e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP.

Apesar de sua fundação ter acontecido em Brasília, foi no Rio de Janeiro que a ABES estabeleceu sua sede nacional. Mesmo o Rio de Janeiro já tendo perdido o seu status de capital federal desde a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, a cidade maravilhosa ainda respirava os ares de representante do país.



Materia do O Globo sobre a fundação de Brasília e do Estado da Guanabara

A primeira fase da formação da ABES se deu em meio a esse momento histórico conturbado, no qual as pessoas viveram um misto de sentimentos que iam do encantamento com o progresso e a insegurança diante das novas mudanças.

A transferência da capital era uma discussão que já durava quase uma década, como podemos notar em artigos publicados no Correio da Manhã, entre julho e agosto de 1958, que continham um extenso material, sob o sugestivo título: “Que será do Rio?”. A série de reportagens, trazia figuras renomadas que debatiam sobre os destinos do Rio com a perda do status de capital federal. Eram ex-prefeitos, empresários, técnicos em planejamento urbano, geógrafos, sociólogos e historiadores falando dos seus entendimentos sobre o fato.

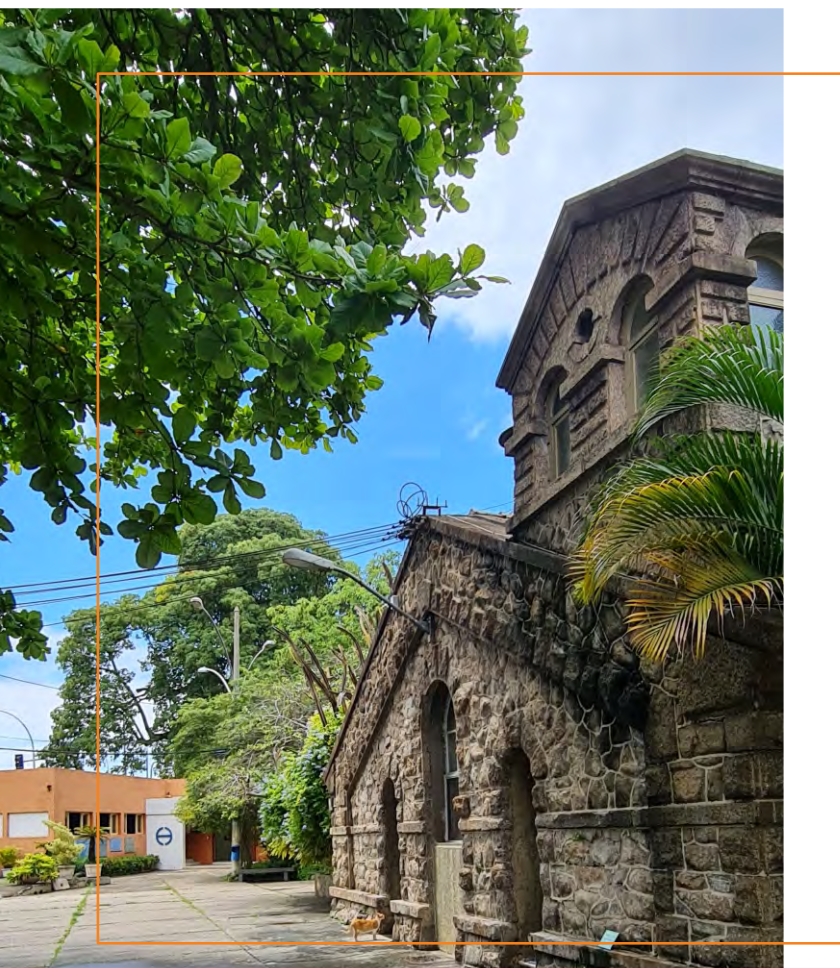
A fusão com o estado do Rio de Janeiro era totalmente reprovada. A cidade do Rio de Janeiro há mais de cem anos ostentou a condição de capital do Império e da República, e não podia ser reduzida “a mera cidade ou capital de um estado que não é dos mais prósperos da União” e onde “três milhões de cariocas passariam a gravitar na órbita de dois milhões de fluminenses e a política municipal se somaria à provinciana”, conforme o editorial publicado no Jornal do Brasil em 17 de julho de 1958.

Diante da polêmica, quando o espaço do Distrito Federal saiu do Rio de Janeiro, transferindo-se para Brasília, surgiu entre as unidades da federação um novo membro: o estado da Guanabara.

Capital oficial ou não, o Rio manteve uma órbita de representante nacional e a primeira diretoria da ABES instalou-se à rua do Russel, nº 1, no bairro da Glória, em uma sala cedida pela SEEG (Sociedade dos Engenheiros Estaduais da Guanabara), atual SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro).

Albuquerque vai definir política de saneamento

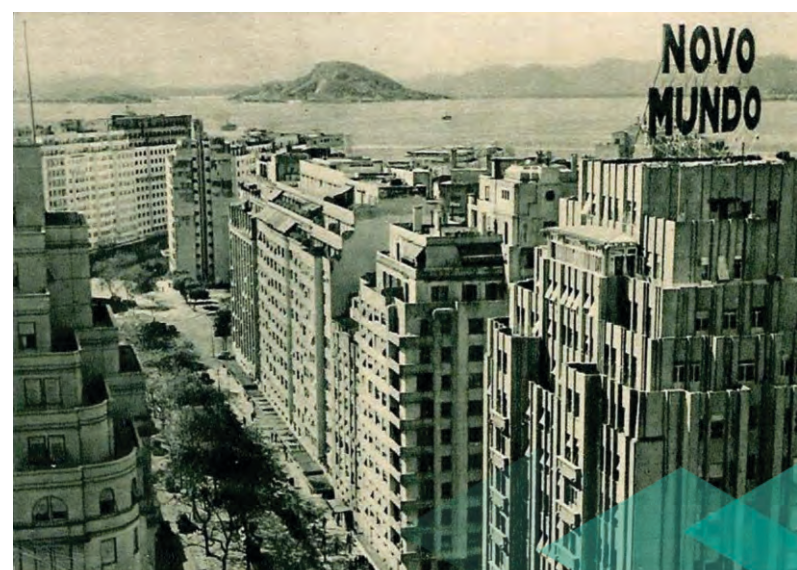
Sob os auspícios da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), terá lugar em Brasília, no período de 23 a 30 de julho do ano em curso, o IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, conclave que, como os anteriormente realizados, reunirá considerável número de renomados engenheiros sanitaristas de todo o País, desta feita com a presença do sr. ministro do Interior, que proferirá importante conferência acerca da Política Nacional de Saneamento. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na sede da ABES, situada à rua do Russel n.º 1 — na Glória, inclusive acerca do concurso “Símbolo da ABES”, cujo julgamento dos trabalhos apresentados será procedido durante o aludido Congresso.



Sede da SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro) que abrigou a ABES nos primeiros anos de sua fundação

Logo em seguida, a ABES se mudou para um espaço na antiga sede no Banco Nacional da Habitação (BNH), empresa pública brasileira voltada ao financiamento de empreendimentos imobiliários. O endereço da ABES passou a ser, portanto, no Edifício Novo Mundo, na Avenida Presidente Wilson, nº 164 - 7 andar.

O Novo Mundo abrigou a ABES por 18 anos, mesmo com a mudança do BNH para outra sede. É que devido à importância do órgão no contexto de leis de política de desenvolvimento urbano e saneamento básico, e após a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1968, a instituição ganhou um prédio próprio, o Edifício Presidente Castello Branco construído em 1973, ao lado da autêntica Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro.



Sede da ABES ficou por 18 anos no Edifício Novo Mundo, um dos ícones do Art Déco construído em meio às dezenas de construções da região surgidas após o desmonte do Morro do Castelo

O primeiro presidente da ABES foi o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto. De acordo com artigo do ex-presidente da ABES, Walter Pinto Costa, publicado no Revista Bio (Jan/Mar) de 1991, Enaldo definiu a entidade como de caráter apolítico, sem fins lucrativos e que buscava obter o desenvolvimento técnico-científico, além de conjugar esforços de todos os segmentos de atividade no campo do saneamento básico e ambiental do país, visando à elevação da qualidade de vida da população brasileira.

Engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, primeiro presidente da ABES, um dos sócios fundadores da AIDIS (Associação Interamericana de Engenharia Sanitária), tendo sido presidente de sua seção brasileira entre 1959 e 1966



As sábias palavras de Enaldo diziam muito sobre o momento político do país. Já que o Brasil estava há 3 anos vivendo sob o regime que foi instaurado em 1º de abril de 1964. A ABES foi fundada no governo de Castello Branco (1964-1967). Neste período foi declarado o primeiro ato institucional do Regime Militar no Brasil – conhecido como AI 1, que

declarava entre suas principais medidas o fim das eleições diretas. Nesse mesmo governo, as eleições diretas estaduais também foram suspensas e em 1967 uma nova Constituição entrou em vigor.

Mas os objetivos dos fundadores estavam acima dos rumos políticos. Como profissionais técnicos, eles queriam que as questões do saneamento avançassem. Também nessa época foi criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que passou a constituir-se como a principal fonte de financiamento do setor de saneamento no país e era administrado pelo BNH.



Apenas um mês após a criação da ABES, a diretoria já se colocava à frente das questões de saneamento do país. Prova disso é a publicação do jornal Correio Braziliense em 1º de agosto de 1967. A matéria divulgou uma importante recomendação do IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária: a criação da SANEBRAS, um órgão autônomo responsável pela política de saneamento do Brasil. No texto, o presidente, Enaldo Cravo Peixoto, e o vice-presidente da ABES, Adilson Serôa da Mota, aparecem como componentes da mesa

Com a entidade formalizada e casa definida era o momento de criar uma marca. Foi por meio de um concurso que a figura dos dois tubos superpostos, sugerindo ainda o nome ABES, foi escolhida para representar a associação.



O vencedor foi o arquiteto Walter Silva Magalhães Castro. Durante o Congresso de Brasília, de 23 a 30 de junho, a primeira diretoria também aproveitou para divulgar a nova marca símbolo da ABES

Saneamento tem congresso em Brasília

Com uma conferência do ministro Albuquerque Lima, do Interior, sobre política nacional de saneamento, inaugura-se, em 23 de julho próximo, em Brasília, o IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

Durante o Congresso, que irá até o dia 30 de julho, será feito o julgamento dos trabalhos apresentados ao concurso **Símbolo da ABES**, que se destina a conseguir um símbolo para a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, o qual será usado em impressos, emblemas, cartazes e flâmulas. O trabalho vencedor terá um prêmio de NCr\$ 600.00.

ABES e BNH



O convênio entre a ABES e o BNH rendeu avanços significativos para a engenharia sanitária no Brasil. Logo após a fundação, a associação de forma efetiva e atuante iniciou um convênio com o BNH (Banco Nacional de Habitação) para a realização do Programa de Treinamento em Saneamento Básico, com vigência de 10 anos de 1972 a 1982.

Com a iniciativa, foram oferecidas 139 mil oportunidades de aperfeiçoamento profissional aos empregados das companhias estaduais de saneamento básico de todo o Brasil.

O presidente à época, José Roberto de A. P. do Rego Monteiro, escreveu no seu relatório de gestão entre os anos de 1971 e 1973 sobre o convênio:

“... foi assinado o primeiro convênio, com o BNH, constituindo a ABES em Órgão Técnico para execução do SANAT (Subprograma de Apoio Técnico ao SFS). Nesta qualidade, ela é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão dos Programas de Treinamento, de Normalização, de Assistência Técnica e também se incumbirá da produção de manuais e livros técnicos”.

De acordo com o livro *ABES 45 anos, uma história de luta em favor do saneamento ambiental*, o BNH patrocinou uma série de atividades relativas ao desenvolvimento técnico, operacional e gerencial, incluindo ainda o intercâmbio de tecnologias e experiências entre as companhias estaduais de saneamento, com participação de renomadas entidades nacionais e internacionais. Por sua vez, como órgão de apoio técnico e operacional, a ABES marcava presença em cursos, seminários e reuniões promovidas pelo BNH e pelas empresas estaduais.

O livro comemorativo de 45 anos descreve ainda:

“...o BNH obteve assessoria técnica do engenheiro civil e mestre em engenharia sanitária pela Universidade de Harvard, Ralph C. Palange, para formulação de nossa política de controle da poluição das águas, para melhorar os projetos e desempenho das estações de tratamento de água, o BNH promoveu também quatro visitas técnicas do engenheiro Hebert E. Hudson Jr. É dele o projeto denominado high rate treatment. Uma ideia velha, como ele mesmo disse, mas quando praticada é capaz de elevar a eficiência das ETA's ao nível proposto em projeto. Algo incomum em todo mundo, naquela época”.

Iniciativas como essas registradas aos 45 anos da entidade demonstram os objetivos essenciais dos precursores da ABES. O treinamento e capacitação técnica eram o papel primordial da associação. Os fundadores Enaldo Cravo Peixoto e Rego Monteiro colocaram desde o início, no DNA da entidade, a formação de pessoal qualificado como prioridade do setor de saneamento.

1969 - O governador do então estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, sancionou a Lei nº 1431, reconhecendo a ABES como utilidade pública. O ato foi publicado no jornal O Diário de Notícias no dia 18 de julho de 1969.

Leandro, Leão Lins da Cruz, Maria José de Atambuja, Oneida Flialho Goulart, José Coelho de Abreu, Antônio Cardoso da Silva, Ivelte Sousa da Mota, Joana Lúcia do Nascimento e José Félix de Oliveira.

UTILIDADE PÚBLICA: — Em portaria assinada ontem, o secretário de Administração expediu o título de utilidade pública recentemente conferido à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. Em outros atos, revalidou para o corrente exercício, os títulos de utilidade pública conferidos às seguintes entidades: Patronato Operário da Gávea e Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos dos Auxiliadores da Imprensa.

ATOS DO GOVERNADOR: — O governador assinou ontem os seguintes atos de nomeação: na Secretaria de Segurança Pública — Maria Martins para chefe da Secretaria de Apuração e Classificação de Crimes.

Ainda nos primeiros anos de atuação da entidade, a Revista de Engenharia Sanitária foi reformulada. A nova publicação foi preparada para acompanhar as modernas tendências de periódicos internacionais. Nesta mesma época a diretoria implantava o Fundo Editorial da ABES.

Em 1973, foi realizado um Congresso que marcou uma época. No evento de Salvador, VII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, a ABES explanou a “Carta da Bahia”. No documento, a ABES, com todas as Seções, explicava a mobilização dos profissionais da área à política nacional de saneamento com apoio integral ao Plano Nacional de Saúde e Plano Nacional de Saneamento (Planasa).

Com a fusão da Guanabara e do Rio de Janeiro, nasce a ABES-Rio

“Um repórter me telefona, eu ainda meio tonto de sono, para saber se eu achava melhor que o Distrito Federal fosse incorporado ao Estado do Rio, consideradas todas as razões óbvias, ou se preferia sua transformação no novo Estado da Guanabara. Sem hesitação optei pela segunda alternativa, não só porque me parece que o Distrito Federal constitui uma unidade muito peculiar dentro da Federação, como porque vai ser muito difícil a um carioca dizer que é fluminense, sem que isso importe em qualquer desdouro para com o simpático estado limítrofe. O negócio é mesmo chamar o Distrito Federal de Estado da Guanabara, que não é um mau nome, e dar-lhe como capital o Rio de Janeiro, continuando os seus filhos a se chamarem cariocas. Imaginem só chegarem para a pessoa e perguntarem de onde ela é, e ela ter de dizer: “Sou guanabarino, ou guanabarense”. ... Não é de morte? Um carioca que se preza nunca vai abdicar de sua cidadania. Ninguém é carioca em vão. Um carioca é um carioca.” Vinicius de Moraes

Para desagrado do poeta Vinicius de Moraes, em 15 de março de 1975, foi executada a fusão entre os estados da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) e do Rio de Janeiro, a partir da lei complementar feita pelo governo federal e aprovada no Congresso nacional em 20 de julho de 1974.

Assim como cada unidade federativa do Brasil se organizava dentro da ABES como uma seção autônoma. Com a fusão, se fez necessário que o Estado do Rio de Janeiro também o fizesse.

Com isso, alguns renomados membros da associação trataram de se reunir para concretizar a missão em abril de 1975, apenas um mês após a oficialização da fusão.

Com a abertura da nova regional em andamento, a ABES noticiou no jornal da entidade em fevereiro de 1975:

“De acordo com a fusão da Guanabara e Rio de Janeiro, foi fundada a nova seção do Estado do Rio de Janeiro a qual terá como associados os residentes nos atuais estados da GB e Rio. Foi constituída uma Comissão composta pelos engenheiros Hugo de Mattos Santos, João Ferreira do Nascimento Filho, Ricardo Silva Araújo Silveira e Luiz Carlos Ferraz Marconi para promover a eleição da nova entidade”.

De acordo com o estatuto, para abertura de uma seção estadual da ABES, era necessário pelos menos 15 sócios efetivos-individuais ou fundadores dos quais pelo menos três residam na cidade-sede.

Primeira diretoria da ABES-Rio

1ª Diretoria (1975-77)

Presidente (1975):

Hugo de Mattos Santos

Presidente (1976-1977):

João Ferreira do Nascimento Filho

Vice-presidentes:

João Ferreira do Nascimento Filho (1975);

Haroldo Mattos de Lemos;

Luiz Carlos Ferraz Marconi

1º secretário:

Eduardo Secades

2º secretário:

Roberto Mariano da Silva

1º tesoureiro:

Wallace Bernardino da Silva (Economista)

2º tesoureiro:

Walter Silva de Magalhães (arquiteto)

Conselho Diretor:

Fuad Nassim Mellem (morreu em 7 janeiro 1988);

Ricardo Araújo Silveira;

Elysio Américo Moreira da Fonseca;

Sergio Bloise;

José Orlando Mendes Bernardes;

Victor Monteiro Barbosa Coelho

Obs. João Ferreira do Nascimento Filho assumiu a presidência no lugar de Hugo de Mattos Santos em 1976, que foi eleito para presidência da ABES Nacional. Os outros membros mantiveram-se nos cargos.



Hugo de Mattos Santos, primeiro presidente da ABES-Rio

Primeiros nomes indicados para Conselho

Diretor da ABES-Rio:

Ricardo Araújo Silveira

Elysio Américo Moreira da Fonseca

Sergio Bloise

Fuad Nassim Mellem

José Orlando Mendes Bernardes

Victor Monteiro Barbosa Coelho

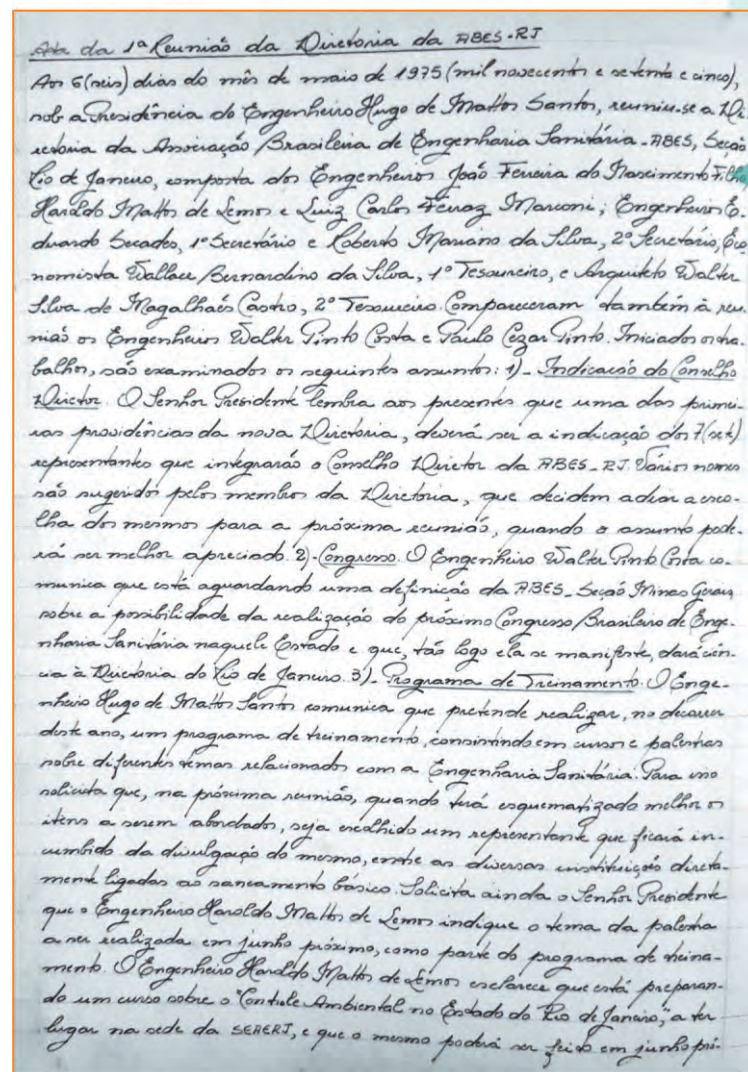
Em 6 de maio de 1975, aconteceu a 1ª reunião da diretoria da ABES-Rio que iniciava sua atuação a todo vapor. De acordo com o registro da ata desse primeiro encontro ficou registrado que o engenheiro Walter Pinto Costa trabalhava nas articulações da realização do próximo Congresso, sendo o Rio uma das cidades mais cotadas para sediá-lo. Já o primeiro presidente da ABES-Rio, Hugo de Mattos Santos, planejava no decorrer daquele ano um programa de treinamento consistindo em cursos e palestras sobre diferentes temas relacionados à Engenharia Sanitária e planejava a divulgação nas diversas instituições diretamente ligadas ao saneamento básico. O diretor, Haroldo Mattos de Lemos, trabalhava na preparação de um curso sobre Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro que estava marcado para 16 de julho daquele ano na sede da SEAERJ. Também foram tratadas formas de viabilizar recursos financeiros para as bolsas de estagiários, em parceria com o BNH.

Realmente os projetos eram inúmeros, afinal aquele grupo de profissionais era composto por profissionais renomados do saneamento e estavam nos auge de suas carreiras.

Em entrevista, um dos fundadores da ABES-Rio, o vice-presidente à época, Haroldo Mattos de Lemos lembra com admiração do primeiro presidente da ABES-Rio: "Hugo de Matos Santos, foi uma pessoa fantástica que eu admirei muito. Foi engenheiro que participou das obras da Adutora do Guandu. O abastecimento de água do Rio de Janeiro deve muito ao seu trabalho e à sua dedicação".

Era um ano acelerado para entidade, o engenheiro Antônio Geraldo Brandão Alves faz o seguinte relato em seu livro "Memória revelada":

"O ano de 1975 começou com o lançamento do Jornal da ABES contendo, em síntese, as atividades desenvolvidas, bem como noticiário de interesse geral para os profissionais da área. No segundo semestre desse mesmo ano era lançado o CABES (Catálogo Brasileiro de Engenharia Sanitária), outra publicação anual que apresentava nítida radiografia do saneamento no Brasil"



Ata da primeira reunião da diretoria da ABES-Rio ocorrida em 6 de maio de 1975



As edições do CABES (Catálogo Brasileiro de Engenharia Sanitária), eram publicações inéditas no país. O primeiro CABES foi distribuído durante a programação do VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

Em 31 de maio de 1976, a diretoria da ABES-Rio, teve que abrir mão do seu comandante. Pela impossibilidade estatutária da acumulação de cargos na diretoria da entidade, o presidente Hugo teve que sair pois havia sido eleito presidente da Nacional durante o período 76/78. Desta forma o 1º vice da seção Rio, João Ferreira do Nascimento foi empossado presidente.

Depois dos primeiros anos caminhando os mesmos passos da nacional, estava estruturada a seção ABES-Rio. Pronta e autônoma para uma longa trajetória de conquistas para a área do saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro.



Capítulo 2



ABES-Rio: espaço de
propositura e de conhecimento

A ABES se consolidou ao longo dos anos como principal fórum de capacitação no setor, seja pelas inúmeras atividades que desenvolveu, ou pelo vasto acervo técnico que organizou editado pelo Fundo Editorial da Entidade. Por meio das diretrizes da Nacional, suas regionais foram, ao longo desses 55 anos, responsáveis por milhares de cursos, seminários, simpósios, congressos e outros eventos na área do saneamento e meio ambiente.

ABES-Rio iniciou suas atividades públicas em julho de 1975 com uma conferência cujo tema foi “O controle ambiental no Rio de Janeiro”. Na ocasião, o presidente Hugo de Mattos Santos disse que pretendia dar à ABES-Rio “intensa participação no encaminhamento dos problemas do setor”.

A ideia do curso foi de um dos fundadores e vice-presidente à época, Haroldo Mattos de Lemos que, em entrevista para este livro, lembrou as circunstâncias em que o curso foi criado. “Na FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), nós fizemos vários cursos, tínhamos uma divisão de treinamento bastante atuante com treinamentos para outros estados do Brasil inteiro”, lembrou Haroldo ao relacionar as atividades da FEEMA aos primeiros passos na construção da seção Rio.

Logo em seguida, a ABES-Rio deu continuidade aos cursos com o tema “Proteção Catódica” ministrado pelo engenheiro Walter Pinto Costa, a oportunidade foi divulgada por diversas instituições e empresas em várias cidades brasileiras. O curso permitiu que a entidade conquistasse um capital inicial para os demais cursos que seguiram.

Mas o que impulsionou o início da regional como braço da ABES em todo país foram as discussões em torno do esperado e tradicional Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Desde o início da entidade esse é o principal evento que move toda área de saneamento no país e é realizado a cada 2 anos em uma capital brasileira.

Naquele 1975 a entidade totalizava um quadro associativo de 2817 sócios. Era um momento de expansão. Ao lado do Rio de Janeiro, os estados do Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Goiás também estavam organizados com aberturas de suas seções, somando-se às 12 já existentes naquele momento.

Era preciso que o Congresso acompanhasse a pujança da associação. A primeira ideia era que o evento fosse realizado em Minas Gerais. No entanto, a ideia do local veiculado para realização não avançou e, por isso, o Congresso aconteceu no Rio de Janeiro.

Imediatamente, os recém-empossados diretores da ABES-Rio montaram um grupo de trabalho e anunciaram a data e o local. O VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária ficou marcado para a primeira quinzena de dezembro e o MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro), localizado no Parque do Flamengo, foi definido como local para o ponto central do evento.

Congresso de engenharia sanitária verá novidades no saneamento ambiental

O esforço para dotar, até 1980, pelo menos 80% dos municípios brasileiros de água potável, sistemas de esgotos sanitários e de combate à poluição será examinado durante o VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, que o Ministro Rangel Reja inaugurará amanhã, às 20h, no Museu de Arte Moderna e que se prolongará até sexta-feira, dia 19.

Além do Ministro do Interior, que discursará sobre a política do Governo federal de Saneamento Básico, falarão sobre o mesmo assunto, nas áreas de atuação o Governador Faria Lima e o Prefeito Marcos Tamoio. O tema central do Congresso será O Saneamento Ambiental do Desenvolvimento Brasileiro.

METODOLOGIA

Subordinado a esse tema central, o temário do congresso prevê o tratamento de três itens correspondentes a Saneamento Ambiental e Recursos Humanos. Estes, por sua vez, serão desdobrados em sete simpósios abertos por conferências e contando com diversas palestras por especialistas, entre os quais o presidente da Cedae, engº João Ferreira Nascimento Filho; secretário especial do meio-ambiente, prof Paulo Nogueira Neto; diretor do BNH, Alberto Klumb; superintendente da SERLA, Eduardo Secades; e o presidente da

Comlurb, Gastão Henrique Sengès, entre outros.

Os simpósios serão subordinados aos temas Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotos, Resíduos Sólidos, Bacias Hidrográficas, Ecologia, Recursos Humanos e Gestão Empresarial.

Mais de 150 trabalhos foram apresentados ao exame das comissões técnicas, que trabalharão diariamente na preparação das recomendações do 8º Congresso.

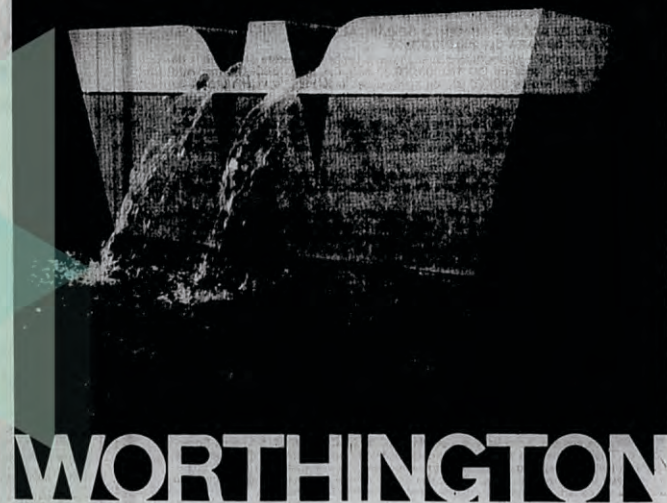
Cerca de 2 mil participantes são esperados no Rio a partir deste fim de semana. Informaram ontem os organizadores do congresso, que é promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária.

Anúncio de um dos patrocinadores
no Jornal do Brasil

VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária

Entre 14 e 19 de dezembro, realiza-se no Museu de Arte Moderna do Rio o VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

Nossos engenheiros estarão participando ativamente deste encontro entre profissionais de todo o Brasil interessados na solução nacional de problemas de saneamento fundamental para o desenvolvimento do país. Aos congressistas queremos expressar nosso desejo de que tenham uma proveitosa estada na Cidade Maravilhosa.



A Worthington convida os participantes do VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária a visitar seu stand no MAM.

Neste local, estará à disposição dos engenheiros para também programar uma visita à sua fábrica.

A comissão definiu ainda a venda de livros técnicos e depois de buscar parcerias com diversas livrarias e editoras conseguiram 35% de desconto na Editora McGraw Hill. A divulgação começou rápido já que o interesse dos associados era imenso.

O Congresso teve como presidente de honra o Governador Faria Lima e como convidados o Ministro do Interior Rangel Reis e o prefeito Marcos Tamoio, além de diversos representantes de órgãos oficiais e privados.

Com cerca de 2 mil participantes, todo o evento circulou sob o tema “O Saneamento Ambiental do Desenvolvimento Brasileiro”. Subordinado a esse tema central, o congresso previa ainda, o tratamento de outros três itens correspondentes a Saneamento Ambiental e Recursos Humanos.

Era uma ampla programação desdobrada por 7 simpósios abertos por conferências e diversas palestras ministradas por especialistas entre os quais figuravam nomes como o presidente da Cedae, o engenheiro João Ferreira Nascimento Filho, o secretário especial do Meio Ambiente, o professor Paulo Nogueira Neto, o diretor do BNH, Alberto Klumb, o superintendente da SERLA, Eduardo Secades, o presidente da Comlurb, Gastão Henrique Sanches, entre outros.

Os simpósios contemplaram temas de abastecimento de água, sistemas de esgotos, resíduos sólidos, bacias hidrográficas, ecologia, recursos humanos e gestão empresarial.

O sucesso do Congresso ficou registrado no relatório anual de 1975, assinado pela diretoria da ABES Nacional:

“O Congresso, fruto de um eficiente sobreesforço de nossos colegas do Rio, conseguiu, em apenas 6 meses, reunir, em um dos mais bem organizados congressos, cerca de 1200 colegas para debater 180 trabalhos. Entre eles, foram escolhidos os que representarão o Brasil no XV Congresso Interamericano”.

Em 19 de dezembro houve o encerramento com discussão de votos, moções e recomendações. O professor Paulo Salão Lobato propôs a implementação de uma Política Nacional de Educação de Saneamento Ambiental no Desenvolvimento Brasileiro. À noite, no Iate Clube do Rio de Janeiro, houve um jantar de encerramento com a presença do governador Faria Lima.

8º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária de 1975 no Rio de Janeiro



Os frutos de cada congresso da ABES são colhidos ano após ano. E no primeiro em que a ABES-Rio esteve à frente não foi diferente. Durante aquele evento, uma das edições do *Jornal do Brasil* daquela semana informava que a FEEMA apresentou no Congresso os equipamentos comprados por meio da Organização Mundial da Saúde, para avaliar a qualidade do ar no estado.

Como resultado daquela ocasião, um laboratório móvel para controle de poluição do ar foi inaugurado anos depois, em julho de 1979, durante a semana do Meio Ambiente.

A ocasião, com a marca registrada da ABES-Rio, contou com a presença do presidente da seção à época, Haroldo Mattos de Lemos. E de acordo com nota publicada pelo jornal *O Fluminense*, o Laboratório inaugurado na Barra da Tijuca estava preparado para realizar cerca de 12 mil análises por mês.

Haroldo relembra esse momento, “Nessa época também foi criada a FEEMA com um departamento de controle da poluição do ar. A doutora Victória Braille, era a responsável por essa área”, contou em entrevista.

ABES passa a ser ambiental

Engenharia sanitária, meio ambiente e desenvolvimento se fundem numa articulação essencial. Ao final do ano seguinte ao Congresso marcante realizado no Rio de Janeiro, a ABES Nacional apontava, em dezembro de 1976, novas diretrizes

aos objetivos da entidade agregando em seu nome a palavra “ambiental”. Eram novos tempos e a ABES como um dos órgãos mais importantes de divulgação e discussão do setor de saneamento, tema intrinsecamente ligado ao meio ambiente, precisava acompanhar essas direções.

O ex-presidente da ABES-Rio, Joper Padrão do Espírito Santo (1993-1995; 1995-1997; 2003-2005 e 2005-2007) contou em entrevista sobre sua contribuição para que a associação adotasse formalmente em seu nome o foco nas questões ambientais. “Eu sou um dos articuladores do avanço para essa mudança estatutária. Eu e um engenheiro chamado Haroldo Mattos de Lemos que foi o fundador da FEEMA. Nós ampliamos estatutariamente o alcance de ABES de saneamento para saneamento ambiental que é outra história, que é multidisciplinar”, explicou.

O fundador e ex-presidente da seção ABES-Rio, Haroldo Mattos de Lemos (1977-1979 e 1979-1981), endossou a declaração contando sobre a mudança do nome e dos rumos da entidade:

“Propus que a ‘Associação Brasileira de Engenharia Sanitária’ passasse a se chamar ‘Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental’, em função de toda nova importância que se estava dando à questão ambiental no mundo inteiro”, lembrou Haroldo.



Na época a seção estava sendo conduzida pelo ex-presidente João Ferreira do Nascimento Filho (1976-1977) que também participou com afinco desse processo.

Desta forma, a ABES levou para o nome o que na prática já era realidade quanto a amplitude de atuação da entidade nas questões ambientais e não apenas no campo da engenharia sanitária. Mesmo com a inserção da palavra ambiental, a sigla ABES foi conservada.

Fazendo jus ao novo nome, era o momento de entrar de cabeça nas questões ambientais. Durante a década de 1980 a seção Rio continuou sendo um espaço de propositura e cerne do conhecimento na área. Em março de 1980, a ABES-Rio promoveu o curso “Poluição de águas, sua prevenção e seu tratamento”, realizado em cooperação com a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente). O curso foi ministrado pelos especialistas alemães Klaus Grefen, consultor para assuntos da poluição do ar e da água, e Christoph Bruhn, pesquisador e consultor na área de proteção do meio ambiente. Quem estava à frente da coordenação do projeto no Brasil era justamente o presidente da ABES-Rio à época, Haroldo Mattos de Lemos.

Era o sinal de que a regional estava atenta com o que havia de mais novo entre as discussões ambientais em todo o mundo. O curso foi promovido sob patrocínio do Ministério da Cooperação Econômica da República Federativa da Alemanha.

Em setembro de 1984, a ABES-Rio promoveu um seminário sobre tecnologia alternativa com o objetivo de divulgar, sistematizar, debater e promover o intercâmbio de experiências em andamento na área de saneamento para comunidades de baixa renda juntamente com a SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro).

O ano de 1985 ficou marcado na história do país com o primeiro governo civil a assumir o Brasil após 21 anos de Regime Militar. Com o enorme desafio de conduzir o retorno do país à normalidade democrática, José Sarney assumiu a presidência após a trágica morte de Tancredo Neves, o presidente eleito em 1985.

Sempre atenta às movimentações do cenário político brasileiro, a ABES congratulou o presidente José Sarney em sua posse.

No mesmo ano, a chapa “Tribuna Livre” venceu as eleições da ABES-Rio com 264 votos contra 229 da chapa “Compromisso com a Mudança”. A nova gestão promoveu uma renovação da diretoria, conselho consultivo e representantes no conselho diretor.

JORNAL DA ABES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL — ABES — V. 11 — Nº 6 — JUNHO — 1985

Tribuna Livre vence no Rio



A chapa Tribuna Livre venceu as eleições da ABES — Seção/RJ, para renovação da Diretoria, Conselho Consultivo e representantes no Conselho Diretor, realizadas na sede da SEAERJ, no Rio de Janeiro. Votaram 511 associados, dos quais 174 por correspondência. A Tribuna Livre recebeu 264 votos contra 229 sufragados à chapa Compromisso com a Mudança, dos quais 18 votos foram anulados. A Mesa que dirigiu os trabalhos estava composta dos engenheiros José de Santa Ritta, presidente, Ademir da Silva e Carlos Alberto Milone. As eleições foram realizadas num clima de grande confraternização entre os candidatos, tendo sido a chapa vencedora cumprimentada pela sua concorrentes. (Pág. 2)

Da esq. para dir.: Carlos Alberto Milone (ABES), José de Santa Ritta (ABES), Ademir da Silva (CEDAE), Walter Pinto Costa (Presidente Nacional da ABES), Evandro Rodrigues de Britto (presidente da chapa Tribuna Livre, a vencedora), Enaldo Cravo Peixoto, Carlos Henrique de Abreu Mendes e Hugo de Mattos Santos.

Uma das primeiras ações da nova diretoria foi a realização do primeiro Seminário Regional de Limpeza Urbana em Nova Friburgo, que aconteceu em outubro de 1985, promovido pela prefeitura local e a ABES-Rio.

Em 1986, era hora de organizar mais uma conferência de magnitude para a área de saneamento no Brasil. O Rio de Janeiro voltou a ser sede de um evento muito importante: a 13ª Conferência Internacional sobre Controle da Poluição da Água, que aconteceu entre os dias 17 e 22 de agosto. Se tratava do mais importante congresso mundial sobre a poluição da água e que acontecia pela primeira vez na América Latina atingindo a marca de 650 participantes brasileiros e estrangeiros.

Na ocasião, 150 trabalhos técnicos inéditos foram apresentados sobre todos os aspectos de controle de poluição, do saneamento e da preservação dos recursos hídricos. Isso tudo com ênfase em aspectos práticos e nas tecnologias alternativas econômicas mais viáveis para aquele momento no que tangia os sistemas de esgotamento sanitário, tratamento e posição final de efluentes sanitários e industriais.

Em janeiro de 1988 aconteceu também no Rio de Janeiro o II Seminário das Seções, juntamente com a nacional, buscando descentralizar as demandas com a sede. O objetivo do evento foi promover um maior intercâmbio entre as seções. Na ocasião, o presidente da ABES-Rio, Eduardo Pacheco Jordão, declarou:

“O Comitê Permanente de Registro de Memória do Setor e da ABES, se reúne para definir o programa de trabalho, objetivam, entre outras ideias, criar o Centro de Informações, Documentação e Memória da ABES - CIDOMA, além de levantamento sobre a história do saneamento no Rio de Janeiro”.



Também é importante registrar que no mesmo ano, em julho, a engenheira Victória Valle Braile, representante da ABES-Rio, se tornou presidente do IEF - Instituto Estadual de Florestas, empossada na cerimônia de implantação do instituto.



Homenagem da ABES-Rio para Victória Braile

No ano seguinte, em 1989, um grande evento movimentou as atividades da seção Rio. Era o Seminário “O Rio e o Meio Ambiente” promovido pela ABES-Rio e pela SEAERJ com uma plateia de 300 pessoas.

Um dos temas mais debatidos foi a poluição nas praias cariocas, naquela ocasião o presidente da FEEMA, Carlos Alberto Muniz, já havia enviado 15 notificações à Cedae por despejo de esgotos nas praias da Zona Sul do Rio. A Cedae tinha o prazo de 30 a 90 dias, dependendo dos locais dos apontamentos das irregularidades, para apresentar projetos de solução ou seria multada pela Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA). Era a primeira vez que a FEEMA notificava a Cedae.

O Seminário “O Rio e o Meio Ambiente” fechava com chave de ouro os anos 1980 e preparava o setor para o assunto do momento: as questões ambientais que seriam amplamente debatidas na década seguinte: a Eco 92.

E a ABES estava totalmente conectada com a questão ambiental, um ano antes da Eco 92, ocasião das comemorações dos 25 anos da ABES, a entidade promoveu uma mesa redonda organizada que debateu o “Ambiente Rio”, projeto de recuperação da qualidade ambiental do estado.

EM BUSCA DO PARAÍSO PERDIDO

● *A Baía de Guanabara pede socorro e, finalmente, seu apelo vai ser ouvido pelas autoridades*

Bruno Casotti

Há muito tempo, nas águas da Guanabara, os navegantes emocionavam-se diante da paisagem. Aventureros — como os naturalistas alemães Spix e Von Martius, em 1812 — cruzavam a Baía de Guanabara para alcançar rios que os levavam a povoados, onde podiam comprar e vender mercadorias. Até o início do século, a vida no Rio girava em torno da baía, principal acesso ao interior do estado. Vieram as estradas de ferro, foram-se as caravelas e, em lugar delas, grandes navios, que deixam rastros de óleo. Os povoados cresceram desordenadamente e viraram cidades, que hoje desçam seu lixo, esgoto e produtos químicos nas águas da Guanabara.

Só nos anos 60, os cientistas começaram a perceber que a Baía de Guanabara podia socorro. Nas universidades, surgiram estudos alertando para os perigos da poluição. Os políticos, esses demoraram mais tempo para propor soluções. Mas não seria exagero afirmar que, apenas agora, eles se dão conta de que a baía pode ser salva — se lhe derem uma chance. Que ela não pode continuar

sendo vista como um quadro de natureza morta, como depósito da sujeira produzida por 9 milhões de pessoas e 6 mil indústrias.

A reboque da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, o Rio convive com a promessa de liberação de US\$1 bilhão, pelo governo federal, e US\$500 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — com contrapartida do governo do estado de US\$ 200 milhões. É para acelerar o desembolso deste dinheiro que o governador Leonel Brizola e o Secretário do Meio Ambiente, Roberto d'Ávila, se reúnem em Washington com o presidente do BID na quarta-feira. Os recursos prometidos reavivam a esperança de despoluir a baía — sonho que já fez surgir um movimento popular em sua defesa, o *Batu Viva*, que vai até virar samba enredo da Unidos da Tijuca, no próximo carnaval carioca.

De saída, cerca de US\$ 130 milhões da verba federal serão aplicados em obras que beneficiarão diretamente a Baía de Guanabara, até 92. Um bom começo, porém ainda muito aquém do necessário para a sua total recuperação. “Serão precisos cerca de US\$ 4 bilhões e pelo menos dez anos para que isso



As águas da Guanabara recebem o lixo de 9 milhões de pessoas e 6 mil indústrias

aconteça”, afirma o presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), Adir Ben Kaus. E o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Meio Ambiente (Abes), Eduardo Pacheco Jordão, adverte: “O importante é não deixar que a coisa fique no meio do caminho”.

Como muitos cariocas, Eduardo Pacheco Jordão espera “um dia olhar para uma água que não seja repugnante”. Algumas agressões, no entanto, são irreversíveis: por exemplo, os aterros, que lhe roubaram área correspondente a nove lagoas Rodrigo de Freitas. Na baía despoluída, certamente não haverá baleias, como as que foram retratadas pelo pintor Leandro Joaquim, em 1790. Mas não faltariam botos, considerados por biólogos os mais fiéis e antigos frequentadores de suas águas. Bandos desses animais são observados, em saltos ligeiros, por passageiros — pelo menos os mais atentos — das barcas que fazem ligação entre Rio, Niterói, Ilha do Governador e Paqueta. Diariamente, os botos entram na baía para se alimentar de peixes, que garantem também o sustento de 6 mil pescadores.

Despoluir a Baía de Guanabara é tarefa

que vai bem além dos limites de seu espelho d'água de 381 km². Desmatamentos em Nova Friburgo (Região Serrana), por exemplo, acarretam aumento da quantidade de sedimento que chega à baía, levado pelos rios, provocando assoreamento. O problema entra também nas casas das pessoas que não reciclam seu lixo. Quase todo o lixo produzido na cidade é depositado à beira da baía, no aterro de Jardim Gramaxo, em Duque de Caxias (Baixada Fluminense) que recebe 5.500 toneladas por dia.

Há um ano, com base em estudos sobre circulação de água, a bióloga Leticia Mayr, chefe do Departamento de Biologia Marinha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostrou que a Baía de Guanabara tem uma incrível capacidade de renovar suas águas. Nas marés de lua cheia e nova, ela joga no oceano a sujeira que acumula, o que facilitaria sua recuperação: bastaria interromper as agressões. Hoje, a bióloga se vale de estudos que mostram desequilíbrio nos níveis de oxigênio dissolvido para fazer outro alerta: “Caso não sejam tomadas medidas urgentes, essa capacidade de recuperação da baía pode se esgotar”.

Em três anos, água mais limpa

Até 1993, a Cedae duplicará sua capacidade de tratamento do esgoto jogado na Baía de Guanabara, afirma o presidente da Cedae, Hildebrando de Araújo Goes Filho. O benefício será possível com a instalação e ampliação de cinco estações de tratamento — Alegria, Ilha do Governador, Paqueta, Niterói e São Gonçalo. A situação, porém, ainda estará longe do ideal, levando-se em conta que, atualmente, são tratados apenas 3 dos 18,6 metros cúbicos de esgoto por segundo que a baía recebe — cerca de 500 toneladas de carga orgânica por dia.

O presidente da Cedae garante: “em três anos, será possível notar alguma melhoria na qualidade da água”. Cabe à Cedae cuidar da aplicação do US\$ 1 bilhão prometido pelo governo federal, através do projeto Ambiente Rio, com prazo de execução de 10 anos. O projeto foi dividido em três etapas e a primeira delas prevê a aplicação de aproximadamente metade dos recursos até o ano que vem.

A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) aconteceu entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Foi uma mega reunião global de meio ambiente, 20 anos após a primeira conferência do tipo em Estocolmo.

referentes ao meio ambiente. Desta forma, os jornalistas estariam mais preparados para assimilar questões da área e fariam coberturas mais completas para informar a sociedade.

Macaé abre hoje encontro ecológico

A Conferência teve grande repercussão mundial, da qual participaram representantes de 178 países, 1.400 Organizações Não Governamentais (ONGs), totalizando mais de 30 mil participantes.

Desde aquela época e até os dias atuais, as discussões de 1992 deixaram desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político e na área ambiental, além de ceder espaço a debates e contribuições para o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Com a presença de 178 chefes de governo, foi marcada pelo fortalecimento da atuação de representantes da sociedade civil, da efetiva participação das ONGs e de movimentos sociais no Fórum Global.

O encontro significava uma nova associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável e a ABES participou do momento com a propriedade de especialista no assunto.

Antes do início da conferência da ONU, a Eco 92, a entidade promoveu um encontro preparatório intitulado “Meio Ambiente e Saneamento: O Jornalismo na Rio-92”, o objetivo foi preparar os profissionais da imprensa quanto aos temas

Martinho Santafé

MACAÉ — Na expectativa de realizar o maior evento ambientalista do Estado do Rio de Janeiro, preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), a Prefeitura de Macaé abre hoje, às 20 horas, no Clube Cidade do Sol, o Encontro Intermunicipal do Meio Ambiente. Deverão estar presentes o presidente da Feema, Adir Ben Kaus, o presidente da Alerj, Deputado José Nader, o Diretor da área de Exploração, Perfuração e Produção da Petrobrás, João Carlos França de Luca, e representante do Secretário Nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberg, além de aproximadamente 30 prefeitos.

Para o Prefeito Sylvio Lopes, o encontro deve congrega as prefeituras fluminenses na elaboração de um documento a ser formalmente entregue à comissão organizadora da Rio-92, como um elemento a mais a ser somado àquele evento. Meio ambiente, no entender do chefe do Executivo macaense, não se resume aos problemas da flora e fauna. “fazendo parte de um contexto mais amplo, onde estão inseridos a saúde, educação, agricultura, saneamento, transportes e planejamento”.

Esta maneira de encarar a questão reflete no programa do encontro intermunicipal, cujos trabalhos terão início amanhã às 8h30min, com pronunciamento do prefeito. Em segui-



Lopes: congregação fluminense

da, o Superintendente Regional do Ibama, José Fernando Pedrosa, irá abordar a recuperação e proteção dos recursos naturais renováveis. Após o debate, será a vez de Carlos Alberto Muniz — ex-presidente da Feema — e de Carlos Affonso Teixeira — Superintendente da Susema (Petrobrás) abordarem o tema “A Ação das Indústrias e da Petrobrás no Meio Ambiente”.

As 11 horas, começa o segundo painel sobre saneamento e tratamento de resíduos sólidos, com as participações de Aluísio Clóvis dos Reis — vice-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Evandro Rodrigues Brito — ex-presidente da Feema — e João Carlos Xavier de Brito — Diretor do Centro Tecnológico de Resíduos Sólidos.

Educação e Justiça Social — Ação Básica para Preservação do

Meio Ambiente é o tema a ser debatido às 14 horas, com a intervenção de Air Sudário da Silva — Coordenador do Programa de Atendimento ao Menor do Ceagesp. Em seguida, às 15 horas, será a vez do Deputado Federal e ex-presidente da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sérgio Arouca, abordar o tema “Saúde — Consequência do Correto Uso do Meio Ambiente”. Mais dois temas serão debatidos neste dia: “Legislação Ambiental”, com participação do advogado Paulo Bessa e “Turismo, uma Indústria do Meio Ambiente”, com o ex-presidente da Embatur, Paulo Protásio.

No domingo, às 9 horas, o Prefeito Jayme Lerner, de Curitiba, inicia os trabalhos do Encontro Intermunicipal do Meio Ambiente, falando sobre “Planejamento de uma Política do Meio Ambiente”. Depois será a vez do urbanista Wagner Morgan — Coordenador do Plano Diretor de Macaé — falar sobre “A Ação do Planejamento Municipal como Instrumento de Preservação do Meio Ambiente”.

Haverá neste dia reunião de grupos de trabalhos divididos em diversas áreas e suas relações com o meio ambiente: agricultura, planejamento, educação, turismo e cultura, legislação, saneamento básico, saúde e ação social. Após a apresentação de relatórios dos grupos, o encontro será encerrado por volta das 18 horas, com a presença do Prefeito do Rio, Marcelo Alencar e, ainda a confirmar, do Governador Leonel Brizola.

Outra ocasião importante ocorrida às vésperas do grande evento foi o “Encontro Intermunicipal do Meio Ambiente” que aconteceu em Macaé, no qual a ABES teve participação marcante com painel sobre saneamento.

O ex-presidente da seção ABES-Rio, Joper Padrão do Espírito Santo, contou em entrevista que em 1992 as Nações Unidas conheciam a ABES, por causa da Organização Panamericana de Saúde e da Organização Mundial da Saúde. Era um relacionamento de mais de 20 anos desde o encontro de Estocolmo.

"A reunião das organizações não-governamentais aconteceu na Barra da Tijuca e a ABES lá esteve representada por dois diretores: eu e Haroldo. Ambos credenciados pelas Nações Unidas", pontuou Joper.



O mais importante desdobramento da Eco 92 foi a Agenda 21 Brasileira, elaborada sob a coordenação de uma parceria entre governo e sociedade. O documento assumido pelo Brasil contemplava a universalização do saneamento básico e do ensino.

Posse concorrida mobiliza técnicos no Rio de Janeiro Mais de 400 pessoas comparecem à posse do economista Joper Padrão do Espírito Santo

Caracterizada como uma das mais concorridas, a posse do econ. Joper Padrão do Espírito Santo foi realizada no dia 16 de julho, no terraço da Sede Nacional da ABES, no Rio de Janeiro (RJ).

Com a presença do Presidente Nacional da ABES, eng. João Alberto Viol, membros da Diretoria, políticos - como o Deputado Estadual Alexandre Cardoso e o Vereador Leonel Trotta -, dirigentes de empresas associadas à ABES - como os Presidentes Raimundo de Oliveira (CEDAE), Marco Antônio Borzino (CAEMPE e ASSEMAE); Paulo Carvalho Filho (COMLURB); Airson Medeiros da Silva (AIDIS); Arnaldo Pires Cardoso (SEAERJ); Christopher Wells (CEMPRE); Marco Antônio Barbosa (ASFEMA); Otávio Luiz Alves (Clube Municipal); Hilton Guayassu Osman (Sindicato dos Farmacêuticos/RJ); Renato Lima do Espírito Santo

(ASEAC); Maria Helena Rego Monteiro Gonçalves (ABEA e Banco da Mulher); Ricardo P. Backheuser (Carioca Engenharia); Luiz Henrique Faulhaber (Faulhaber Engenharia); e, Marco Antônio (KOMPAC). Também prestigiaram a solenidade Presidentes das Seções Estaduais da ABES e representantes de entidades da sociedade civil.

Durante o discurso de posse, Joper Padrão do Espírito Santo afirmou que é possível a recuperação do quadro associativo, através da implantação de subseções da ABES em municípios com mais de 100 mil habitantes, numa primeira etapa, "somando-se àquelas onde as principais organizações que atuam diretamente no saneamento básico e ambiental tenham suas sedes ou representações regionais".

Houve a apresentação do Coral da CEDAE, integrado por 32 funcionários sob a regência do Maestro Marcos Leite.

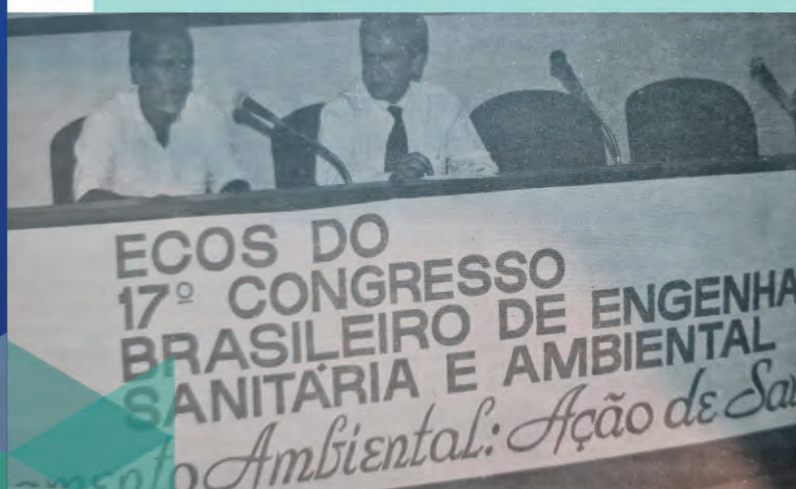
Joper Padrão do Espírito Santo assume presidência da ABES-Rio um ano após o grande evento mundial sobre meio ambiente em uma das eleições mais concorridas da regional.

Ao passar dos anos a ABES reafirma em sua atuação medidas para que a meta de levar saneamento para toda sociedade seja cumprida.

No entanto, para que o setor de saneamento avance é preciso mais do que atuação técnica, é preciso vontade política. E por isso, mais 20 anos se passaram sem que o compromisso da Agenda 21 fosse cumprido. Durante a Rio +20, evento das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, o Brasil ainda acumulava dados negativos com situações graves na área do saneamento básico no país, que está longe de contemplar toda a população.

Em 1993, ABES-Rio promoveu o Seminário “Ecos do 17º Congresso - Saneamento Ambiental: Ação de Saúde Pública”, para discutir os efeitos do 17º Congresso realizado em Natal, capital do Rio Grande do Norte, em novembro daquele ano. A ocasião repercutiu o evento nacional e proporcionou a discussão dos trabalhos apresentados pelos técnicos fluminenses.

O seminário contou com a participação de profissionais das mais diversas formações, de segmentos produtivos que compunham o setor de saneamento básico, lideranças comunitárias, representantes de entidades de classe e de organizações não governamentais.



Joper Padrão do Espírito Santo ao lado de Lúcio Bandeira, do Comitê de Saúde Pública da ABES durante o “Ecos do 17º Congresso”

A ABES continuou firme durante toda sua trajetória nesse propósito, prova disso foi o 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária de 1999 que discutiu origens, história, problemas, ganhos e atrasos, tendências e soluções para o efetivo desenvolvimento do setor sob o tema “Os desafios para o saneamento ambiental no terceiro milênio”. Mais uma vez a ABES-Rio estava à frente do Congresso Nacional.

Lançamento inicia no Rio divulgação e mobilização para o Congresso

Com o intuito de iniciar em nível local a divulgação e a mobilização dos profissionais do setor de saneamento ambiental, a ABES promove, tradicionalmente na cidade sede, o lançamento de seus congressos. Agora é a vez do 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que acontecerá no Rio de Janeiro, de 10 a 14 de maio de 1999.



Eliane Barbosa - Presidenta da ABES - Rio

Além de mobilizar os profissionais, suscitar reflexões e divulgar alertas sobre os problemas e avanços do setor, o Congresso tem a responsabilidade de fazer um balanço de contas”, uma análise acurada e de amplo espectro sobre como e quanto avançamos no saneamento ambiental.

É tempo de mudanças; é tempo de uma nova era. A diferença que a ABES está perseguindo para o 20º Congresso é função da modernidade; é função dos esforços de empresários e profissionais brasileiros em alavancar os modernos e novos conceitos. É a luta do setor para a definição de políticas que conduzam ao desenvolvimento sustentável. É o desafio para o Saneamento Ambiental no terceiro milênio.

Comungando destes conceitos e perseguindo a evolução do setor, a ABES - Seção Rio propõe que aproveitemos este momento do lançamento do último Congresso deste século, para ouvirmos sobre os desafios para o saneamento ambiental no terceiro milênio, com a visão do setor empresarial e do setor público.

Será a oportunidade de reunirmos em agosto próximo, no Rio de Janeiro, todos aqueles que, com certeza, fazem do Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, o evento de maior representação de profissionais, de empresas e instituições públicas e privadas do setor de Saneamento Ambiental e, hoje também daquelas que atuam com uma postura empresarial de sustentabilidade, calcada na ecoeficiência.

Eliane Barbosa - Presidenta da ABES-Rio e Presidenta do Congresso

Seguindo a tradição, o Congresso se desenvolveu especialmente por meio de conferências, painéis, mesas redondas e apresentações de trabalhos técnicos. E os temas que provocaram as discussões mais acaloradas foram relativos às concessões e privatizações que estavam sendo adotadas em todo país para gestão de serviços de água e esgoto.

Em entrevista, Eliane Pinto Barbosa, primeira presidente mulher da ABES-Rio e que assumiu a gestão entre os anos de 1997 e 1999, e foi reeleita para a gestão entre os anos de 1999 e 2001, contou que o objetivo na época era atuar dentro de uma diretoria técnica, “que a ABES fosse encarada como multidisciplinar, mostrando que o saneamento não era só uma obra de engenharia, ele passava por muito mais”, explicou.

Eliane falou, ainda, que naqueles tempos foram tratados temas relevantes, como a questão da saúde pública, de maneira central nos assuntos da entidade e nos conteúdos dos cursos. “Começamos a trabalhar sempre dentro das diretorias técnicas com inovação

de cursos que não fossem tão específicos mas que pudessem ter uma visão mais holística”, complementou a engenheira.

Concomitantemente ao 20º Congresso, aconteceu também a 3ª edição da Fitabes (Feira Internacional de Tecnologia de Saneamento Ambiental) que ocupou uma área de 20 mil metros quadrados e contou com a participação de cerca de 500 expositores.

A feira se transformou na maior e mais expressiva de tecnologias de saneamento ambiental de toda a América Latina, reunindo as principais empresas do setor para expor as novidades em tecnologias, produtos, serviços e equipamentos a um público altamente qualificado. A cada edição a feira se expandiu também no mercado internacional.

O último Congresso realizado no Rio de Janeiro foi o de 2015. O 28º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental debateu a crise hídrica, alterações climáticas e gestão do saneamento.



Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde; governador do Estado do Rio de Janeiro, Antony Garotinho; secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Alexandre Cardoso; secretário do Meio Ambiente, Maurício Lobo e secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Garrido

Era um momento ímpar, pois o Rio de Janeiro estava em meio à efervescência dos preparativos para as Olimpíadas, marcada para o ano seguinte. E o investimento para os jogos olímpicos também foram usufruídos pelos participantes, já que o evento aconteceu no Riocentro, mesmo espaço onde foi realizado o 20º Congresso, em 1999, até então o maior já realizado pela ABES.

No entanto as mudanças eram evidentes. Nos anos de 1990 eram instalações distantes, em 2015 o local usufruiu de toda estrutura da Cidade Olímpica. A infraestrutura da cidade havia recebido investimento especial, desde novas avenidas a sistemas de transporte para a região, com BRTs e Metrô - que já estavam concluídos ou sendo finalizados.

O 28º Congresso da ABES de 2015, tinha a expectativa de receber mais de seis mil colegas do setor de saneamento e meio ambiente de todo o Brasil.

O presidente do Congresso foi Sérgio Pinheiro de Almeida, que presidiu a ABES-Rio nas gestões (2013-2015 e 2015-2017). Na ocasião um texto assinado por Sérgio para o programa oficial do Congresso reafirmou a trajetória vitoriosa de luta, a importância da ABES e de seus associados para o saneamento no Brasil:

“É uma oportunidade de refletir sobre as conquistas do setor nessas quase duas décadas que se passaram e refletir sobre os desafios que temos pela frente. Certamente esta edição será um sucesso ainda maior e tornará inesquecível o convívio com colegas de todo o Brasil, que trazem para este ambiente suas experiências e disposição de trabalhar para o desenvolvimento contínuo do setor.”



Aconteceu também a tradicional Fitabes (Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental) que estava na sua 11ª edição



Naquela edição, a feira já havia se consolidado como ponto de encontro entre os tomadores de decisão e gestores de políticas e projetos em saneamento ambiental e os fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços para o setor. O ano de 2015 ficou marcado na história da ABES, já que o 28º congresso e a 11ª Fitabes contaram com a participação de 200 expositores e cerca de 9 mil visitantes.

Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

Abaixo descrevemos todos os Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental de 1960 até 2021. É importante destacar que os eventos de 1960 até 1965, portanto anteriores à fundação da ABES em 1967, foram realizados pela AIDIS (Associação Interamericana Engenharia Sanitária Ambiental). A ABES-Rio esteve à frente do maior evento do setor em 1975, 1999 e 2015.

	Local	Data	Tema
	1º Rio de Janeiro-RJ	08 a 17/07/1960	
	2º Porto Alegre-RS	14 a 22/07/1963	
	3º Curitiba-PR	05 a 11/09/1965	
	4º Brasília-DF	23 a 30/07/1967	
	5º Recife-PE	27/07 a 02/08/1969	
	6º São Paulo-SP	17 a 22/01/1971	
	7º Salvador-BA	18 a 23/11/1973	
▶	8º Rio de Janeiro-RJ	14 a 19/12/1975	O saneamento ambiental no desenvolvimento brasileiro
	9º Belo Horizonte-MG	03 a 08/07/1977	O saneamento ambiental e a realidade brasileira
	10º Manaus-AM	21 a 26/01/1979	O saneamento ambiental e o planejamento territorial brasileiro
	11º Fortaleza-CE	20 a 25/11/1981	Pela otimização do aproveitamento dos recursos hídricos
	12º Balneário Camboriú-SC	20 a 25/11/1983	Qualidade de vida – participação comunitária
	13º Maceió-AL	18 a 23/08/1985	O homem no meio ambiente: caminhos para mudança
	14º São Paulo-SP	20 a 25/09/1987	Meio ambiente e saneamento: prioridade política e institucionalização
	15º Belém-PA	17 a 22/09 1989	Abrangência e viabilidade para o saneamento e meio ambiente: por uma política nacional
	16º Goiânia-GO	22 a 27/09/1991	Saneamento e meio ambiente – vida
	17º Natal-RN	19 a 23/09/1993	Saneamento ambiental: ação de saúde pública
	18º Salvador-BA	17 a 21/09/1995	Desenvolvimento sustentável e qualidade de vida: um compromisso do saneamento
	19º Foz do Iguaçu-PR	14 a 19/09/1997	Saneamento ambiental: ambiente de negócio ou um negócio ambiental
▶	20º Rio de Janeiro-RJ	10 a 14/05/1999	Os desafios para o saneamento ambiental no terceiro milênio
	21º João Pessoa-PB	16 a 21/09/2001	Saneamento ambiental: desafio para o século 21
	22º Joinville-SC	14 a 19/09/2003	Saneamento ambiental: ética e responsabilidade social
	23º Campo Grande-MS	18 a 23/09/2005	Saneamento ambiental brasileiro: utopia ou realidade?
	24º Belo Horizonte-MG	02 a 07/09/2007	Saneamento ambiental: compromisso ou discurso?
	25º Recife-PE	20 a 25/09/2009	Saneamento ambiental: universalização é justiça social
	26º Porto Alegre-RS	25 a 28/09/2011	A excelência da gestão como caminho para a universalização
	27º Goiânia-GO	15 a 19/09/2013	Saneamento, ambiente e sociedade: entre a gestão, a política e a tecnologia
▶	28º Rio de Janeiro-RJ	4 a 8/10/2015	Alterações climáticas e a gestão do saneamento ambiental
	29º São Paulo-SP	02 a 06/10/2017	Saneamento ambiental: desenvolvimento e qualidade de vida na retomada do crescimento *
	30º Natal-RN	16 a 19/06/2019	Saneamento ambiental: como tratar igual os desiguais
	31º Curitiba-PR	17 a 20/10/2021	Cidades inteligentes conectadas com o saneamento e o meio ambiente: desafios dos novos tempos

* Obs.: Entidades promotoras, ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e AESabesp (Associação dos Engenheiros da Sabesp)



Capítulo 3



Pioneirismo para
avançar com sucesso

Junto com a ABES-Rio nasceu também a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos). E como irmãs geradas no mesmo ano, em 1975, as duas entidades formaram uma parceria frutífera ao longo de décadas.

A Cedae foi fundada em 1º de agosto de 1975 no governo do almirante Faria Lima, também em decorrência da fusão da Guanabara com o Estado do Rio, reunindo três estatais: Cedag (Companhia Estadual de Águas da Guanabara), Sanerj (Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro) e Esag (Empresa de Saneamento da Guanabara).

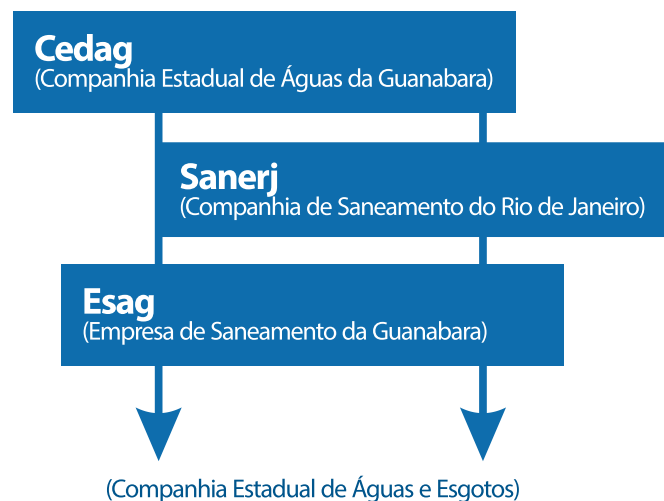
A união dessas 3 empresas públicas deu origem àquela que se configurou como a mais importante parceira dos profissionais de engenharia sanitária no Estado do Rio de Janeiro. Afinal, para que as políticas públicas de saneamento avançassem era preciso foco e união de todos da área. Tornar o saneamento básico mais efetivo era o grande objetivo dessa parceria.

A Cedae foi constituída como sociedade de economia mista. De acordo com o artigo terceiro do Decreto-Lei nº 39, de 24 de março de 1975, a empresa deveria “operar e manter a captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas, além da coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerados nos municípios conveniados do Estado do Rio de Janeiro”.

Mas anos antes da fusão entre Rio de Janeiro e Guanabara, esse esforço já era foco da ABES Nacional. Vale lembrar que pouco antes da antecessora Cedag, ser substituída pela Cedae, ela já vinha trabalhando para ampliar o abastecimento e saneamento básico no estado.

Em 1969, a empresa encomendou um plano de estudo a técnicos americanos para melhorar a oferta de água no atual município do Rio de Janeiro e na região metropolitana, garantindo o fornecimento até 1995. A ABES sempre acompanhou de perto o projeto que previa a construção de um reservatório em Jacarepaguá para regular o fluxo das adutoras, a instalação de mais bombas no Guandu e a construção de uma nova estação de bombeamento. No entanto, o plano foi arquivado, e até janeiro de 1979 as obras não tinham começado.

Constituída oficialmente em 1º de agosto de 1975, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) é oriunda da fusão de 3 empresas públicas e se tornou uma grande parceira da ABES-Rio.



Nos primeiros anos de atuação, a nova companhia enfrentou a defasagem da estrutura de abastecimento e saneamento do interior fluminense e da nova região metropolitana. Como solução utilizou o sistema do antigo Estado da Guanabara, principalmente o do Rio Guandu para fornecer água para a Baixada Fluminense em caráter emergencial. A criação da Cedae ao reunir setores de água e esgotos antes separados facilitou o alcance dos objetivos do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), no qual o Governo Federal, os Estados e os municípios somaram recursos financeiros para solucionar os problemas de saneamento básico.

Na primeira década da Cedae, a ABES estava à frente da implantação do Plano Nacional por meio do convênio com o BNH (Banco Nacional da Habitação). A atuação era pujante na área de treinamento e assistência técnica a todas as companhias de saneamento do país.

No Rio de Janeiro, a seção Rio assumiu o esteio dessa missão junto à Cedae. Além do tradicional incentivo à produção de trabalhos técnicos que impulsionou o setor, firmou diversos convênios e parcerias em seminários, cursos e estudos sempre de forma pioneira e inventiva.

Em 30 de julho de 1987, tomou posse como novo presidente da ABES-Rio, o engenheiro Eduardo Pacheco Jordão. Com um discurso de fortalecimento do setor de saneamento e meio ambiente no estado como compromisso mais importante da nova diretoria. O novo presidente também fez um balanço dos graves problemas ambientais e sanitários no estado e acreditava que a entidade teria um importante papel a desempenhar na priorização do setor.

Um dos marcos dessa época é a reafirmação de um traço marcante na atuação da ABES-Rio, a criação de premiações. Como demonstra o Concurso de monografias sobre Saturnino de Brito de 1988 com o apoio da *Hidroquímica Engenharia e Laboratórios*.

A iniciativa foi lançada em 20 de setembro, durante a Exposição Técnica dos congressos internacionais. O "Concurso de Monografias sobre a Vida e Obra do Engenheiro Saturnino de Brito" aconteceu na gestão



Jornal da ABES trazia na capa a fusão, a criação da Cedae e apresentava os dirigentes da regional no estado do Rio de Janeiro.



do engenheiro Eduardo Pacheco Jordão (1987-1989), que à época esclareceu que o evento visava ampliar o conhecimento sobre o trabalho desenvolvido por Saturnino para um público mais diversificado, motivando gerações de novos profissionais para o saneamento.

Esse era um grande exemplo da visão da ABES-Rio, quando o assunto era valorizar e expandir o universo do saneamento, seja em qualidade de serviço ou homenagens a personalidades. Mais de 30 anos depois do lançamento do concurso que contava a história de Saturnino de Brito, em 2016, um projeto apresentado pelo deputado federal João Paulo Papa declarou Francisco Saturnino Rodrigues de Brito “Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil”.

Mais tarde, resgatando uma tradição que enaltece as grandes contribuições e dedicação ao saneamento ambiental no país, a ABES homenageou o engenheiro Paulo Massato com o Prêmio Saturnino de Brito, o “Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil”. O prêmio foi concedido durante a realização da 24ª edição do PNQS “o Oscar do saneamento”, realizada em novembro de 2021 na cidade de Campinas, São Paulo.

Em maio de 2009, também com apoio da ABES tendo à frente sua seccional no estado, a Cedae inaugurou sua universidade corporativa.

8-12 Jornal da Comunicação

RIO DE JANEIRO

Sexta-feira, 16 de maio de 2009

Capacitação

Cedae inaugura universidade

CHICO BARBOSA

Começa hoje a primeira aula do centro de capacitação de funcionários da Cedae, inaugurado nesta sexta-feira. A Universidade Corporativa da Cedae, ou UniverCedae, terá cursos de qualificação e treinamento básico a pós-graduação, além de seminários, palestras para o efetivo da estatal. A unidade tem capacidade de treinar até 500 funcionários por dia, cerca de 5% do efetivo total da empresa. Segundo a companhia, todo seu efetivo passará pelo centro de capacitação até o final do ano.

“Uma empresa competitiva passa obrigatoriamente por funcionários valorizados, pessoal e profissionalmente. A valorização do quadro funcional é

uma das prioridades da nossa gestão. Nós vamos qualificar os futuros gestores da Cedae”, disse o presidente da estatal, Wagner Victor, sobre a ação da criação da UniverCedae.

De acordo com o executivo, foi investido R\$ 1 milhão na criação da Universidade, considerado por ele um valor baixo, pois o prédio já era da companhia e toda mão-de-obra utilizada foi a dos próprios funcionários da empresa. A matéria-prima usada na reforma da unidade foi comprada com a venda de sucata que se encontrava espalhada pelos prédios da Cedae. “A Cedae está se tornando um caso de gestão pública para o Brasil”, disse o governador Sérgio Cabral na inauguração.

Nas instalações serão ministrados treinamentos por instituições como o Serviço Social da



O presidente da Cedae, Wagner Victor, discursando na inauguração

Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Fundação Escola de Serviço Público do Estado do

Rio de Janeiro (Fesp RJ), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e Fede-

ração do Comércio do Estado de Rio de Janeiro (Fecomércio).

Na unidade também se concentram as gerências da Cedae voltadas ao recrutamento, treinamento e seleção e inovação tecnológica. No hall do prédio, há um espaço cultural permanente com exposição onde será apresentado um acervo histórico de peças e materiais utilizados ao longo da existência dos serviços de saneamento no Estado do Rio de Janeiro.

O prédio de quatro andares que abriga a UniverCedae foi construído em 1935 para ser utilizado como imóvel público da União, quando a cidade do Rio de Janeiro era a sede do Distrito Federal. Em 1965, no final do governo de Carlos Lacerda, passou a reunir órgãos públicos como zona eleitoral, junta militar e cartório. Com a fusão dos esta-

dos da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, a Cedae passou a ocupar o prédio e o terreno andar, onde funcionava a Superintendência de Recursos Humanos e suas áreas de Recrutamento e Seleção, Serviço Social e Medicina do Trabalho. Logo após, em 1985, o prédio passou a sediar a área de Patrimônio da Cedae até que, em 1990, foi totalmente desocupado em função de suas condições precárias e total estado de abandono.

“Esse prédio ia ser invadido, ia virar um favelão como outros lugares que foram invadidos, e hoje está virando um centro de cultura, de inteligência e um centro de excelência. Então é importante ter a possibilidade que, com vontade e perseverança, agente consegue transformar aquilo em alguma coisa produtiva”, concluiu Victor.

A UniverCedae abriu suas portas em 15 maio de 2009 com o objetivo de capacitar, qualificar, valorizar, seu quadro funcional, tornando a estatal mais competitiva ainda. Com capacidade permanente de treinar até 500 colaboradores, tinha previsão de qualificar cerca de 7,5 mil funcionários da empresa, além dos contratados nos próximos concursos públicos. Abrigava ainda um Espaço Cultural, com exposição permanente sobre a história do abastecimento do Rio de Janeiro.

A instituição destinada ao desenvolvimento dos profissionais do setor foi abrigada num prédio de quatro andares em São Cristóvão, Zona Norte. O local era datado da época em que o Rio de Janeiro era Distrito Federal. Chegou a ser utilizado por órgãos públicos até ser abandonado em 1990, pelas suas péssimas condições. Posteriormente foi reformado para abrigar o centro de treinamentos.

O engenheiro Clóvis Francisco do Nascimento Filho, presidente da ABES Nacional por dois mandatos na década de 1990, entre os anos de 1993 a 1998, dedicou 45 anos de sua trajetória profissional dentro da Cedae e relembra o momento da criação da UniverCedae:

“A Cedae carecia muito de uma área de treinamento em face da sua grandiosidade, e, na época, o presidente Victor me chamou e desafiou a gente para construir a UniverCedae. Existia um prédio ali em São Cristóvão que estava condenado a ser demolido, e cujo terreno iria ser vendido. Nós recuperamos aquele prédio, fizemos todo o projeto de criação com liberdade e apoio financeiro para inauguração. Treinamos, no primeiro ano, na UniverCedae, mais do que nos últimos cinco anos de treinamento somados da Cedae anteriormente”, lembrou.

Todo o custo da reforma foi bancado pela estatal, que contou com a participação dos próprios engenheiros da companhia. Já os equipamentos que compõem a instituição foram adquiridos a partir da venda de materiais inservíveis (sucata) da própria companhia.

As aulas eram ministradas pelos próprios empregados da Cedae, contando inclusive, com a participação de ex-funcionários.

Neste ponto é importante ressaltar que grande parte dos profissionais de saneamento da Cedae eram associados da ABES-Rio. Até mesmo pela vasta experiência dentro da associação, os mesmos dedicaram uma enorme contribuição para o sucesso da UniverCedae.

No centro de capacitação estavam previstos treinamento básico, pós-graduação, seminários e palestras, todos voltados para o público interno da empresa. Na ocasião da inauguração, o então presidente da estatal à época da inauguração, Wagner Victer, ressaltou a importância da criação de um centro como a UniverCedae “uma empresa competitiva, passa, obrigatoriamente por funcionários valorizados, pessoal e profissionalmente”, e a instalação da UniverCedae é a prova disso.

O primeiro gestor da UniverCedae foi justamente o engenheiro Clóvis Francisco do Nascimento Filho que além de presidente da Nacional também atuou na diretoria da ABES-Rio como 2º secretário, (1987-1989) e como vice-presidente (1991-1993).



Sobre a colaboração da ABES nos treinamentos, Clóvis contou que além da solicitação de muitos autores de livros ligados à associação, os membros da ABES foram de total relevância para o corpo docente e pontuou com saudosismo a atuação do engenheiro Walter Pinto Costa que proferia palestras na UniverCedae.

*“Nós ampliamos a UniverCedae, criamos laboratórios onde os alunos podiam ver a parte prática. Criamos um laboratório para esgoto, um laboratório de tratamento de água, um laboratório de elétrica, onde haviam bombas montadas para explicar seu funcionamento. Criamos um canal transparente para mostrar como é que se dava o regime laminar, o regime turbulento da água. Enfim, nós começamos a mostrar para os alunos a teoria e a prática.”*descreveu Clóvis.

Essa atuação se estendeu durante décadas, sempre com apoio dos associados da ABES com diversas formas de treinamento, desde os de formação e reciclagem, até os de aperfeiçoamento.

A ABES-Rio também assina o pioneirismo em eventos internacionais, como por exemplo o 1º Seminário Internacional sobre Sustentabilidade em Estações de Tratamento de Esgotos, promovido pela Câmara Temática de Tratamento de Esgotos da ABES e pela ABES-Rio, entre os dias 1 a 3 de junho de 2011, no JW Hotel Marriot, em Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro.

Durante o evento, mais de 200 especialistas discutiram assuntos daquele momento. Além do tema principal também foram tratadas questões sobre a responsabilidade com o meio ambiente, destinação adequada para os resíduos gerados durante o processo de tratamento de esgotos, o lodo e os problemas de sua disposição em aterros cada vez mais restritos e de alto custo operacional e a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Os mais de 20 palestrantes, alguns vindo do México, Estados Unidos e Alemanha, apresentaram diferentes abordagens sobre sustentabilidade e relatos de experiências com tecnologias inovadoras daquele momento.

Injeção de juventude: Jovens Profissionais do Saneamento (JPS)



Desde 2010, a juventude tem agitado a atuação da ABES em todo Brasil com o JPS, um programa chamado Jovens Profissionais do Saneamento. Entre as metas do programa, estão: criar uma rede de relacionamento entre jovens profissionais brasileiros e permitir que essa rede esteja inserida em programas internacionais de jovens profissionais, apoiar o desenvolvimento da carreira dos jovens profissionais permitindo seu engajamento com a associação e com os consultores sêniores, e auxiliar nos estudos técnicos do setor.

Essa iniciativa com o objetivo de despertar habilidades e lideranças entre os jovens que atuam no saneamento ambiental foi inspirada na atuação do programa *Young Water Professionals (YWP)* da *Internacional Water Association (IWA)*.

A ABES viu no programa a oportunidade de criar a seleção base do saneamento ou a seleção sub 35, já que a idade limite para os jovens profissionais participarem do programa é de 35 anos, e concentra esforços na identificação de lideranças, capacitação e desenvolvimento de habilidades, além é claro do suporte na carreira acadêmica, profissional e criação de rede de *networking* do jovem profissional.

Desta forma, o JPS surgiu para preencher uma lacuna identificada no mercado pela carência de profissionais qualificados para atuar no setor de saneamento. Aos 10 anos de existência se tornou um programa de desenvolvimento contínuo com objetivo de despertar habilidades e lideranças entre os jovens que começam a atuar na área do saneamento ambiental para satisfazer as necessidades presentes e futuras do setor.

Em entrevista para este livro, Mayra de Castilho, 1ª e 2ª secretária da ABES-Rio nas gestões de 2013 a 2021 e tesoureira na gestão atual (2021-2023), falou da importância do programa para sua trajetória:

“O JPS foi um programa que me trouxe uma visão de Brasil. Porque me fez criar vínculos com pessoas relacionadas ao saneamento do país inteiro. A gente acabou criando uma aproximação grande, que se materializava nos congressos. Estou deixando de ser ‘JPS’ este ano, o tempo passa.”



Mayra de Castilho, diretora da ABES-Rio desde 2013, participou do JPS desde o início do projeto

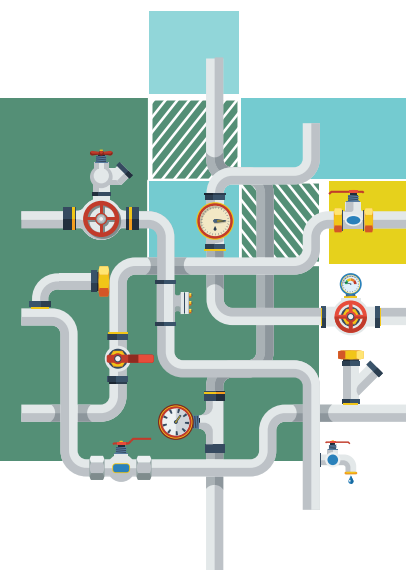
De forma completa, o JPS elaborou programas de capacitação completos dos mais diversos temas dentro da área do saneamento com abordagem de assuntos como gestão de projetos, projeto de saneamento, licitações e contratos de obras, avaliação e licenciamento ambiental de obras hidráulicas e de saneamento; análise técnica e econômica de projetos de engenharia sanitária e ambiental; elaboração de orçamento para obras de saneamento, fiscalização de obras de saneamento; gestão ambiental - conceitos e ferramentas; família de normas ISO 24511, 24512, 24513; regulação no saneamento ambiental; entre outros temas.

Desde sua criação, o JPS tem sido a principal porta de entrada para novos quadros dentro da ABES. Miguel Alvarenga Fernández y Fernández, um dos fundadores do Programa, iniciou atividades na associação por meio do JPS até se tornar presidente da ABES-Rio por duas gestões: entre os anos de 2019 a 2021, e reeleito para a gestão entre os anos de 2021 a 2023.

Em entrevista, Miguel lembrou momentos importantes dessa trajetória e falou de contribuições que trouxe ao programa, como por exemplo, quando criou um dos eventos mais populares do Congresso da ABES: as Olimpíadas JPS. "Eu criei as Olimpíadas, referência até hoje. É um jogo de quiz, e a galera sai fantasiada, correndo na feira. Muito bacana!", contou Miguel.



As Olimpíadas JPS consistem num jogo de perguntas e respostas e cumprimento de tarefas. A cada pergunta acertada e tarefa executada são conferidos pontos à equipe. E os objetivos da disputa são cumpridos a cada biênio. A cada edição a entidade assiste maior engajamento e interesse dos jovens profissionais no setor de saneamento. É um momento especial no Congresso, pois além de fomentar o conhecimento e formação profissional, também promove a integração e socialização entre os membros do grupo de jovens.



Monitora Corona ABES-Rio

No início de 2020, a Covid-19 se espalhou e a Organização Mundial da Saúde identificou então que se tratava de uma pandemia. Em meados do mês de março, autoridades sanitárias brasileiras, diante da falta de tratamento para a doença e para não impactar e comprometer o precário Sistema Único de Saúde (SUS), passaram a adotar o distanciamento social, que se deu de maneira não uniforme nos municípios, estados e regiões do país.

No entanto, de forma geral, muitas escolas, igrejas, lojas, teatros, estádios de futebol foram fechados, e isso também aconteceu no Rio de Janeiro. Novos termos, até então distantes do nosso universo, começaram a fazer parte do cotidiano da população como distanciamento, isolamento social, *lockdown*, álcool em gel, coronavírus, ventiladores pulmonares, intubação, pandemia, máscaras, e outras tantas.

Algumas cidades, principalmente as maiores do país, ficaram com suas ruas desertas, inclusive com menor poluição. Até as águas apresentaram alguma melhora na sua qualidade. Parecia um alerta da mãe natureza.

"O vírus está querendo nos "desligar", tirando nosso oxigênio. Quando a Covid-19 ataca os pulmões, o doente precisa de um respirador, um aparelho para alimentação de oxigênio, se não ele morre. Quantas máquinas dessas vamos ter de fazer para sete bilhões de pessoas no planeta?"

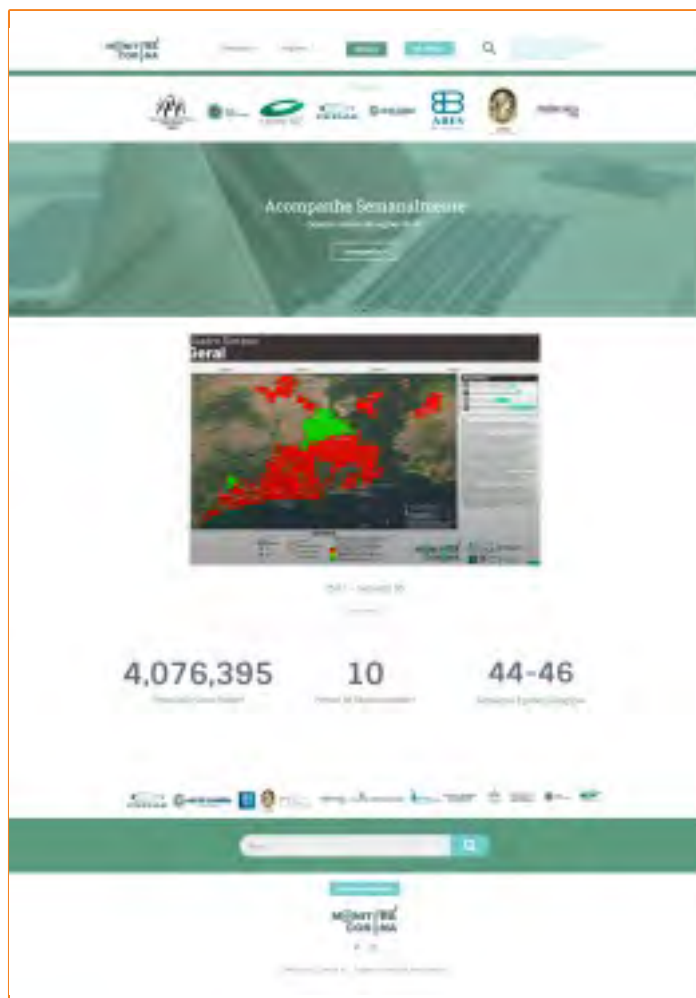
A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantarem, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele?

O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. "Filho, silêncio". A Terra está falando isso para humanidade. E ela é tão maravilhosa que não dá ordem. Ela simplesmente está pedindo: "Silêncio". Esse também é o significado do recolhimento." Ailton Krenak. Trecho publicado pelo líder indígena, ambientalista e escritor no livro gratuito "O Amanhã Não Está À Venda", de Ailton Krenak (editora Companhia das Letras).

A revolução pandêmica também atingiu o funcionamento da ABES que se reinventou adaptando a atuação presencial para on-line. A preservação da vida da população prevaleceu acima de qualquer coisa. O cuidado com os grupos de risco foram evidenciados e a sociedade se sensibilizou com os profissionais da linha de frente e com as

milhares de vítimas que se somaram ao longo de mais de dois anos.

Diante dos desafios impostos pela pandemia, profissionais das mais diversas áreas se esforçaram para contribuir com a sociedade, missão que a ABES-Rio desempenhou com maestria com o site “Monitora Corona RJ”.



O portal divulgou semanalmente os resultados preliminares do estudo “Monitoramento espaço-temporal da concentração de SARS-COV-2 nos esgotos sanitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro” como estratégia de apoio de ações de vigilância epidemiológica da COVID-19”.

A iniciativa contou com a Cedae como patrocinadora e com o apoio de órgãos públicos como a Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ).

Durante todo o projeto a ABES-Rio foi responsável pela divulgação dos dados. Sobre o assunto, o presidente da entidade no período, Miguel Alvarenga Fernández y Fernández (2019-2021 e 2021-2023) comentou com orgulho sobre o estudo:

“O projeto “Monitora Corona” nasceu dentro da ABES-Rio de uma proposta da presidência da Cedae de formar uma parceria inédita entre grandes instituições. O desafio foi muito grande, pois trata-se de um trabalho de pesquisa, fronteira do conhecimento científico mundial. A nossa expectativa era que os resultados obtidos ajudassem os tomadores de decisão de nosso estado sobre ações de combate ao novo coronavírus”.

Para encerrar a pesquisa, a ABES-Rio promoveu o Webinar Monitora Corona, com a participação de personalidades do mundo da saúde, do saneamento e meio ambiente como Mayra de Castilho Bielschowsky, gerente de projetos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae); Isaac Volschan Jr., ex-presidente da ABES-Rio na gestão 2007-2009, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Conselho da ABES-Rio; Luana Araújo, médica, consultora analytics do Hospital Israelita Albert Einstein e consultora em Saúde Pública global para instituições internacionais; e Marcelo Guimarães Araújo, pesquisador do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz.

O Webinar teve como objetivo apresentar os resultados do estudo, com análises dos profissionais que participaram do projeto e de especialistas da área. O professor Isaac Volschan, que integra o conselho da ABES-Rio (2021-2023), explicou os dados apresentados e todo o processo de coleta, análise e divulgação das amostras. Em suas palavras, o estudo se mostrou eficaz de maneira a permitir que os órgãos responsáveis pela saúde pública tracem estratégias para a prevenção e contenção da disseminação do vírus.

A Cedae como patrocinadora do estudo desenvolveu um vídeo explicativo sobre a importância do projeto com destaque aos benefícios de estudar os esgotos como medida de prevenção de doenças que atingem a população. A gerente de projetos da Companhia e secretária da ABES-Rio (2021-2023), Mayra de Castilho Bielschowsky, participou do Webinar representando a Cedae.

Com o intuito de qualificar cada vez mais o debate, a ABES-Rio convidou a médica e consultora em saúde pública global, Luana Araújo. A especialista reafirmou durante o Webinar que o monitoramento do vírus antecede a qualquer outro mecanismo de vigilância já utilizado.

“A ferramenta deve ser utilizada de forma integrada à saúde pública. Devemos superar o desafio de baratear e simplificar a tecnologia de forma que ela possa ser usada em diferentes locais por diferentes órgãos. O monitoramento deveria ser contínuo, com tecnologias mais em conta que pudessem ser utilizadas para a monitoração de múltiplos patógenos.” declarou.

Em complemento ao discurso da médica, o pesquisador do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Marcelo Guimarães Araújo, também destacou a eficácia do estudo.

“A ferramenta indicou, com maior celeridade que o sistema de notificação do Ministério da Saúde, a presença de uma nova onda epidêmica. Quando feito de forma territorializada, o monitoramento permite uma análise mais precisa da disseminação nos bairros, levando em conta os aspectos sociais e o controle da vacinação.” pontuou Marcelo.

O evento foi transmitido pela rede do ABES Conecta com a participação de centenas de associados e demais pessoas interessadas pelo tema.





Capítulo 4



Uma sede, uma
história à parte

Em 1967, logo em seguida à fundação da ABES no IV Congresso Brasileiro de Engenharia na recém construída Brasília, foi necessário providenciar um espaço físico para colocar em prática as atividades da entidade.

Sem sede própria, a ABES foi instalada em uma sala da Comissão de Planejamento de Esgoto Sanitário da Superintendência de Saneamento (Sursan), do antigo Estado da Guanabara, na Rua do Russel, nº 1, aos pés do Outeiro da Glória. O local que abrigou a ABES nos primeiros anos de sua fundação é a atual sede da SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro).

Logo após os primeiros anos de existência, no início da década de 1970, a entidade mudou-se para o prédio do Banco Nacional da Habitação (BNH), que concentrava as verbas do setor de saneamento no país. O endereço da ABES passou a ser, portanto, no Edifício Novo Mundo, na Avenida Presidente Wilson, nº 164 - 7º andar, um dos ícones do Art Déco em meio às dezenas de construções da região surgidas após o desmonte do Morro do Castelo.

Foi a época de maior expansão da entidade, graças à criação do Plano Nacional de Saneamento – Planasa, uma parceria duradoura para treinar os quadros do saneamento no país, tarefa em que a entidade está envolvida até hoje. Nessa sede, a ABES permaneceu até o BNH ser extinto.

A extinção do BNH e a sede própria da ABES

Uma das mais emblemáticas conquistas da ABES e grande motivo de orgulho para todos os associados, conselheiros e diretores que fizeram parte dessa história foi a conquista da sede própria da associação.

Não é para menos, a compra de um imóvel próprio para a maior entidade de engenharia sanitária e ambiental do país, representou uma verdadeira força tarefa entre todos. E por isso, esse feito até hoje é lembrado como símbolo da união de todos.

Tudo começou em uma reunião que aconteceu no dia 21 de agosto de 1984, no Clube 17, no Rio de Janeiro, na qual a diretoria discutiu o início da campanha para compra da sede própria da ABES. O assunto era urgente, pois a desocupação do espaço do BNH era inevitável, já que o órgão público estava prestes a ser extinto.

Eram momentos de incerteza pois as questões de saneamento e habitação no país ficariam também órfãs do BNH. E do ponto de vista econômico, o órgão teve um papel fundamental para a indústria da construção civil e de todo o sistema privado montado em torno da política habitacional — 25,8% de todas as habitações construídas no Brasil, entre 1964 e 1985, foram financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A extinção do BNH está situada no contexto do processo de redemocratização do Brasil. Em 1983 caminhava para o fim do Regime Militar e as Diretas Já! demonstravam o desejo popular de eleições que pudessem atender uma série de reivindicações. Entre as principais delas estavam o controle da inflação, aumento salarial, mais saúde e transporte públicos.

Dois anos após o auge do movimento das Diretas, o Brasil elegeu de forma indireta, o primeiro presidente civil pós-ditadura militar. A votação do colégio eleitoral foi realizada em 15 de janeiro de 1985, e escolheu Tancredo Neves, 75 anos, para presidente. No entanto, após uma campanha cansativa, o político mineiro passou a sentir fortes dores abdominais e foi internado na véspera da posse e morreu trinta e oito dias depois. José Sarney, eleito vice na chapa de Tancredo, tornou-se então o presidente.

Com a posse de Sarney, toda máquina pública começou a passar por intensa transformação. E após 22 anos de existência, o BNH foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, do então presidente da República José Sarney, que também transferiu a função de coordenador do SFH para a Caixa Econômica Federal e a de regulador para o Banco Central.

Segundo o verbete disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a notícia da extinção do BNH pegou a todos de surpresa, nem mesmo o presidente, José Maria Aragão, soube da medida. Entre as recomendações do Grupo de Trabalho para reformu-

lação do SFH, criado em maio de 1986, não constava a extinção do BNH, que também não foi analisada pelos setores técnicos do banco ou do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A decisão final teria sido tomada em reunião realizada no gabinete do presidente José Sarney, às vésperas da publicação do Cruzado II, embora o assunto estivesse “amadurecido” há algumas semanas. Além do próprio Sarney, teriam estado presentes ao encontro seu secretário particular (e genro) Jorge Murad, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, este apontado, segundo o jornal O Globo, de 26 de novembro de 1986, como o mentor da extinção.

Presidiram o BNH Sandra Martins Cavalcanti (1964-1965), Luís Gonzaga Nascimento e Silva (1965-1966), Mário Trindade (1966-1971), Rubens Vaz da Costa (1971-1974), Maurício Schulman (1974-1979), José Lopes de Oliveira (1979-1983), Néelson da Mata (1983-1985) e José Maria Aragão (1985-1986).



Mas um ano antes da extinção total do órgão, a ABES já havia resolvido o problema da mudança do seu espaço físico.

E esse movimento teve início em reuniões, nas quais foi aprovada a sugestão de compra pela diretoria nacional, encabeçada pelo então presidente à época, Walter Pinto Costa, com o apoio e a coragem do tesoureiro geral, José Padrão do Espírito Santo. A partir desse momento, foram discutidas as formas de arrecadação de fundos, através doações, contando com o apoio de empresas de saneamento, instituições do setor, e até mesmo com os associados pessoas físicas.

À época também foi cogitada a possibilidade da ABES alugar um conjunto de salas. Mas o objetivo principal era dar um passo maior na concretização da sede própria, e assim foi feito. Para o lançamento da campanha foi organizada uma reunião de confraternização com profissionais do setor e ex-presidentes.

Início da campanha pela sede própria levou numeroso grupo a encontro na ABES realizado em 21 de agosto no Clube 17



José Padrão do Espírito Santo, tesoureiro à época da aquisição da sede própria da ABES Nacional.

O que se viu nos meses seguintes foi um verdadeiro mutirão financeiro que mobilizou todos os setores da ABES. Eles se uniram com muita rapidez, já que a diretoria havia sido informada pelos administradores do prédio do BNH, que a desocupação deveria ocorrer impreterivelmente até 31 de dezembro do ano corrente (1984).

Nas convicções dos primeiros presidentes da instituição, a associação já estava sólida o suficiente para ter sua casa própria. Como enalteceu o engenheiro Enaldo Cravo Peixoto, “Nada mais justo. A ABES hoje é uma potência, faz-se presente em todos os eventos ligados ao saneamento básico. É fundamental para sua independência que a ABES tenha sua sede própria, e não fique dependendo de ninguém”, afirmou.

O ex-presidente Hugo de Matos Santos comungava da mesma opinião, “a sede própria é uma prioridade, é o objetivo principal da ABES, para garantir sua autonomia e estabilidade”, declarou à época.

Com a nova sede, e própria, a ABES não dependeria de cessão de imóveis, e adquirindo um espaço seu, as adaptações condizentes com salas de aula, centro de documentação, auditório, trariam mais segurança para a instituição se projetar para o futuro. O pontapé das doações foi dado pela seção da ABES - Rio Grande do Sul, com a entrega de Cr\$1 milhão - cerca de mil dólares corrigidos em março de 2022 - conforme correspondência assinada pelo presidente local destinada ao presidente nacional à época, Walter Pinto Costa.

Felizmente, por conta do prazo apertado para encontrar um local, desocupar o antigo e fazer a mudança, a ABES não precisou alugar um espaço temporário. Ação que só foi possível graças a determinação de todos da ABES, e em especial do presidente Walter Pinto Costa que, com o apoio e a coragem do tesoureiro geral José Padrão do Espírito Santo, adquiriu, em 1985, o imóvel atual, após memorável campanha dos sócios e arrecadação de fundos.

*Vista geral interna da sede em 1985,
na época de sua aquisição.*



O espaço ideal eram dois conjuntos de salas com 600m², localizados na avenida Beira Mar, nº 216, no Edifício Magnus, próximo ao antigo prédio que abrigava a entidade. Assim a ABES ocuparia um conjunto no 13º, o último andar do edifício, podendo utilizar também o terraço, e um conjunto menor no 11º andar, ultrapassando um pouco as medidas estabelecidas.

Aquele natal de 1984 foi especial para os sanitaristas, pois entre os dias 20 e 23 de dezembro a mudança da ABES finalmente se concretizou.

Sede própria da ABES foi uma grande conquista em endereço privilegiado e vista deslumbrante para o Aterro do Flamengo e o Pão de Açúcar



Fachada do prédio com localização excepcional: ao lado do aeroporto Santos Dumont e em frente ao Museu de Arte Moderna, bem no centro do Rio



Mas a mudança foi um ato de ousadia. A aquisição e o pagamento da primeira parcela ao antigo proprietário eram ainda os primeiros passos, pois a ABES teve que continuar uma árdua campanha para completar o pagamento do imóvel. Para isso, mobilizou todo o setor do saneamento básico no país, pessoas físicas e jurídicas em busca de doações, totalizando quase 300 pessoas e entidades na contribuição para quitar o imóvel da sede.

A compra foi parcelada depois da negociação de Walter Pinto Costa com o empresário Murilo Mendes, presidente da Construtora Mendes Júnior, dona do imóvel. Ele mostrou contentamento em transferir o escritório carioca a uma respeitada entidade profissional. Nesse caso, sob a ótica do vendedor, valia a pena receber a prazo. Para o comprador, o

parcelamento do pagamento era a única maneira viável de quitar as prestações. Calculadora nas mãos, Walter Pinto Costa e José Padrão do Espírito Santo aplicavam todo dinheiro que a ABES recebia no famoso *overnight*, fazendo multiplicar de noite todas as doações angariadas durante o dia. A nova sede tinha um significado de independência econômica e política da ABES.

No primeiro mês do ano seguinte, a ABES abriu suas portas na nova sede, e em março realizou a inauguração oficial. E não podia ser diferente, a primeira reunião do Conselho Diretor da ABES Nacional daquele ano aconteceu no dia 26 de março, em clima de comemoração na sede nova com o auditório totalmente lotado.



*O Conselho diretor de 1985 em primeira reunião na sede nova.
Mesa que presidiu o encontro, a partir da esquerda: José
Padrão do Espírito Santo, Walter Pinto Costa, Paulo César
Pinto e José de Santa Rita*

Na ocasião, o engenheiro Walter Pinto Costa fez um histórico das iniciativas que a diretoria nacional havia tomado para que o acontecimento se tornasse realidade. Também foi realizado sorteio de uma televisão para os sócios que haviam se esforçado para pagamento adiantado da anuidade daquele ano. Essa força tarefa de todo quadro associativo fez muita diferença na arrecadação do montante. Em seguida, foram tratados assuntos protocolares e amplamente discutida a questão dos compromissos financeiros que haviam acabado de assumir com a aquisição da sede própria.

Em março de 1986, pouco mais de um ano na nova sede, a diretoria já discutia o projeto de expansão da sede, criado pelo arquiteto Ernesto Lopes, e, sempre pensando à frente, a entidade já estava elaborando o orçamento da obra para que pudesse dar início à campanha para obtenção de recursos financeiros.

ABES-Rio, autonomia refletida na conquista da sede própria

Desde a fundação em 1975, a seção Rio foi abrigada no mesmo espaço físico da Nacional. De 1985 até 1999, a seção Rio, alugou uma sala da sede nacional. No entanto, quase 25 anos depois, toda autonomia e independência precisava ser refletida em seu próprio espaço.

Isso só foi possível com o 20º Congresso da ABES, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1999, como contou em entrevista, o ex-presidente da ABES-Rio (2001), Lúcio Henrique Bandeira.

“Com o sucesso que este evento trouxe, foi possível à ABES-Rio negociar com a Nacional, fechando um acordo entre as entidades, firmando a titularidade do 11º andar à ABES-Rio. Isso foi uma particularidade entre a Nacional e a regional Rio, mostrando mais uma vez que a história de uma não pode ser contada sem citar a outra”, declarou Lúcio.

Lúcio Henrique Bandeira acompanhou todo este processo de aquisição da sede própria, assumindo, na gestão seguinte, como presidente da ABES. Porém sua permanência como presidente da instituição durou cerca de um mês. Em 2001, teve que sair do cargo por ter sido convocado para assumir a chefia do gabinete da presidência da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A ABES tinha convênios com a FUNASA, para dar cursos e a permanência de Lúcio nas duas direções poderia configurar conflito de interesses, por isso o mesmo se desligou da seccional dando a gestão ao vice-presidente à época, Ricardo Lisboa.

Mas quem esteve à frente de todo o processo de aquisição da sede da Abes Rio, foi Eliane Pinto Barbosa que presidiu a ABES-Rio no período de 1997-1999 e 1999-2001, anterior ao Lucio. Eliane também relembrou a compra do imóvel:

“Ficamos uns 10 anos numa sala alugada, o grande marco foi quando nós conseguimos comprar a sede, fruto do Congresso de 1999 no Rio de Janeiro” contou.

Eliane completou ainda que a mudança foi muito importante para que a seção pudesse trilhar seu próprio caminho, já que a proximidade com a Nacional dificultava até mesmo a separação dos sócios, “sempre tinha a ABES nacional na frente, então foi bastante difícil essa separação para que a seccional do Rio tivesse uma personalidade, uma independência”concluiu Eliane.

Reforma ABES-Rio

As ampliações e atualizações das estruturas disponibilizadas aos associados sempre refletiram o estilo arrojado e corajoso dos gestores da entidade.

E por isso, durante a gestão do engenheiro Ernani de Souza Costa (2009-2011 e 2011-2013), a sede da seção Rio ganhou uma revitalização total. As duas gestões de Ernani foram marcantes pelo fato de ele ser o primeiro dirigente até aquele momento, oriundo do setor privado. Suas vivências de mercado trouxeram avanços importantes para a Regional.

Reformar a sede foi justamente um desses avanços como relembra o dirigente:

"O primeiro foi tentar fazer com que a nossa casa fosse extremamente atrativa, uma casa muito bonita, aí eu fui ao mercado privado e solicitei contribuições em dinheiro de diversos fornecedores que atuam no setor de saneamento", contou Ernani.

A contrapartida para as contribuições eram convertidas em anúncios na revista da ABES e uma placa de agradecimento na própria sede. Daquela forma todos no setor saberiam que aqueles colegas haviam contribuído para as melhorias.

Para que a transformação ficasse a contento, o filho de Ernani, Thiago Peva Costa, arquiteto, fez o projeto voluntariamente. O sanitarista também relembrou com empolgação os detalhes da obra:

"Um amigo, Carlos, que é historiador e arquiteto também, fez com o meu filho um estudo do prédio da ABES e descobriram que se tratava de um imóvel residencial. Aí nós descobrimos que existia uma varanda, então a resgatamos. Se olhar o prédio hoje do lado de fora, ali no Aterro, só existe uma única varanda que é a da ABES", rememorou.



A frente toda foi quebrada e refeita para reconstruir a varanda que tinha. E até mesmo ralo de drenagem e canteiro para flores foram resgatados da construção original. Os antigos apartamentos haviam fechado as sacadas para ganhar alguns metros quadrados de área.

Estar na varanda da sede proporciona uma das mais belas vistas da cidade maravilhosa, pois é possível admirar uma sucessão de cartões postais: o mar, a Praia do Flamengo, a Marina da Glória, o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor, no alto do Corcovado. E, ao lado oposto às belezas naturais da cidade, é possível ainda contemplar a ponte Rio Niterói.

Com a parceria, a direção proporcionou a reaproximação dos sócios que voltaram a frequentar a sede para eventos especiais e gratuitos: degustação de vinhos com palestras sobre regiões do mundo onde a bebida é produzida.

A reaproximação dos associados possibilitou a venda de cursos de conteúdos puramente técnicos sobre saneamento “chegamos a ter até 16 cursos num único ano, tinha até fila de espera. O que deu uma sustentabilidade financeira razoável a ABES” declarou Ernani, mostrando a saída encontrada para ter orçamento, já que apenas as contribuições dos sócios não supriam as necessidades financeiras para avanços na seção.



Também foram criados outros espaços como sala de aula, espaço para reuniões, copa e os banheiros foram totalmente reformulados.

Para conquistar ainda mais solidez financeira para a ABES-Rio, Ernani investiu na integração social utilizando-se de um caminho muito peculiar e criativo. Promoveu uma parceria com outra associação, da qual fazia parte como sommelier. Coincidentemente, a entidade de vinhos era vizinha com sede na Praia do Flamengo.



Reforma da sede nacional

Na mesma época em que aconteceu a reforma na sede da seção Rio, a diretoria da Nacional, eleita em 2008 e reeleita em 2010, reestruturou todo o 13º andar. Para atender as necessidades estruturais da associação e refazer os espaços, tudo foi demolido, sobraram apenas as paredes estruturais e as lajes de concreto.

Então, a ABES embarcou na execução de um projeto contemporâneo com a atual cara da engenharia sanitária e ambiental brasileira: revitalizada, moderna e com os olhos no futuro. Do piso às paredes e ao teto, tudo foi refeito com materiais da mais alta qualidade e bom gosto para adequar a sede num novo *layout* criativo e alinhado com as tendências da moderna administração empresarial. A funcionalidade foi distribuída igualmente para todos os setores: diretoria, sala de reuniões, superintendência, assessorias, administração, arquivos, biblioteca, sistema de informática e comunicações, espaços para cursos e treinamento, recepção e cantina.

O resultado proporcionou um ambiente confortável e de estímulo ao trabalho para os funcionários, além da praticidade e acolhimento para os visitantes, pesquisadores e participantes de cursos técnicos.



ABES e a Comunicação

Tanto pelas publicações institucionais como pelos diversos conteúdos técnicos, os associados sanitaristas ligados à ABES sempre colocam a comunicação como prioridade para divulgar suas ações, pensamentos e atuação no setor.

É importante lembrar que a revista *Engenharia Sanitária*, publicação de grande relevância na área, foi lançada antes mesmo da fundação da ABES. Sua primeira edição é datada de junho de 1962 pela seção brasileira da AIDIS.

O objetivo à época era levar informação técnica para os profissionais do setor, além de publicar artigos técnicos e divulgar pesquisas e trabalhos que estavam sendo produzidos no país.

Segundo declaração para o livro *ABES 45 anos, uma história de luta em favor do saneamento ambiental*” o fundador e primeiro diretor da publicação, o engenheiro César Drucker, considera que a revista *Engenharia Sanitária* ajudou a fortalecer o grupo de engenheiros sanitaristas que desejavam pertencer a uma associação brasileira de engenharia sanitária, contribuindo efetivamente para a criação da ABES.

Já o engenheiro e professor Eurico Trindade Neves lembrou também na ocasião dos 45 anos que, naquela época, os artigos das revistas do setor de saneamento tratavam principalmente de fórmulas para cálculo de canalizações, método de redes de distribuição de água e cálculos de estações de recalque. “As questões ambientais tinham pouco destaque, o que importava era resolver o problema de abastecimento de água”, destacou.

A partir de 1976 com a criação da ABES, a revista *Engenharia Sanitária* passou a ser co-editada pela ABES, BNH, empresas estaduais de saneamento e órgãos federais e estaduais de defesa ambiental.

Outra publicação de destaque foi também o informativo *Vidativa*, baseado em matérias publicadas em diferentes jornais e revistas nacionais, e outras publicações, como o *jornal ABES*, o *Catálogo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (Cabes)*, enquanto a AIDIS publicava a *revista Ingeniería Sanitaria* e o *Informativo AIDIS*.

Mas, a partir de 1989 a *Revista Bio* foi lançada substituindo a *revista Engenharia Sanitária*. Além dos artigos técnicos, a publicação também deu lugar às matérias jornalísticas. A ideia foi expandir o público para além dos associados da ABES, atingindo também toda a sociedade.

O livro de 45 anos da entidade também trouxe um registro sobre a transformação editorial. Quando se deu a transição, a jornalista Cecy Oliveira fazia parte do conselho editorial. Ela conta que a ideia era que a *Bio* fosse para um público externo, mas acabou virando a *revista ABES*. Cecy diz que os técnicos reconheciam que era fundamental que a população tomasse conhecimento de questões como as mudanças climáticas e de que forma poderiam afetar seu cotidiano.



Edição do ano X da Revista Bio de 1999 estampava na capa o 20º Congresso realizado no Rio de Janeiro com entrevista de Eliane Barbosa, presidente da sessão Rio à época

Outro destaque relevante foi o “Prêmio ABES de Reportagem”, de julho de 1987, que premiava as melhores matérias relacionadas a meio ambiente e saneamento. A iniciativa pretendia estimular profissionais que atuavam na área de jornalismo com foco em questões ligadas ao setor.

As produções eram classificadas em quatro categorias: reportagens publicadas em jornais, revistas ou outros periódicos; reportagens transmitidas através do sistema de radiodifusão; reportagens transmitidas através de emissoras de televisão; e fotojornalismo. Com uma banca julgadora composta por pessoas convidadas, entre profissionais do setor e da área de Comunicação Social, os escolhidos eram premiados com dinheiro e um troféu.

Também em 1987, aconteceu o relançamento do programa “Meio Ambiente Urgente”. O programa era exibido na TV Bandeirantes com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O objetivo era mostrar a diversidade da problemática ambiental no Brasil, com notícias e informações divulgadas no *Jornal da ABES*. Este contrato garantiu a veiculação de três edições do programa. Antes desta nova temporada, a edição anterior era semanal, voltada para o público noturno aos domingos.

Para além de um programa que discute questões ambientais, foi também uma oportunidade que a ABES teve de difundir seu nome nacionalmente. As pautas eram voltadas para apontar problemas, denúncias, mas mais importante que isso, a visibilidade na TV abriu espaço aberto para apresentar soluções, através do corpo técnico da ABES.

A ABES-Rio também se preocupou com os avanços na comunicação. Segundo entrevista de janeiro de 1987 para a revista *Bio*, o presidente da ABES-Rio entre os anos 1985 e 1987, Evandro Rodrigues de Brito, afirmava que em sua gestão estava buscando a consolidação e independência da seção Rio, uma vez que esta sempre estava atrelada à Nacional. Na mesma entrevista contou sobre os objetivos da criação do jornal local *Tribuna Livre*. O nome da publicação era o mesmo da chapa que liderou na última eleição, cujo objetivo era levar a regional “ao caminho da conquista da identidade, da descentralização”, segundo ele.

Outro meio de comunicação disponibilizado aos associados foi a TV ABES. O projeto ganhou vida no primeiro semestre de 2010 e tinha como meta fazer chegar as notícias da entidade a todos os interessados no setor de saneamento ambiental.

A programação era veiculada on-line por meio do site da instituição e a primeira edição documentou a inauguração das novas instalações da ABES-Rio.

*Primeiro programa da TV ABES
apresentou as novas
instalações da seção Rio*



As novas demandas da ABES no campo da comunicação e da informação foram percebidas de forma natural. Na década de 1990, quando a internet começou a ganhar espaço, os sites da Nacional e da ABES-Rio foram desenvolvidos para abrir mais um canal de divulgação das atividades.

Tanto na Nacional, como na seção Rio, a página virtual é utilizada, passando por atualizações frequentes, para acompanhar as inovações tecnológicas e as novas ferramentas de comunicação digital.



abesrio.org.br





Capítulo 5



Saneamento e meio ambiente
em defesa da sociedade

Desde o início da década de 1960 a ABES é intrinsecamente ligada à história do saneamento ambiental no Brasil, levando em conta a participação de seus pioneiros no setor. E por isso, a presença da ABES é constante nos momentos históricos mais decisivos para a engenharia sanitária e ambiental.

Com sabedoria e seriedade, a entidade sempre se colocou como autoridade de relevância técnica com o único objetivo de levar saneamento a todo país, independente do momento político, fazendo valer o caráter apartidário sob o qual foi fundada em 1967.

Com os pés fincados em princípios sólidos, a ABES nunca se alinhou às tendências políticas ou linhas ideológicas, mas sempre participou e se posicionou firmemente nas questões setoriais e institucionais da nação. Ao mesmo tempo, sem perda de coerência e com muito respeito, nunca reprimiu a livre manifestação de pensamentos dos seus associados.

A ideologia mais pura e essencial da ABES é o saneamento básico e ambiental. Por isso, nos momentos cruciais de definição e implementação de políticas públicas, a ABES esteve presente com sua autoridade técnica e sua credibilidade institucional.

Por isso, a entidade demonstrou atuação ativa diante de muitos fatos marcantes - sejam históricos, políticos ou até mesmo econômicos que impactaram toda sociedade.

Isso aconteceu desde o início nos anos de 1970 com a atuação dedicada dos sócios no apoio na engenharia financeira e na concepção operacional do Planasa, instituído em 1971. Isso porque o Planasa instituiu fontes seguras de recursos para o saneamento oriundos de empréstimos vindos do FGTS.

No entanto, a associação também se posicionou em muitos momentos de forma combativa. Como em 1983, quando os técnicos da ABES-Rio denunciaram os problemas de saneamento no país. Àquela época, mais de 57 milhões de brasileiros viviam às margens de uma política pública decente de acesso ao saneamento, sem esgotos. Somados a outros 19 milhões de brasileiros sem acesso à água.

Nesse período, por ocasião de uma invasão a um terreno pertencente à CEDAE em Irajá, zona norte do Rio, a instituição salientou a importância do acesso a um sistema de saneamento adequado. O apelo pretendia atingir os novos governantes para que dessem prioridades nessa área.

Em fevereiro de 1984, mais uma vez a ABES esteve presente para ser voz da população no que diz respeito à política de saneamento. Dessa vez a entidade denunciou a resolução 831, que tratava da nova política orçamentária prevista pelo Governo Federal e reduzia drasticamente os investimentos na área de saneamento.

A resolução determinava que os investimentos fossem de responsabilidade somente de recursos dos bancos públicos estaduais. A entidade divulgou uma carta-denúncia nos principais jornais do país, reclamando critérios de seletividade na restrição de investimentos no setor de obras, já que os projetos voltados para o saneamento seriam um dos mais atingidos.

O texto foi batizado de “Denúncia à Nação” e pedia aos governantes que fizessem um caminho contrário, retrocedendo ao menos 15 anos de políticas públicas para o saneamento, uma vez que a população havia aumentado, enquanto obras no setor sofreram redução. Também chamava atenção para o cumprimento das promessas de campanha visando as metas mínimas amparadas no Plano Nacional de Saneamento.

DENÚNCIA À NAÇÃO

- a) A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES, que congrega empresas de saneamento, fabricantes de materiais e equipamentos, firmas de consultoria e sanitaristas, de uma maneira geral, vem alertando ao Governo Federal, desde outubro do ano passado, que a redução drástica de todas as obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário no País, em decorrência de restrições criadas pela política econômica, é medida de natureza grave, que coloca em risco principalmente as populações urbanas, ameaçadas por crises agudas de falta d'água e de aumento das doenças de veiculação hídrica, especialmente entre crianças;
- b) Quase dois mil sanitaristas, reunidos no final de novembro no 12º Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Santa Catarina, repudiaram as medidas restritivas do Governo Federal, especialmente a Resolução RII, do Banco Central, principal garrote a estrangular o setor de saneamento;
- c) Não obstante sucessivas correspondências encaminhadas a todos os setores responsáveis do Governo Federal — Ministros da área econômica, Ministro do Interior, Presidente do Banco Central — nenhuma providência foi tomada — e sequer a correspondência foi respondida;
- d) As obras paralisadas constituem-se, em sua maioria, de ampliações de sistemas deficientes de abastecimento d'água e de extensão a conjuntos habitacionais e a áreas periféricas de baixa renda, onde geralmente são críticas as condições de saúde;
- e) É, no mínimo, paradoxal, que o Governo Federal deixe de usar, em obras de tão relevante interesse nacional, recursos colocados a disposição do BNH pelo Banco Mundial, a juros favorecidos; e mais, com o agravante de pagamento diário de pesadas taxas de compromisso em dólares pela não utilização desses recursos;
- f) Tendo em vista a permanência dessa situação, apesar de reiteradas denúncias do setor de saneamento e levando em consideração o esgotamento de todos os outros meios de solução buscados pelas companhias estaduais de saneamento e pela ABES, vimos denunciar a Nação brasileira que o setor de saneamento está pagando pelo crime de empregar mão-de-obra, tecnologia e capitais nacionais;
- g) O setor de saneamento reclama critérios de seletividade na restrição de investimentos, para que a saúde pública não seja penalizada no exato momento em que seria oportuno ampliar seus benefícios a camadas mais amplas da população, em consonância com as metas mínimas a que o próprio Governo se propôs quando criou o Plano Nacional de Saneamento e fixou seus parâmetros.

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABES

DENÚNCIA À NAÇÃO

de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES, que congrega empresas de saneamento, fabricantes de materiais e equipamentos, firmas de consultoria e sanitaristas, de uma maneira geral, vem alertando ao Governo Federal, desde outubro do ano passado, que a redução drástica de todas as obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário no País, em decorrência de restrições criadas pela política econômica, é medida de natureza grave, que coloca em risco principalmente as populações urbanas, ameaçadas por crises agudas de falta d'água e de aumento das doenças de veiculação hídrica, especialmente entre crianças;

- b) Quase dois mil sanitaristas, reunidos no final de novembro no 12º Congresso de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Santa Catarina, repudiaram as medidas restritivas do Governo Federal, especialmente a Resolução RII, do Banco Central, principal garrote a estrangular o setor de saneamento;
- c) Não obstante sucessivas correspondências encaminhadas a todos os setores responsáveis do Governo Federal — Ministros da área econômica, Ministro do Interior, Presidente do Banco Central — nenhuma providência foi tomada — e sequer a correspondência foi respondida;

No Rio de Janeiro a falta de investimentos trazia duras consequências. Entre elas a obra de construção da rede de esgoto da Barra da Tijuca, zona oeste da capital, que seria inviabilizada.

A ABES-Rio salientou que cerca de 400 favelas atendidas de alguma forma com saneamento seriam reduzidas para o número de 23, além de milhões de habitantes da Baixada Fluminense que ficariam sem nenhum acesso às políticas de saneamento.

Os associados da entidade foram unânimes em afirmar que o saneamento e, por tabela, a saúde pública sofreriam graves consequências caso a Resolução 831 fosse aprovada.

Obras de saneamento que marcaram a ABES-Rio

Em 1986, a ABES-Rio saiu em defesa da população fluminense, fazendo valer sua trajetória de lutas para que a sociedade tenha acesso ao saneamento.

Na ocasião se discutia a qualidade dos equipamentos (manilhas) usados na instalação de rede de esgoto, comandada pela Cedae, na Baixada Fluminense. A obra previa a instalação de 13 quilômetros de esgoto em 6 meses e os moradores da região questionaram uma possível economia excessiva na compra do material. Foi quando a Abes-Rio, representada pelo vice-presidente Percy Antonio Pinto Soares, assegurou que os materiais usados na construção da rede de esgotos eram de qualidade.

Em matéria ao *Jornal do Brasil*, Percy declarou acalmando a população: “Embora o material seja considerado de ‘baixo custo’, não necessariamente significa um material de ‘baixa qualidade’. “Num programa nesses moldes, é necessário devido ao alto déficit que a Baixada Fluminense tem com a rede de esgotos”, explicou.

Já no ano seguinte, em 1987, foi a vez do presidente da Abes-Rio, Evandro Rodrigues de Brito, enfrentar uma plateia enfurecida, os moradores da Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

A população da Barra era contra a construção de um emissário submarino, semelhante ao construído na zona sul, e que solucionou a questão de milhões de litros de esgotos que eram lançados inadequadamente.

Segundo os moradores, representados por associações, o movimento era contrário à obra porque desejava preservar a última praia não poluída. Coube então ao engenheiro Evandro, que já servia há sucessivas administrações estaduais, cumprir com seu papel de sanitarista, e provar que as manchas e poluição que eventualmente surgiam nas praias Ipanema e Leblon, não eram originárias do emissário, mas sim do Canal do Jardim Alá e de avenidas da região.

Não satisfeitos com a explicação, os moradores rebateram munidos de informações técnicas, a partir da contratação de especialistas no desejo de torná-los capazes de debater de igual com os técnicos do governo e da ABES. A revolta dos moradores ultrapassava o debate, pois os mesmos chegaram a recorrer à justiça com o objetivo de embargar a obra que já havia sido iniciada.

Após quase duas décadas de discussões polêmicas, obras e adiamentos, o emissário só começou a funcionar em 2006. Com a conclusão da obra, o esgoto de cerca de 700 mil habitantes deixou de ser despejado nas lagoas, rios e canais da baixada de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.



2

Cidade

sexta-feira, 19/2/88

JORNAL DO BRASIL

Arquivo — 20/10/86

O emissário volta a dar briga

Cedae abre concorrência e moradores vão de novo à Justiça

A Associação de Moradores da Barra (Amabarra) e outras 13 associações de moradores, juntamente com a Famerj, entrarão com medida cautelar na Justiça, na próxima semana, contra a abertura de concorrência pública, realizada ontem de manhã pela Cedae, para o Plano de Monitoragem do emissário submarino da Barra da Tijuca. Esta é a terceira medida cautelar pedida pela Famerj e pelas associações interessadas para impedir que a Cedae dê prosseguimento ao processo que levará à construção do emissário, até que a 15ª Vara Cível julgue a ação pública movida pelas associações, que querem as lagoas de estabilização como solução para o esgotamento sanitário da Barra.

Há quase três anos a discussão sobre o melhor meio de resolver a questão do saneamento na Barra da Tijuca tem sido levada pelas associações de moradores. Com o início do governo Moreira Franco, a Cedae e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano conseguiram recursos da Caixa Econômica Federal para construir o emissário, mas as associações de moradores da região não aceitaram a imposição do governo do Estado, por considerarem que o emissário submarino poderia poluir as praias da Barra, como tem ocorrido na Zona Sul.

A partir daí, uma ação pública foi movida contra a decisão de se construir o emissário, e duas medidas cautelares foram pedidas: a primeira para cancelar o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) e a segunda para embargar as obras.



Há 14 meses, os moradores conseguiram na Justiça que as obras fossem embargadas

Outro feito importante da década de 1980, foi sua atuação junto à construção do Esgoto Maracanã. Na época, em 1987, a entidade estava sob gestão do presidente Eduardo Pacheco Jordão.

Seguindo seu papel de entidade que busca melhorar a qualidade de vida da população, no que tange ao tema saneamento e meio ambiente, a ABES-Rio alertou as autoridades competentes sobre o impacto que causaria uma obra de construção de túneis extravasores nos rios Quitandinha e Maracanã. Os projetos para estas obras estavam defasados em mais de dez anos e precisavam ser revistos e modificados.

Como órgão respeitado do meio, a ABES-Rio encaminhou um relatório para diversas instituições municipais e estaduais, detalhando os possíveis impactos que tal obra causaria sem uma revisão e atualização. O presidente da entidade na ocasião, Eduardo Pacheco Jordão, declarou à época: "O extravasor do rio Maracanã não aparece como obra prioritária dentro do que poderia ser feito no sistema de drenagem da cidade".

Uma série de estudos foram necessários para avaliação, uma vez que, pelo projeto original, a capacidade de captação seria de 26% das águas dos rios Tijuca e da Gávea, índice muito baixo para dias de chuva intensa na cidade. Acompanhando o relatório da ABES-Rio, entidades como Serla e Feema, e o próprio secretário de meio ambiente à época, Carlos Henrique de Abreu Mendes, entre outras autoridades, assinaram e respaldaram a visão técnica da entidade.

A Constituinte e a vez do saneamento

Outro momento marcante na história da ABES foi durante a Constituinte. No ano de 1988, as seções da entidade de todo país marcaram presença acirrada na Assembleia Nacional Constituinte, que se instalou em 1987 e concluiu seus trabalhos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova carta.

A ABES-Rio, assim como todas as regionais, desdobraram esforços junto aos deputados federais e senadores que compunham as bancadas constituintes de cada estado.

A segunda metade da década de 1980 foi muito intensa política e socialmente para todo o Brasil. Pois foi nessa época que o país atravessou um período de transição democrática, depois de mais de 20 anos de regime militar no comando do país.

Entidades e sociedade civil discutiam o que seria melhor para o Brasil a partir da nova constituinte e as questões de saúde pública, que passam pelo saneamento básico, não ficaram de fora.

Um evento promovido pelo Jornal do Brasil, em 1986, cujo tema foi "Saúde e saneamento", contou com a participação de diversas instituições do setor. Entre elas, a Abes. Um dos seus objetivos era levar à Assembleia Constituinte os preceitos básicos da necessária reforma sanitária da qual o Brasil precisava.

A Abes Nacional representada pelo presidente à época, Walter Pinto Costa, mais uma vez externou sua preocupação quanto ao tema saúde e saneamento e alertou que o tema era sempre jogado para segundo plano, negligenciado pelos governantes, tanto pelos da atual administração quanto de outras passadas, com o fatídico argumento da falta de recursos orçamentários para execução de projetos.

Durante o evento, o presidente prosseguiu afirmando que logo no início da Nova República a Abes enviou às autoridades, a liderança da Aliança Democrática, uma série de estudos e projetos que viabilizassem um programa completo, sugerindo as melhores alternativas para as políticas públicas voltadas ao saneamento e caminhos para serem executadas.

Como de praxe, os projetos foram recebidos de bom grado, porém a execução não saiu do papel. De forma enfática, Walter Pinto Costa deixou evidente que muitas atitudes não passaram de promessas eleitoreiras e declarou: “Agora - por ocasião das eleições - muitos candidatos assumem compromissos, traçam metas e planos que correm o risco de não serem efetivados” apontou à época.

A Abes mostrou que sempre expandiu seu olhar para a sociedade como um todo, seja esta citadina ou campestre. No mesmo discurso, o presidente demonstrou uma certa negligência quanto aos moradores das zonas rurais do país. Segundo ele, o campo, que já era discriminado por natureza, corria o risco de cair no esquecimento, observado a partir dos processos de migração que cresceram no país.

O fator migratório das zonas rurais foi destaque nas discussões já que esse fato gerou um aumento exponencial das populações nas grandes cidades e estas não estavam preparadas, na questão de saneamento, para receber um número tão grande de pessoas. Ou seja, enquanto os centros urbanos explodiram de problemas estruturais, os que ainda continuavam no campo foram esquecidos, com tudo ainda a ser feito.

A ABES buscou com afinho inserir as necessidades ambientais e de saneamento na nova Carta Magna. No entanto, mesmo com algumas alterações, introduzidas na versão final do Projeto de Comissões da Assembleia Nacional Constituinte, colocaram o saneamento, mais uma vez, na condição de parte subordinada do Sistema Único de Saúde, o SUS.



A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante 20 meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. A Constituição Cidadã foi promulgada em 5 de outubro de 1988. (Imagens 30 anos da Constituição Cidadã - Crédito: Senado Federal)

Tal atitude desagradou autoridades do meio e entidades como a ABES. Os especialistas no assunto tinham convicção de que o Sistema de Saneamento e o de Saúde guardavam objetivos integrados no tocante à saúde pública. Mas alertavam que, de forma igualmente importante, o saneamento era de responsabilidade também de outras áreas como as de desenvolvimento urbano e ambiental, que se caracterizavam de formas distintas do Sistema Único de Saúde.

Munida deste forte argumento, a entidade encaminhou aos constituintes, como o presidente da

Assembleia Nacional Constituinte, os líderes partidários, o presidente e relator da Comissão de Sistematização, um documento solicitando que novas e indispensáveis mudanças fossem promovidas na versão final do Projeto das Comissões. E ainda foram além: sugeriram a instituição do Sistema Nacional de Saneamento Básico e Ambiental.

O documento “Saneamento Básico: Análise, Diretrizes e Perspectivas” também foi encaminhado a todas as entidades signatárias e entregue ao ministro à época, Deni Schwartz, solicitando apoio à iniciativa.

V. 14,9 — SETEMBRO DE 1988 **JORNAL-ABES 3**

Corte de recursos para o Setor é condenado pela ABES

Manifestando a sua posição contrária aos cortes de cerca de 50% realizados pelo Governo Federal no orçamento de 1989 do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MHU, a ABES enviou no dia 26 de agosto telex ao Presidente da República, José Sarney (ver box) e ao Ministro Prisco Viana.

No documento, assinado pelo Presidente Nacional da ABES, Lineu Rodrigues Alonso, a entidade demonstra a sua preocupação com os efeitos prejudiciais da medida na área de saneamento e meio ambiente e se coloca contra o corte “matemático” dos recursos, sem uma visão social da questão: “Temos absoluta consciência de que medidas de contenção dessa magnitude não podem ser tomadas sem que se priorize as reais necessidades da Nação. Em um país como o nosso, onde 90 milhões de cidadãos não são servidos por sistemas de esgotamento sanitário e 30 milhões não são atendidos por sistemas de água potável, cortar investimentos do setor de saneamento é condenar esses brasileiros a uma categoria de vida que no mínimo não pode ser qualificada como civilizada”.



Lineu Rodrigues Alonso

tes da reunião do Presidente José Sarney com os Ministros, na qual foi anunciada a redução no Orçamento Geral da União para 1989.

Prisco Viana comunicou os cortes nos programas habitacionais, de saneamento básico e transportes urbanos, “que deixaram a ABES bastante preocupada com o que representam para a saúde pública e as condições de vida da população”. O Setor é um dos mais afetados, segundo Lineu, porque sofre as consequências da Resolução 1469, do Banco Central, que limitou os empréstimos aos estados, municípios e empresas estatais, inclusive os destinados a saneamento básico. Os investimentos do Ministério via Caixa Econômica Federal, para os quais não estão previstas reduções, foram bloqueados pela resolução 1469 e não podem, portanto, contrabalançar os cortes realizados agora em todos os programas com recursos a fundo perdido: “A resolução já limitou os investimentos através da CEF e por isso não ter cortes agora não é nenhuma vantagem. Pelo contrário, é perdurar uma situação ruim” — afirmou o Presidente da ABES.

Desde fevereiro,

tro, Lineu Alonso e Paulo Cezar Pinto, Superintendente Executivo da ABES. Na ocasião a ABES tomou conhecimento dos cortes nas verbas federais através de Prisco Viana que havia participado instantes an-

Durante a década de 1980 com a redemocratização, a ABES trabalhou politicamente com forte atuação em prol do saneamento

Apesar dos esforços empreendidos pela ABES para que tais mudanças fossem inseridas na Constituição, a ação não causou qualquer efeito prático entre os Constituintes contatados e o texto na Comissão de Sistematização não foi alterado.

Restou à Abes e as outras instituições do meio, como a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (ASEBE) e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Água e Esgoto (ASSEMAE), elaborarem emendas, na forma de proposta popular, ao Projeto de Constituição.

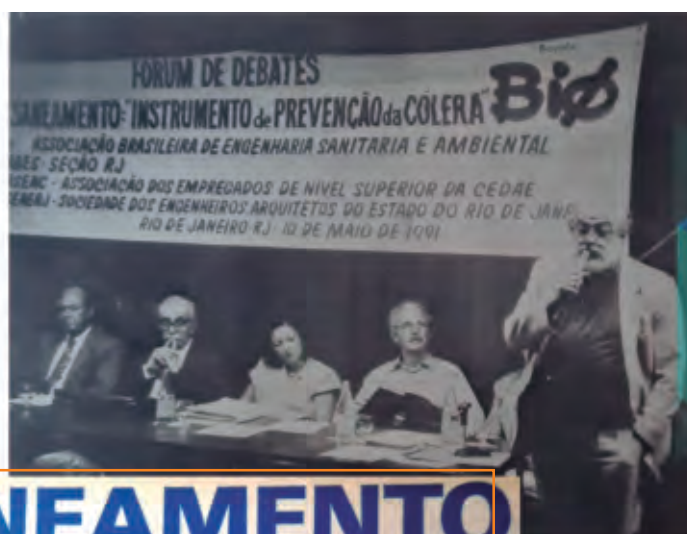
Essas emendas baseadas nas sugestões anteriores não foram aproveitadas pelos Constituintes. Com o objetivo de reunir um total de 30 mil assinaturas, necessárias como forma de garantir o respaldo da iniciativa, a proposta de emenda foi divulgada pelas instituições envolvidas, e cópias foram encaminhadas entre suas entidades filiadas.

Estavam todos unidos em prol da questão ambiental. Para reafirmar esses objetivos à luz da nova Constituição e pressionar pela formulação de políticas advogadas pelo setor, a ABES produziu, em 1989, um documento histórico chamado "Cidadania e Meio Ambiente". Mais uma vez as seções regionais, com estímulo do presidente Lineu Rodrigues Alonso, tiveram participação intensa.

Cólera, o alerta se concretiza em doença

Em abril de 1993, a cólera chega ao Rio de Janeiro depois de dois anos de alerta das entidades, entre elas, a ABES. O avanço da doença era um indicador do descaso político dos governos, que ao longo de décadas lidaram com desrespeito à saúde pública e à dignidade da população.

Em janeiro de 1993, a revista Bio, publicou índices alarmantes do IBGE sobre a realidade desoladora do saneamento. Apenas 8% dos municípios brasileiros tinham esgotos tratados e 60% sequer eram coletados. E 59% do lixo coletado em todo país era despejado a céu aberto sem qualquer cuidado ou tratamento.



SANEAMENTO

Instrumento de Prevenção da Cólera

No dia 10 de maio último, a ABES organizou no Rio de Janeiro, um Fórum de Debates sobre a Cólera - primeiro de uma série nacional - com a presença de importantes nomes do Setor. A preocupação de erguer uma muralha preventiva faz com que os profissionais da área coloquem na mesa de discussão as alternativas para evitar que a doença se transforme em uma tragédia de dimensões nacionais. O Jornal da ABES destacou as principais propostas e posições desses especialistas.

Fórum de debates sobre a Cólera, realizado no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1991

Era uma denúncia ao descaso com o saneamento. E esse crescente problema estava intimamente ligado aos baixos indicadores de saúde pública no país. A gravidade da questão era frequentemente levada às autoridades pela ABES. Fóruns como o Comitê Nacional de Saneamento funcionavam a serviço desses alertas.

O avanço da cólera, então, era consequência do retrocesso secular, da miopia de várias gerações de dirigentes públicos despreparados que sempre optaram por combater efeitos em detrimento de atuar em suas causas.

Diante da comoção no Brasil sobre a doença a ABES atuou intensamente, como lembrou o ex-presidente Joper Padrão do Espírito Santo,

“A ABES teve um papel muito importante junto a FIOCRUZ, não só para difundir conhecimento em relação ao assunto mas especialmente para incentivar que houvesse uma aceleração de se levar o saneamento a quem não tinha. O melhor remédio pra cólera não era a prevenção profilática, era nós atuarmos para levar saneamento a quem não tivesse, porque era ali que estava o grande risco”.

Num período de aproximadamente três anos, compreendido entre abril de 1991 e abril de 1994, o *Vibrio cholerae*, agente causador da doença, conseguiu adentrar em todas as regiões brasileiras, e por conta disso a ABES atuou em todo país.

De acordo com a edição especial do Boletim Epidemiológico editado pelo Ministério da Saúde em 1999, “ainda em 1992, a Cólera atingiu o Rio de Janeiro e o Espírito Santo na região Sudeste, com

baixas incidências e alguns momentos de surtos”. Em todo Brasil, os momentos mais preocupantes da epidemia foram em 1993, ano em que foram registrados 60.340 casos, e em 1996, quando a letalidade atingiu um índice de 2,6%.

Em 1995, a ABES ganhou novamente projeção nacional diante da agenda do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para entendermos melhor, é importante lembrar que o fim do Planasa deixou uma grande lacuna nas questões de saneamento no país e a ABES, junto a entidades do setor, passou a defender um novo modelo institucional para o setor que preenchesse o vazio no qual o mesmo se encontrava.

Desse debate, surgiu o projeto de lei 199/93 para instalar a Política Nacional de Saneamento, uma bandeira da Abes há mais de 5 anos. O projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas vetado integralmente pelo governo federal em 1994, sob alegação de “contrariar o interesse público”.

O presidente da ABES Nacional, Clóvis Nascimento, relembra dessa época:

“O governo Fernando Henrique tinha interesse em privatizar o setor de saneamento, e o nosso projeto dificultava a privatização. Aí eles colocaram um outro projeto no lugar do nosso. Nós bombardeamos esse outro projeto”, contou.

Para entender melhor, devemos lembrar que, desde a Constituição de 1930 o saneamento brasileiro previu que o titular do serviço de saneamento é o município. Essa premissa não mudou em todos os governos que se seguiram e na década de 1960 foram criadas as empresas estaduais de saneamento, obrigando os municípios a se conveniarem com estas empresas para terem acesso aos recursos do governo federal.

Diante disso, era impossível a entrada da iniciativa privada nas empresas estaduais, uma vez que era um grande impasse a necessidade de convencer individualmente os 5.570 prefeitos a vender as empresas.

O governo federal, à época, colocou em pauta um projeto de lei para cassar a titularidade dos municípios nas regiões metropolitanas. Neste momento foi criada a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA), na qual a ABES empenhou uma forte atuação para combater o PL e defender a titularidade municipal.

Assim que o PL entrou em tramitação no Senado, a FNSA pressionou para alterar a relatoria que ficou a cargo do senador Josaphat Marinho, jurista e político ilibado que compreendeu as demandas, principalmente com a dificuldade das regiões metropolitanas onde havia apenas uma estação de tratamento para atender a vários municípios. Então, o senador propôs uma tese que foi seguida pelo Supremo Tribunal Federal (STF): “A titularidade nessa

situação deve ser compartilhada entre o estado e todos os municípios integrantes da região que recebem água desse manancial”, concluiu. Após uma longa jornada de audiências públicas por todo país, sempre com a participação dos representantes do saneamento, o projeto de lei do governo FHC não conseguiu avançar.

Posicionamento em defesa da sociedade

Tão certo quanto o desfile na Sapucaí das escolas de samba no carnaval carioca são as tempestades que se fazem presentes sempre que o ano se inicia. Esse fenômeno é recorrente desde dos primórdios da cidade, mas nem por isso, com todo esse conhecimento de recorrentes tragédias, a cidade e o estado do Rio se adaptaram para essa realidade. Cidades se expandiram, observações às leis ambientais foram ignoradas, e os efeitos são sentidos no dia a dia da população.

Mas mesmo conhecendo os efeitos nocivos do período chuvoso, não se esperava uma tragédia com números alarmantes de vítimas e desaparecidos como a que ocorreu no início do ano de 2011 na região serrana do estado.

Cidades como Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro e outras localizadas nesta região viraram cenário de pura destruição, de terra arrasada, com cenas dignas de filmes catastróficos hollywoodianos. Mas era vida real o que se viu pela frente.

Os números foram apresentados à medida que a dimensão da tragédia ia sendo conhecida, e os mesmos mostraram que, por mais que estas cidades tivessem em dia com o escoamento de águas pluviais, a tragédia ainda seria inevitável.

Foi um evento que ultrapassou qualquer expectativa de especialistas da área quanto ao volume de chuva que caiu naquele dia na região. Compartilham da mesma opinião diversos técnicos da ABES-Rio ouvidos quando questionados se uma boa rede de drenagem amenizaria os efeitos.

Novecentos e dezoito mortos, 100 desaparecidos e aproximadamente 35 mil pessoas perderam suas residências ou tiveram que sair por conta do risco iminente de desabamento. Estes são os números diante de uma tragédia sem precedentes, ainda que, como dito na abertura deste texto, seja um fenômeno natural comum para o período. Nova Friburgo foi o município onde houve mais vítimas, 415 no total.

Combinação perfeita para uma tragédia anunciada: calor, desmatamento, ocupação irregular de terrenos, encostas principalmente, atrelado a uma chuva atípica. E somamos a este cenário a negligência de autoridades governamentais, que minimizam os efeitos que uma boa rede de esgoto pode trazer à população. Talvez não surtiria tanto efeito, com impactos menores, mas ao menos seria um fator que não se somaria a uma série de negligências que vitimaram muitas famílias. É o que destaca Ernani de Souza, ex-presidente da ABES-Rio.

"muitos prefeitos fazem doação de tubos de concreto para fazer a drenagem das vias e, por meio da associação de moradores, solicitam mutirões para implantarem essas tubulações, as mais rudimentares possíveis, que tecnicamente não são utilizadas em áreas onde você tem transporte rodoviário: ônibus, carro, van, etc. São para áreas internas, jardins, parques. São tubulações sem armadura, sem nada... Opa, isto é assim", ponderou Ernani.

Considerada uma das maiores catástrofes climáticas do Brasil, até hoje 99 vítimas não foram localizadas. Quase que simultaneamente ao fim da redação deste livro, no início do ano de 2022, mais uma tragédia ocasionada pelos mesmos problemas assolaram novamente a região serrana do estado. Desta vez, a cidade de Petrópolis foi devastada por uma chuva de grandes proporções. E novamente a população sofreu com o descaso do poder público. Duas centenas de mortes que poderiam ter sido evitadas.

Legado Olímpico - despoluição da Baía de Guanabara, Lagoas e Clusters

Quando o Brasil se candidatou a uma vaga para concorrer à sede dos jogos olímpicos no tão distante ano de 2016, estavam entre as metas de seu dossiê de candidatura diversas obras de melhorias para a cidade, principalmente no quesito transporte público. Uma das promessas era o sistema *Bus Rapid Transport*, ou BRT, já comum em algumas cidades do mundo.

Mas, entre as metas, também pairavam promessas e objetivos ambientais. A cidade do Rio de Janeiro, além de ser uma metrópole-balneário com suas belíssimas e famosas praias, também tem em seu cenário natural, cachoeiras, lagoas e baía, a tão sofrida e maltratada Baía de Guanabara. E a mais ambiciosa das promessas era justamente a despoluição da baía, provando que os eventos olímpicos estavam muito além de uma mera vitrine de visibilidade mundial.

Há um ano do início das competições, as obras para melhorar a Baía estavam entre as de maior preocupação dos organizadores. Com o compromisso assumido de coletar e tratar 80% do esgoto despejado na Baía, as autoridades à época já admitiam que tal meta era inviável e não seria cumprida.

Como solução paliativa para as Olimpíadas, a instalação de ecobarreiras e ecobarcos foi a medida encontrada para minimizar o impacto da poluição de praias, rios e lagoas pelo menos durante a competição esportiva. As ecobarreiras são dispositivos flutuantes colocados nos rios e canais para controlar o lixo flutuante. Foram instaladas 17 ecobarreiras, e também foram contratadas 10 embarcações (ecobarcos) para coletar o lixo que interferisse na navegação e na prática de esportes.

A despoluição da Baía é um sonho compartilhado e desejado por muitos, principalmente para os moradores da região metropolitana do Rio, porque não só melhoraria a qualidade de vida, mas também traria benefícios econômicos, como defende Haroldo Matos de Lemos, ex-presidente da ABES-Rio.

"Eu digo o seguinte: é possível. Agora, precisa de vontade política. E precisa realmente separar recursos que seriam necessários para isso. A despoluição da Baía de Guanabara poderia trazer retorno econômico que compensaria os custos do saneamento. A Baía bem saneada poderia atrair esportes aquáticos e uma série de atividades não só com benefícios econômicos, mas com grande potencial turístico atraindo atenção do mundo inteiro" explicou Haroldo, que nos anos de 1970 atuou à frente do seu tempo colocando o termo "Ambiental" no nome da ABES.

A ex-presidente, Eliane Barbosa, defendeu em entrevistas para este livro que a atuação ABES-Rio é essencial para que o projeto de despoluição da baía realmente saia do campo das promessas, e afirmou:

"O programa é necessário e vital para o estado do Rio de Janeiro. Só que ao redor da Baía de Guanabara há entre 17 e 21 municípios que vivem e dependem desse corpo hídrico e o papel da ABES-Rio é fundamental nessa questão", pontuou Eliane.

Outra promessa da área ambiental do chamado "Legado Olímpico" foi a proposta de despoluição das lagoas localizadas na área da Barra da Tijuca e Jacarepaguá (que abriga diversos sub-bairros), região onde se concentrou a maioria das construções levantadas para a realização dos jogos.

Com a intenção de conectar o sistema de esgoto sanitário desta região com 15 quilômetros de extensão, formada por canais e lagoas, entre elas as da Tijuca, Camorim, Jacarepaguá e Marapendi. Para tanto, foram construídos troncos coletores e elevatórias, permitindo mais eficiência no tratamento de esgotos na região.

Emissário submarino público

Existem cerca de 10 emissários submarinos funcionando no Brasil. O estado do Rio de Janeiro conta com 5 emissários no total. Dois localizados na Baía de Guanabara, o de Paquetá, o de Icarai e outros três, de costa aberta, na Barra da Tijuca, em Ipanema e no município de Rio das Ostras, na Praia de Costa Azul.

O sistema de coleta já é realidade em muitas partes do mundo, mas ainda gera desconfiança por parte da sociedade civil. Emissário submarinos são sistemas de tratamento e disposição final de efluentes, depois de um tratamento primário, que utilizam a capacidade de diluição, depuração e decaimento bacteriano dos oceanos, esses efluentes são lançados a uma distância segura das praias.

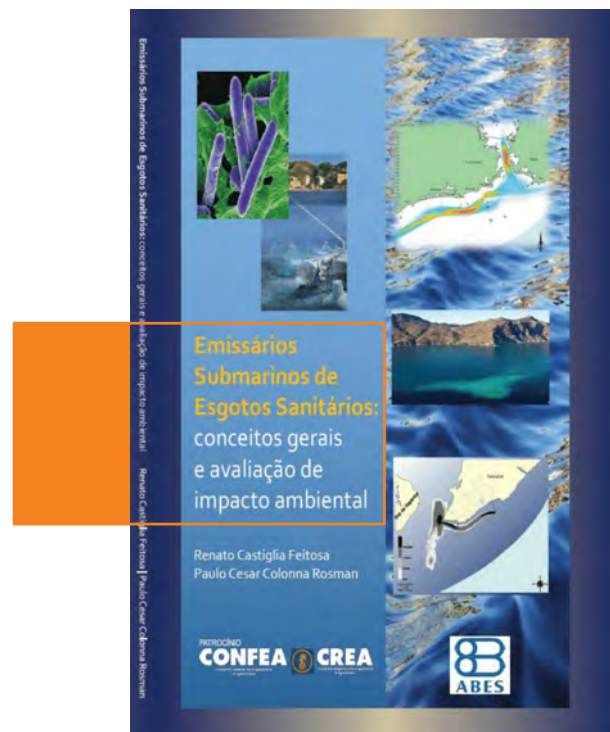
Por isso, até que de fato o funcionamento de um emissário ocorra, sua implantação é sempre cercada por muitos debates, discussões, e claro, atrasos. Quanto ao emissário submarino da Barra, no Rio de Janeiro, por exemplo, a discussão sobre ele começou na década de 1980, cercado por grande pressão popular motivada pelo receio da estrutura contaminar o oceano.

A demora no projeto desse emissário acabou afetando o sistema lagunar (lagoas da Tijuca, de Jacarepaguá e de Marapendi) que hoje se encontra em estado de degradação em função do lançamento de despejos. Ou seja, o atraso na execução acabou por destruir um ecossistema mais sensível ainda e com uma enorme biodiversidade.

A ABES-Rio, atenta e preocupada em explicar e desmistificar a todos que se preocupam de alguma maneira com estas questões, sempre promoveu encontros, seminários para melhor esclarecer sobre o tema.

Entre as iniciativas está o lançamento do livro *Emissários Submarinos de esgotos sanitários: conceitos gerais e avaliação de impacto ambiental*, de Renato Castiglia Feitosa e Paulo Cesar Colonna Rosman. O livro foi lançado em dezembro de 2020 no webinar por meio do programa ABES Conecta, que contou com a participação do presidente da ABES Nacional, Alceu Guérios Bittencourt.

O evento foi apresentado por Miguel Alvarenga, presidente da ABES-Rio. Lançado de maneira online, a obra trata sobre questões envolvendo o impacto do lançamento de efluentes via emissário submarino, abordando aspectos de funcionamento, conceitos, degradação e níveis de tratamento de efluentes, entre outros pontos.



ABES-RJ realizou lançamento de livro “Emissários Submarinos de esgotos sanitários” em evento virtual do ABES Conecta



Unidade de tratamento de rios

A implantação de uma Unidade de Tratamento de Rio, ou UTR, tem como objetivo principal recuperar regiões que sofreram degradação ambiental em decorrência do uso do espaço urbano de forma desordenada. Entre os recursos que mais perdem sua função vital está o sistema hídrico, como os rios, que tem a função de drenar as bacias hidrográficas, mas que atualmente, principalmente nos grandes centros urbanos, passam a ser canais de esgoto a céu aberto.

A cidade do Rio de Janeiro atualmente tem cinco UTR's em operação, que são: UTR Flamengo, UTR São Conrado, UTR Arroio Fundo (considerada a maior delas), UTR Guaratiba e a UTR Irajá.

A ABES-Rio está ao lado de diversas entidades que integram grupos de estudo que visam discutir soluções para recarregar os mananciais e fomentar resoluções para o reuso e a sustentabilidade hídrica no Rio de Janeiro. A associação também participa de discussões sobre a despoluição do Rio Queimados com o uso da tecnologia de UTR no Rio de Janeiro.

Captação de tempo seco

Captação em tempo seco nada mais é que uma adaptação já usada há séculos pela civilização. Uma solução adotada há pelo menos três mil anos antes de Cristo, nos tempos da Roma Antiga, e sua função principal é baseada na separação de água e resíduo. Sua dinâmica de funcionamento consiste na interceptação do esgoto presente nas galerias da rede pluvial, evitando parcialmente que o mesmo seja despejado in natura no meio ambiente, nas quais é instalado um coletor-tronco (interceptor), caixas coletoras e Estações Elevatórias, que transportam o esgoto às Estações de Tratamento (ETE).

Em entrevista para a organização Casa Fluminense, o ex-presidente da ABES-Rio, Isaac Volschan Júnior, declarou sobre a importância do CTS (Captação em Tempo Seco): “A finalidade original da captação em tempo seco, que intercepta as galerias pluviais direcionando a carga orgânica para ETEs, é importante para servir de apoio a eventuais falhas no sistema separador absoluto”.

Isaac explicou ainda, que as redes de drenagem sofrem contaminações das mais diversas formas, desde um cano que estourou e vaza pela calçada a dejetos de animais domésticos que são escoados para bueiros, ou até mesmo ligações clandestinas de esgoto na tubulação pluvial, fazendo com que a rede de drenagem seja um catalisador de poluição, desviando de sua função primordial que é só escoar água limpa.

SANEAMENTO

Especialistas falam sobre captações de esgotos sanitários em tempo seco

Na última edição do Jornal do Engenheiro, páginas 4 e 5, foi publicada uma matéria sobre o evento promovido pela ABES-Rio na SEAERJ sobre **captações de esgotos sanitários em tempo seco**, com foco nos palestrantes. Nesta edição, abrimos espaço para os profissionais que lotaram o auditório do evento. O **engenheiro sanitarista da Fiocruz** e mestre em engenharia ambiental, **Alexandre Pessoa Dias**, e o **diretor de comunicação do SENGE-RJ**, **Stelberto Soares**, mostram seus pontos de vista.

Alexandre Pessoa Dias

“Quando a Secretaria de Estado do Ambiente propõe, em seu projeto, a implantação de captações em tempo seco, considerando a possibilidade de trechos das coleções hídricas ou da drenagem afluente a elas, servem oficialmente como sistemas auxiliares para o esgotamento sanitário, comprometem-se os princípios de uso racional e múltiplo das águas. Essa prática, gradualmente implantada no Rio de Janeiro, descaracteriza as grandes vantagens que o sistema separador absoluto – amplamente defendido por Saturnino de Brito, patrono da Engenharia Sanitária no Brasil – possui, em relação aos sistemas unitário e parcial.

Obras de caráter provisório têm se perpetuado indefinidamente na história do saneamento do Rio de Janeiro, o que caracteriza um contra-senso, reiterado nessa proposta. Estruturas atípicas ao separador absoluto, como as captações de tempo seco, a galeria de cunha da Lagoa Rodrigo de Freitas, a Estação de Tratamento em Fluxo do Rio Carioca e da Praia de São Conrado, o sistema de comportas e bombeamento do Canal da Visconde de Albuquerque, dentre outros, são exemplos de obras de resultado questionável, de alto custo, sobre as quais a imprensa no Rio de Janeiro tem noticiado diversos problemas operacionais, com riscos à saúde pública. Medidas que previnam a poluição podem ser mais sustentáveis do que o seu tratamento.

A CEDAE deve, através de um controle sistemático, eliminar as ligações clandestinas de esgoto sanitário e o lançamento de despejos industriais nocivos, os quais comprometem as coleções hídricas e as próprias redes de esgoto sanitário e de drenagem pluvial, além de impedir a operação satisfatória das estações de tratamento existentes, trazendo graves riscos à popu-



“Obras de caráter provisório têm se perpetuado indefinidamente na história do saneamento do Rio de Janeiro”

lação e ao meio ambiente.

Existem cidades no país com experiências exitosas em programas caça-esgoto. A operação e manutenção adequada dos sistemas, o monitoramento ambiental e a fiscalização são exemplos de gestão ambiental para o controle da poluição. São intervenções vultuosas, mas ninguém há de negar sua necessidade.

O Rio de Janeiro carece de uma revisão urgente do seu Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, pois o último foi elaborado em 1994. Esse é um instrumento imprescindível de gestão, inclusive, para subsidiar o Pacto pelo Saneamento, na definição de suas prioridades.

Em minha opinião, o objetivo a ser alcançado pela política pública de saneamento, emergencialmente e com obstinação, é a universalização do sistema separador absoluto, na promoção de ambientes saudáveis e sustentáveis e por uma inadiável questão de justiça social.”

Stelberto Soares

“Defendo o tratamento em tempo seco desde 1991. No entanto, as concessionárias sempre tiveram muita resistência a este tipo de tratamento. A legislação também era obstáculo, ou, politicamente, haveria problemas ou, ainda mais, nosso regime de chuvas tornaria inútil o sistema. Sempre houve muita resistência.

Não tenho nenhuma dúvida sobre o acerto, se considerarmos a execução de interceptores para impedir o acesso dos efluentes sanitários aos corpos hídricos, levando-os até um destino final adequado. Esta deve ser a regra, e a exceção o tratamento dos rios. Não descarto que em condições especiais se implante a chamada unidade de tratamento de rio. Mas deve ser exceção e não regra.

Sempre considerei que não haveria recursos para executar o separador em todo o Brasil, principalmente quando vemos o unitário implantado em larga escala. Tomemos como exemplo a cidade de Barra Mansa, no qual o sistema de coleta é todo unitário e, para implantar

Luis Farnini



Captação do esgoto sanitário em tempo seco



“As concessionárias sempre tiveram muita resistência ao tratamento de esgoto em tempo seco”

o separador, teríamos que: construir duas redes em cada rua, visto que o unitário está implantado no meio da via e bastante superficial; desfazer as ligações domiciliares no unitário; construir as ligações ao separador; entrar em cada edificação e separar as águas pluviais do esgoto sanitário.

Enfim, estes passos nunca serão totalmente executados, deixando muitas ligações irregulares e permanentes de esgotos nas águas pluviais, ou, principalmente, de águas pluviais nos esgotos. Finalmente, entendo que a construção do sistema para tratamento em tempo seco, no caso dos interceptores, é uma solução, mas será definitivo, quando o separador for sendo implantado ao longo do tempo, não se perdendo.

Os recursos não existem, sendo o caso do coletor curto, podemos, então, melhorar a qualidade dos nossos corpos hídricos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente e, conseqüentemente, da qualidade de vida.”

Importância da Agência Reguladora: o novo Marco Regulatório do Saneamento

Sancionado no segundo semestre de 2020, o novo Marco Regulatório do Saneamento, aprovado pela Lei nº 14.026/20, tem objetivos ousados. Até 2033, 99% da população deverá ter acesso a água potável, e 90% deverá ter acesso ao tratamento e coleta de esgoto.

A Organização Mundial da Saúde estima que anualmente 15 mil pessoas morram e 350 mil sejam internadas no Brasil devido a doenças ligadas à precariedade do saneamento básico. Um cenário de proliferação de doenças como leptospirose e febre tifóide, entre outras, por falta de acesso às políticas básicas de saneamento. Ou seja, universalizar o serviço, do qual apenas uma parcela da população brasileira usufrui, é urgente.

A meta deve ser alcançada por uma questão de saúde e ambiental. E para que isso aconteça, a aprovação do novo Marco Regulatório é a aposta num novo momento da política do saneamento no país. A possibilidade de que empresas do setor, de capital privado especialmente, entrem com o seu *know-how*, estimulando uma concorrência saudável entre as companhias, trazendo como resultado a expansão do acesso à água e ao sistema de esgoto decente.

Até então, a missão ficava a cargo de empresas públicas, que tinham os contratos renovados automaticamente, nos chamados 'contratos de programa'. Com o Marco Regulatório, passam a ser obrigatórios participantes na disputa por uma concessão, com concorrência nas duas áreas, pública e privada.

Por se tratar de uma área deficitária num território continental como é o Brasil, o desafio é grande, pois os números são superlativos e condizentes com a grandeza territorial. Mais de 35 milhões de habitantes que não têm acesso à água potável e mais de 100 milhões não contam com acesso a um sistema de coleta de esgoto, segundo o Ranking do Saneamento Básico. O desafio é gigantesco.

A ABES-Rio acompanhou de perto as mudanças no setor. Mas sempre respeitando a sensibilidade do tema. Começando pela entrada de capital privado onde até então o serviço público sempre esteve à frente.

Mesmo diante de opiniões divergentes entre os sócios, a missão da entidade sempre foi a universalização. E muitos especialistas afirmam que a tão esperada universalização demoraria mais de 40 anos para se concretizar sem ajuda. E, para que a

meta de 10 anos seja alcançada, a soma de esforços nas áreas públicas e privadas é mais do que necessária. Assim concorda o ex-presidente da ABES-Rio, Sérgio Pinheiro de Almeida:

"Foi um avanço porque as coisas mudam e o saneamento precisava avançar. E a questão que se discute muito sobre o privado-público eu coloco até em segundo plano, eu acho que o melhor é atender a população. As empresas são prestadoras de serviço e aquela que tem condição de servir a população é a melhor empresa. Tem espaço para todos. O que não pode é um saneamento básico abandonado num país como o Brasil hoje".

A ABES, sempre envolvida nas ações e movimentos que ocorrem no setor de saneamento, não ficou de fora deste assunto que lhe é muito caro, e que foi sendo objeto de discussão nestes últimos anos. Por isso, ao longo das últimas discussões, debates, seminários, que traçaram perspectivas para o setor, a ABES-Rio sempre esteve presente. Um desses eventos foi promovido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) no Rio de Janeiro e teve como tema principal "Alterações no Marco Legal do Saneamento e seu Potencial de Indução de Novos Investimentos no Setor", ocorrido em setembro de 2018. A seção Rio foi representada pelo então vice-presidente Miguel Alvarenga.

Sobre o assunto, Miguel discorreu, animado com o momento histórico:

"De todas as críticas sobre o novo Marco Regulatório e sobre a concessão, uma coisa positiva é que o saneamento está na pauta. É uma coisa que nunca esteve antes em destaque como está hoje. Nunca aconteceu antes! Pelo menos, desde que eu estou atuando no mercado, ou seja, desde o ano 2000".

Modelagem da concessão da Cedae

Debates entre governo, sociedade e entidades de classe sobre o papel do Estado na provisão dos serviços de saneamento sempre geraram um elevado dissenso político a respeito do melhor arranjo político-institucional para o saneamento no Brasil.

No Rio de Janeiro a ABES-Rio sempre caminhou lado a lado com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro. A empresa estatal de Economia Mista fundada em 1975, chegou no ano de 2021 atendendo 64 dos 92 municípios do Estado com serviços de abastecimento de água e 23 municípios com esgotamento sanitário.

Com a aprovação do novo Marco Regulatório do Saneamento, sancionado no segundo semestre de 2020, aprovado pela Lei nº 14.026/20, essas discussões avançaram. E uma das principais motivações foram as metas propostas que, enfim, aproximam o Brasil da tão sonhada universalização do saneamento.

Mas, discussões entre entidades como a ABES, membros da sociedade civil e governo do Rio sobre o destino da Cedae evoluíram ao longo dos anos. E diante do momento delicado de dar novos rumos ao saneamento do estado a entidade se manteve presente participando de todas as discussões junto a sociedade civil e governo sobre a concessão da estatal.

A ABES-Rio acompanhou de perto todo processo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ficou responsável pela modelagem de venda da CEDAE. A concessão foi organizada em blocos, com manutenção da CEDAE pública nos grandes sistemas produtores de água da região metropolitana.

Sabemos que o Brasil é um dos países mais atrasados do mundo no que tange à acessibilidade a serviços de saneamento básico, pouco mais da metade do esgoto produzido no país é coletado, e só 44,92% do total é tratado.

Os dados são alarmantes, atualmente 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto e 35 milhões não são abastecidos com água potável — números que refletem a falta de prioridade que o setor teve nos últimos anos e explicam a proliferação de epidemias, como dengue e zika, além de doenças gastrointestinais no País. Esses indicadores colocam o País em posição pior que Iraque, Jordânia e Marrocos.

Durante o ano de 2021, depois de embates entre os Poderes executivo e Legislativo do Rio de Janeiro e também com intervenção do Superior Tribunal Federal (STF), os leilões da estatal aconteceram ditando novos rumos ao saneamento do estado.

De acordo com comunicado publicado no portal da CEDAE, no primeiro leilão, em 30 de abril, a Iguá - com proposta vencedora de R\$7,3 bilhões (ágio de 129,6%) -, arrematou os serviços de saneamento de dois municípios e 17 bairros do Rio. Já a Águas do Rio garantiu a operação dos sistemas de água e esgotos em dois blocos, que compreendem 26 municípios e 124 bairros da capital do Estado, com outorgas de R\$ 8,2 bilhões (ágio de 103,13%) e R\$ 7,2 bilhões (ágio de 187,7%), totalizando R\$ 15,4 bilhões.

O leilão do último bloco, compreendeu 21 municípios (incluindo 22 bairros da Zona Oeste da capital), e aconteceu em 29 de dezembro. A empresa Águas do Brasil arrematou o bloco por R\$ 2,2 bilhões, ágio de 90% sobre o valor mínimo.

A Cedae continua sendo uma empresa pública que produz água limpa, com foco em segurança hídrica, inovação e sustentabilidade. Durante 46 anos, a Cedae foi responsável pelos serviços de saneamento no RJ, e hoje passa por uma fase de reestruturação de suas atividades. Com os leilões

de concessão, a Cedae transfere para as concessionárias os serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto em 48 cidades, passando a concentrar sua atuação na operação dos grandes sistemas produtores da Região Metropolitana, captando e tratando a água que as concessionárias distribuem à população.

O leilão da Cedae simboliza uma esperança para todos os profissionais da engenharia sanitária ambiental de reduzir os índices vergonhosos de saneamento no País. Para mudar esse cenário, a previsão é que o setor receba entre 500 bilhões e 700 bilhões de reais em novos investimentos. Pelas regras do novo marco regulatório do setor, a universalização dos serviços terá de ocorrer até 2033.



Capítulo 6



Associativismo e o espírito de união pelo saneamento ambiental

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES em seus mais de 50 anos de atuação sempre objetivou ser propulsora de atividades técnico-científicas, político-institucionais e de gestão que contribuíssem para o desenvolvimento do saneamento ambiental, visando à melhoria da saúde, do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

Após meio século de atuação, a Associação reúne em seu corpo associativo cerca de 10.000 profissionais do setor e os maiores especialistas do país. Quem é associado da ABES pode atuar ao lado de profissionais experientes, que incentivam as discussões mais relevantes do setor, por meio de Câmaras Temáticas e Técnicas.

Pensando em expandir o conhecimento dos futuros profissionais do saneamento, a ABES criou uma biblioteca virtual que reúne grandes obras do universo do saneamento e meio ambiente. O Fundo Editorial dispõe de um acervo com aproximadamente 200 títulos, que são atualizados periodicamente com as novidades do setor.

Como forma de fomentar as discussões e auxiliar na difusão do conhecimento, a ABES também realiza o trabalho de curadoria e disponibiliza em todos os eventos presenciais estandes de vendas com as principais obras do momento. Os associados têm desconto de 20% em toda obra disponibilizada na livraria da entidade.

Os livros muitas vezes são escritos com base em pesquisas dos associados, já que grande parte do quadro associativo é composto por especialistas nas áreas. Tudo isso promove de forma ampla a conectividade entre os atores do saneamento promovendo *networking* entre diferentes gerações.

Em qualquer profissão ou área de atuação a rede de contatos é fator fundamental para a carreira. A ABES entende essa necessidade. Em seus eventos e cursos é possível ampliar o *networking* e a troca de experiências com os palestrantes, professores e alunos.



UNIABES

Com foco no desenvolvimento educacional, a Associação criou a UNIABES, Universidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, uma plataforma voltada à educação e à promoção do conhecimento nas áreas de saneamento e meio ambiente. A UNIABES atua em capacitação, qualificação, certificação, gestão do conhecimento e aperfeiçoamento humano, com o intuito de disseminar conhecimento, apoiando os profissionais de toda cadeia produtiva do Saneamento Ambiental.

Os cursos ofertados pela UNIABES tem por objetivo aprimorar os profissionais desenvolvendo novas competências que agregam valor ao perfil de saber fazer e gerenciar processos e sistemas. A qualificação e a requalificação permitem ao profissional desenvolver com toda sua potencialidade os métodos científicos de solução de problemas, de técnicas e de procedimentos estabelecidos, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do setor de saneamento ambiental.

A Universidade tem como missão zelar pela boa gestão dos quatro pilares do saneamento ambiental: água, esgoto, resíduos e drenagem. A UNIABES constrói a grade dos cursos de modo a atender às demandas específicas dos profissionais, com cursos na modalidade EAD ministrados por professores renomados. A plataforma online permite expandir o acesso ao conhecimento para todos os interessados em todas as regiões do país. Os associados da ABES possuem descontos nos cursos da Universidade.

uniabes.com.br



ABES CONECTA



Com o desenvolvimento da tecnologia e o avanço dos meios de comunicação, a Associação sentiu a necessidade de criar novas ferramentas para difundir o conhecimento aos atores do mundo moderno. Com foco no online, a ABES criou o ABES Conecta, um programa que disponibiliza conteúdos online como webinars, lives, cursos, sobre os temas mais relevantes do saneamento ambiental, saúde e inovação.

A tecnologia trouxe a facilidade de acompanhar aulas, cursos e palestras 24 horas por dia, de qualquer dispositivo móvel, em qualquer lugar do mundo. O Canal da ABES no Youtube, criado em 2020, é o exemplo de que com qualidade e seriedade é possível realizar um trabalho diversificado com foco nos profissionais e suas capacitações.

Dois anos após a criação, o canal possuía mais de 10 mil inscritos, com 350 mil visualizações. O ABES Conecta é transmitido no canal da ABES Saneamento no Youtube com conteúdo diversificado, desde as oficinas para o JPS (Jovens Profissionais do Saneamento), a seminários internacionais e Congressos. Toda a programação fica disponível no site e é divulgada semanalmente nas redes sociais da ABES nacional e demais seções.



Congressos

Desde 1960 acontece bienalmente o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental da ABES. Nas três primeiras edições que antecederam a fundação da ABES, os Congressos foram promovidos sob a bandeira da AIDIS - Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental.

O intuito do evento que acontece há mais de seis décadas é, dentre outros pontos, apresentar, reunir, discutir e planejar de forma integrada ações para vencer os desafios e obstáculos da universalização do saneamento. Todo o trabalho desenvolvido por equipes profissionais qualificadas visa as questões ligadas a proteção do meio ambiente, a saúde e o bem estar da população, sem exclusão.

Em cada edição os temas são escolhidos e debatidos de acordo com a necessidade do momento. A ABES sempre atenta às mudanças e à conjuntura do mundo moderno busca em seus eventos trabalhar temas do interesse de todos os atores do mundo do saneamento e meio ambiente.

A marca registrada do Congresso é o encontro de grandes especialistas do setor, com pesquisadores, profissionais e estudantes, que se conectam com órgãos públicos e privados, com empresas e organizações sociais, promovendo debates de qualidade sobre a ciência, pesquisa e inovação tecnológica.

Ranking ABES da Universalização do Saneamento

A lei 11.445/2007 definiu a universalização do saneamento como um dos seus princípios fundamentais, conceituando-a como “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico”, questão diretamente ligada aos direitos básicos de saúde e moradia, garantidos pela Constituição Federal.

Em 2017 a entidade criou o Ranking ABES da Universalização do Saneamento, um instrumento de avaliação do setor no país. O ranking avalia ano a ano o percentual de pessoas atendidas pelos serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto e de resíduos sólidos, além de aferir o quanto de esgoto recebe tratamento e se os resíduos recebem destinação adequada. Dessa maneira, é possível identificar o quão próximos os municípios estão da universalização do saneamento



Premiação do Ranking ABES da Universalização de Saneamento de 2017 no Conselho Regional de Química

Os municípios são classificados em 4 categorias, de acordo com a pontuação total obtida pela soma do desempenho de cada indicador. A pontuação máxima possível é de 500 pontos, atingida quando o município alcança 100% em todos os cinco indicadores. A primeira categoria é denominada “Primeiros passos para a universalização” para os municípios que somaram menos de 200 pontos no *ranking*. A segunda é “Empenho para universalização” destinada aos municípios que pontuaram de 200 até 449. A terceira “Compromisso com a universalização” se destina às cidades com pontuação de 450 a 489 no *ranking*. E a última e mais cobiçada é a quarta categoria denominada “Rumo à universalização” para os municípios com 489 pontos ou mais.

Para participar do ranking o município deve fornecer informações de todos os indicadores, são eles: abastecimento de água; coleta de esgoto; tratamento de esgoto; coleta de resíduos sólidos; e destinação adequada de resíduos sólidos

O último ranking, elaborado em 2021, teve a participação de 1.670 municípios do Brasil que forneceram os dados necessários para a avaliação. A região com maior representatividade, considerando todos os municípios brasileiros, é a Sudeste, com 58% dos municípios e 87% da população. A menor é a região Norte com 8% dos municípios e 47% da população.

Categorias do Ranking de acordo com as pontuações dos municípios



Acima de 489,00
Rumo à universalização



De 450,00 - 489,00
Compromisso com a universalização



De 200,00 - 449,99
Empenho para universalização



Abaixo de 200,00
Primeiros passos para a universalização

O Ranking também mede diversos fatores que envolvem a saúde como a relação do acesso ao saneamento e a proliferação de doenças. Os últimos estudos mostraram que quanto maior o acesso ao saneamento, menor é a incidência de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento PNQS



Em 1997 a ABES instituiu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) para reconhecer as empresas do setor que se distinguem pela boa gestão dos serviços de saneamento. A premiação é um incentivo para que empresas públicas e privadas percebam os indicadores de qualidade de seus serviços. Através do Comitê Nacional de Qualidade ABES (CNQA), o PNQS é gerido - e são várias fases dentro do processo até a premiação de fato, que avaliam os participantes em quatro categorias distintas, do Nível I ao Nível IV, com pontuações específicas para cada uma delas. São oito os itens de avaliação do sistema de gestão analisados: Liderança, Estratégias e Planos, Sociedade, Pessoas, Processos, Informações e Conhecimento, Clientes, e Resultados.

Cada vencedor dentro de sua categoria recebe o tão cobiçado Troféu Quíron. Simbolizado pelo Quíron, uma figura da mitologia grega, centauro que representa a união do instinto animal e da razão, o troféu é o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pela empresa vencedora em sua categoria. Mais que um símbolo, um atestado de competência a ser seguido por suas concorrentes no setor.





Capítulo 7



Construtores
da história

Hugo de Mattos Santos (1975-1976)

Foi o primeiro presidente da seção ABES-Rio em 1975. Foi substituído pelo vice João Ferreira do Nascimento Filho, que continuou a gestão entre os anos de 1976 e 1977. Também foi presidente da ABES Nacional. Foi Secretário de Obras do Governo Faria Lima (1975/1979) e atuou primeiro no Departamento de Águas do Estado do Rio de Janeiro como engenheiro auxiliar. Foi chefe de serviço, chefe de divisão, diretor e acabou como presidente da CEDAG, do Estado da Guanabara, uma das três empresas cuja fusão resultou na CEDAE. A carreira do engenheiro ficou marcada pela trajetória de lutas em prol do Saneamento. Sua trajetória está intimamente ligada ao Sistema de Abastecimento de Águas do Guandu, que ajudou a construir como engenheiro fiscal de obras.



João Ferreira do Nascimento Filho (1976-1977)

O engenheiro João Ferreira do Nascimento Filho, assumiu a presidência da ABES-Rio em 1976. João Nascimento, como era conhecido entre os companheiros, exerceu importantes cargos de projeção em órgãos públicos e empresas privadas, notabilizando-se por ter sido o responsável pela fusão da CEDAG, ESAG e da SANERJ que formaram a CEDAE, da qual ele foi o primeiro presidente entre 1975 e 1979. Ainda na CEDAG, foi diretor de Operações da Empresa entre os anos de 1972 e 1975. Durante sua gestão na CEDAE foram empreendidos e inaugurados vários projetos de inquestionável importância, como os sistemas de abastecimento de água de Teresópolis e da Região dos Lagos, além da conclusão do Emissário Submarino de Ipanema.



Haroldo Mattos de Lemos (1977-1979) e (1979-1981)

O engenheiro Haroldo Mattos de Lemos é um dos fundadores da ABES-Rio. Na primeira diretoria da seção assumiu o cargo de 2º vice-presidente (1975-1977). Entre os anos de 1977 e 1981 presidiu a ABES-Rio por duas gestões seguidas. Foi ele o responsável pela incorporação do termo “ambiental” ao nome da Abes Nacional. É fundador e primeiro presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (FEEMA). Entre os anos de 1982 e 1987 residiu em Nairobi no Quênia, onde exerceu a função de Vice-Diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). De 1987 a 1991 exerceu o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Rio de Janeiro, durante o Governo de Moreira Franco e de 1994 a 1999 foi Secretário do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.



Octávio Dias Moreira Filho (1981-1983)

Octávio Dias Moreira Filho presidiu a ABES-Rio no início da década de 1980. Empresário e engenheiro especializado em redes de água e esgoto, Octávio tem uma trajetória de 37 anos de experiência trabalhando à frente das operações da rede de abastecimento de água de toda a região metropolitana do Rio, como funcionário da CEDAE.



Aloísio Souza da Silva (1983-1985)

Presidiu a ABES-Rio (1983-1985) e também ocupou cargos na ABES Nacional como tesoureiro geral adjunto entre os anos de 1994 e 1998 e membro do Conselho Diretor a partir de 1998. Também foi diretor da *División de Empresas y Entidades Prestatarias de Servicios Públicos de Saneamiento Basico* da AIDIS, entre os anos de 1994 a 1996. Aloísio possui longa trajetória profissional, tendo ocupado diversos cargos de destaque dentro da CEDAE.



Evandro Rodrigues de Britto (1985-1987)

O biólogo Evandro Rodrigues de Britto presidiu a ABES-Rio na gestão (1985-1987) e atuou ativamente no corpo técnico e diretorias da ABES, por onde lançou extensa bibliografia voltada ao saneamento básico e ambiental, tratamento de esgotos, tecnologias para o tratamento de esgotos, entre outras matérias voltadas ao tema. Anteriormente, em 1979 foi presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), atual INEA e da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA). Sua vida foi dedicada ao saneamento, teve participação decisiva em projetos de emissários submarinos e das estações de tratamento de esgotos sanitários para proteção da baía de Guanabara. Com carreira marcante no campo da biologia sanitária, atuando inclusive como professor em diversas universidades, Evandro era sobrinho-neto do engenheiro Saturnino de Britto, Patrono da Engenharia Sanitária.



Eduardo Pacheco Jordão (1987-1989)

O engenheiro Eduardo Pacheco Jordão presidiu a ABES-Rio na gestão (1987-1989). Além de professor, Jordão, como é conhecido pelos colegas, é sócio-fundador da ABES e figura como um dos mais destacados especialistas na área de tratamento de esgotos do Brasil. Engenheiro Civil pela Universidade do Brasil, atual UFRJ possui vários títulos acadêmicos, como: Master of Science em Engenharia Civil, com ênfase em Engenharia Sanitária, pela University of Wisconsin, USA; Doutor em Engenharia, com ênfase Engenharia Hidráulica, pela Escola Politécnica da USP; e Professor Visitante Emérito da Escola Politécnica da UFRJ. É autor do livro *Tratamento de Esgotos Domésticos* (em sua 8ª edição, com 15 mil cópias vendidas), sócio-fundador e membro do Conselho Diretor da ABES. Foi agraciado com o título de *WEF Fellow* pela *Water Environment Federation (USA)*. Além de ser consultor em projetos aplicados à engenharia sanitária e ambiental, com ênfase no tratamento de águas residuárias, reúso de efluentes e controle de poluição das águas.



Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite (1989-1991)

Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite é engenheiro e presidiu a ABES-Rio na gestão (1989-1991). É também professor do Departamento de Recursos Hídricos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1967), mestrado em *Environmental Engineering* pela *West Virginia University* (1971) e aperfeiçoamento em *Sanitary Engineering* pela *University Of Texas em Austin* (1973). Na vida pública, o professor já foi Subsecretário de Estado de Planejamento e Recursos Hídricos do Rio, Superintendente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretário de Obras do município do Rio, Presidente da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), da concessionária de água e esgoto Prolagos e da Companhia de Água e Esgoto de Petrópolis. Foi também Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.



José Eduardo Ramalho Ortigão (1991-1993)

O engenheiro José Eduardo Ramalho Ortigão, foi Vice-presidente na ABES-Rio na 7ª Diretoria (1987-1989), presidiu a ABES-Rio na gestão 1991-1993. Formado em Engenharia pela “Escola de Engenharia” na UFRJ, em 1976, e em Saneamento Ambiental e Saúde Pública pela ENSP-FIOCRUZ, em 1983. Foi conselheiro do CREA entre 1978 e 1981, sendo representante do CREA no COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana. Também foi conselheiro da ABCE (Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica) entre 1999 e 2001.



Joper Padrão do Espírito Santo (1993-1995); (1995-1997); (2003-2005) e (2005-2007)

Joper Padrão do Espírito Santo, presidiu a ABES-Rio em quatro gestões (1993-1995, 1995-1997, 2003-2005 e 2005-2007). Graduado em Economia e Finanças, e em Ciências Contábeis, com MBA em Gestão de Negócios; pós-graduado em Gestão Estratégica; e extensão em Estudos de Políticas e Estratégias. Além de presidir a seção Rio de Janeiro, ocupou outros cargos eletivos, como secretário e tesoureiro. Imortal pela Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ); pela Academia Nacional de Ciências Econômicas Políticas e Sociais – Academia Nacional de Economia ANE e pela Academia Brasileira Rotária de Letras (ABROL).



Eliane Pinto Barbosa (1997-1999 e 1999-2001)

Eliane Pinto Barbosa foi Vice - Presidente da ABES-Rio em duas gestões: (1995-1997 e 2001-2003). E a presidiu em (1997-1999 e 1999-2001). Além de exercer cargos eletivos. Formada em Biologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Exerceu vários cargos públicos, entre eles atuação na FEEMA desde 1979, assessora parlamentar para assuntos de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (1991-1999), Subsecretária Adjunta de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (1999-2000), Presidente da Superintendência de Rios e Lagoas do RJ - SERLA (2000-2002), Representante efetiva da SESARH (1999-2000) e da SERLA (2000-2002) na Comissão Estadual de Controle Ambiental e Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (2000-2002).



Lucio Henrique Bandeira (2001) e (2017-2019)

Lúcio Henrique Bandeira, foi presidente da ABES-Rio em duas gestões: (2001 e 2017-2019). Formado em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia – UFRJ, em 1973; com Mestrado em Saúde Pública, Área de Concentração “Saneamento Ambiental” pela Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ, em 2003. Exerceu vários cargos públicos. De 1976 a 1991 trabalhou na empresa Fundação Serviços de Saúde Pública- FSESP, no cargo de Superintendente Adjunto de Saneamento da Divisão de Engenharia e Ciência do Ambiente. De 1991 até 2008 trabalhou na empresa Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, ocupando o cargo de chefe de Gabinete da Presidência (de junho de 2000 a dezembro de 2001). De 1999 a 2000 trabalhou na Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, ocupando o cargo de Subsecretário Adjunto de Recursos Hídricos. Em 2003, trabalhou na Companhia Estadual de Água e Esgotos – CEDAE- RJ, no cargo de Superintendente da Diretoria de Projetos Especiais. Em 2005, trabalhou no Programa de Excelência na Gestão Pública – GESPÚBLICA – Núcleo Setorial de Saneamento. A partir de 2008, trabalhou na empresa LC Bandeira Consultoria e Participações Ltda ocupando o cargo de diretor presidente.



Ricardo Lisboa da Cunha (2001-2003)

Ricardo Lisboa da Cunha foi presidente da ABES-Rio na gestão (2001-2003), antes foi secretário no biênio 1985-1987. Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Nacional de Engenharia, em 1964. Pós-graduado em Economia e em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Exerceu cargos em diversas associações e órgãos públicos, como: CREA, SEAERJ e SURSAN. É um dos membros fundadores da FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente).



Isaac Volschan Junior (2007-2009)

Presidente no biênio (2007-2009) na ABES-Rio. Engenheiro Civil e Sanitarista, Mestrado em Engenharia Sanitária, Doutorado em Engenharia de Produção. Professor Titular do Depto. de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Escola Politécnica da UFRJ. Atua nos cursos de Graduação e Pós-graduação em Engenharia Civil e Engenharia Ambiental da UFRJ. Coordenador do Curso de Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental da UFRJ. Coordenador do Centro Experimental de Saneamento Ambiental da UFRJ. Coordenador de projetos de pesquisa no âmbito de programas da FINEP, CNPq, CAPES, FAPERJ e CYTED. Consultor da Fundação COPPETEC e de outras entidades para estudos e projetos de engenharia aplicados ao saneamento ambiental urbano. Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.



Ernani de Souza Costa (2009-2011) e (2011-2013)

Ernani de Souza Costa foi presidente da ABES-Rio em duas gestões: (2009-2011 e 2011-2013). É formado em Engenharia Civil, Engenharia Sanitária, e mestre em Engenharia Ambiental com experiência em projetos, gerenciamento e fiscalização de obras de saneamento. Professor da PUC-Rio, na área de saneamento, e professor de graduação e de mestrado da PUC em Engenharia Urbana e Ambiental. Atuou em vários países: Japão, Nicarágua, Honduras, entre outros. Executou e coordenou vários Planos Diretores de Esgoto, sendo o de maior expressão o da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Sergio Pinheiro de Almeida (2013-2015) e (2015-2017)

Sérgio Pinheiro de Almeida é formado em Engenharia Civil na Universidade Veiga de Almeida e se especializou em Engenharia Sanitária pela UERJ. Foi presidente da ABES-Rio em duas gestões: (2013-2015 e 2015-2017). Foi vice-presidente da entidade no biênio (2019-2021). Foi funcionário da CEDAE por 25 anos, exercendo o cargo de Gerente na Gerência de Projetos - GPT, alocado na Diretoria de Engenharia. Foi diretor técnico da ASEAC por três mandatos. Hoje é consultor autônomo em engenharia na área de saneamento.



Miguel Alvarenga Fernández y Fernández (2019-2021) e (2021-2023)

Presidente da ABES-Rio (2021-2023) e também já exerceu o cargo na gestão anterior (2019-2021). No biênio (2017-2019) foi vice-presidente da instituição e, antes disso, ocupou diversos cargos como secretário e tesoureiro. Miguel Alvarenga Fernández y Fernández, é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (2009), e Mestrado em Engenharia Urbana também pela UFRJ (2019). Atualmente é engenheiro civil hidráulico da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Professor do curso de Engenharia Civil do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase em Recursos Hídricos e Saneamento.



Estes são todos os presidentes da seção ABES-Rio que dedicaram seus esforços profissionais em prol do saneamento do Estado do Rio de Janeiro. A todos os presidentes e suas respectivas diretorias, o nosso muito obrigado!





Capítulo 8



Com os pés
no futuro

“

Nossa construção para o futuro é diária. E sempre com foco em fazer com que a ABES-Rio seja o centro de diálogo do setor de saneamento no estado. Estamos caminhando para essa direção com perspectivas de conquistar mais ação dentro do protagonismo nacional. Essa é uma tendência de agora que vai se estender para as próximas gestões. Trabalhamos para tornar a regional institucionalmente forte para que a entidade siga sólida independente dos focos que as futuras gestões possam ter. O grande desafio para o futuro é cuidar dessas bases, seja por meio de relações institucionais, acordos de cooperação técnica e elos que possam sustentar parcerias efetivas”.

Miguel Alvarenga Fernández y Fernández
Presidente da ABES-Rio (2019-2021 e 2021-2023)

“

Eu vejo a juventude atuando e conduzindo as coisas de forma bem diferente do que nós já fizemos: mais firme e forte. Eventualmente com a condução dos mais velhos participando e apoiando”.

Sergio Pinheiro de Almeida
Ex-presidente da ABES-Rio (2013-2015 e 2015-2017)

“

A ABES vai continuar crescendo em importância, e deve se voltar para toda a sociedade e não só os engenheiros, mas também universitários, biólogos, advogados. Tem que olhar para todos, inclusive os que não têm formação na área”.

Miguel Fernández y Fernández
Representante da ABES Nacional

“

Espero que a ABES continue se firmando como um fórum nacional de debate sobre o saneamento. Um local de livre debate que englobe pessoas de vários setores e áreas com visões diferentes e alto nível técnico”.

Mayra de Castilho Bielschowsky
Membra da diretoria da ABES-Rio (2019-2021 e 2021-2023)

“

Eu vejo com muita alegria o pessoal do JPS. Daqui 20, 30 anos a ABES vai continuar vibrante, com uma renovação muito grande, gente jovem e com muita vontade de trabalhar pelo saneamento no Rio de Janeiro. Então, vislumbro o futuro com muita gente com vontade de trabalhar pelo saneamento aqui no Rio. E de mãos dadas com profissionais de diversas áreas, pois embora a ABES seja uma entidade de engenharia, eu a vejo como uma entidade multiprofissional. Vejo com muita fé e com muita alegria a recuperação dos nossos sonhos mais essenciais, o de levar a universalização do saneamento para toda sociedade”.

Lúcio Henrique Bandeira
Ex-presidente da ABES-Rio (2001 e 2017-2019)

“

“Nada melhor do que vislumbrar para o futuro o que há anos já acontece na ABES. Eu diria que é 100%. Todos que se dedicam às causas da engenharia sanitária no Rio de Janeiro são de certa forma associados. E mesmo que não sejam sócios institucionais, ainda existe essa ligação intrínseca com a ABES. É impossível você imaginar um engenheiro sanitarista que trabalhe bem, dedicado e gerando resultados pela causa do saneamento no Rio de Janeiro que não seja ligado à ABES de alguma forma seja por frequentar os eventos, pelo acesso às informações que a entidade produz e disponibiliza, então, de alguma forma, todos os profissionais de saneamento são usuários da ABES. É isso que temos que conservar e cuidar para os próximos anos”.

Isaac Volschan Junior
Ex-presidente da ABES-Rio (2007-2009)

“

Para o futuro eu vejo a ABES mais flexível e menos estadista, na medida que os elementos se fortaleçam no setor privado. Acho que a ABES tem um papel muito forte em fazer política de saneamento, mas defendendo o fortalecimento das agências reguladoras que terão o papel de fiscalizar os contratos. A ABES terá o papel de fazer política, e que seja de fato uma política independente, focada na universalização de resultados”.

José Eduardo Ortigão
Ex-presidente da ABES-Rio (1991-1993)

“

“A ABES refletiu toda movimentação em torno do saneamento no Brasil e continua ocupando uma função muito importante até hoje com uma atividade ligada ao saneamento que vai crescer muito nos próximos 10 ou 20 anos por conta das concessões. Essas concessões vão realmente movimentar o setor, a indústria ligada ao saneamento e a área de projetos. E é por isso que a ABES vai ter mais relevância no novo cenário. Além da tradição, ela possui a capacidade de unir pessoas, conhecimentos e saberes de tal forma que a gente use cada vez melhor esses recursos fundamentais para o desenvolvimento da nossa cidade e do nosso país.”

Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite
Ex-presidente da ABES-Rio (1989-1991)

“

“Eu acho que a ABES tem uma importância muito grande inclusive por causa da incorporação da visão ambiental, além da questão do saneamento, por isso a entidade ampliou muito os horizontes. Então eu vejo que a ABES tem uma área de atuação muito importante, de acompanhar os desenvolvimentos, em ter sempre as regionais que integram um canal essencial de difusão de ideias. Temos sempre que lembrar como tudo aconteceu para conseguirmos vislumbrar como tudo continuará evoluindo no futuro”.

Haroldo de Mattos Lemos

Ex-presidente da ABES-Rio (1977-1979 e 1979-1981)

“

“Vejo a ABES-Rio do futuro sempre encarando desafios. E o nosso desafio hoje é mantermos nossa tradição de 55 anos com profissionais e empresas do mais alto valor de reconhecimento latino-americano no nosso quadro associativo. Para isso, precisamos fazer com que essa base segmente a entrada de novos associados. O Programa Jovem Profissional do Saneamento tem essa perspectiva, então precisamos dar passos ousados apoiando esses jovens para que mantenham a robustez. Só assim o futuro irá nos garantir um crescimento dentro de um novo cenário político institucional da nossa nação”.

Joper Padrão do Espírito Santo

**Ex-presidente da ABES-Rio (1993-1995)
(1995-1997) (2003-2005) e (2005-2007)**

“

“Espero que consigamos continuar a aglutinar, romper as fronteiras, não só as fronteiras dos setores, mas também fronteiras geográficas. Que consigamos reacender a importância da vida associativa entre as novas gerações para continuarmos a trajetória de sucesso da ABES”.

Eliane Barbosa

Ex-presidente da ABES-Rio (1997-1999 e 1999-2001)

“

“Com otimismo, vejo que nosso futuro seja captar o interesse do pessoal novo para agregarem à vida associativa. um trabalho árduo, mas imprescindível para que nossa trajetória continue vitoriosa.”

Jorge Luiz Paes Leme

Membro da diretoria da ABES-Rio (1980 a 2010)

“

“Eu acredito que a última década trouxe muitas dificuldades, com a pandemia e a conjuntura política. Mas acredito que as associações e sindicatos tiveram que resgatar algumas coisas e serem resilientes. Eu vejo a ABES como uma associação forte que possa realmente representar os trabalhadores.”

Clovis Francisco do Nascimento Filho

*Ex-presidente da ABES Nacional (1993-1995 e 1995-1997),
e ex-vice-presidente da ABES-Rio (1991-1993)*

“

“Como Fórum principal de debates e considerando cada vez mais inovação no setor, precisamos ganhar capacidade produtiva e compartilhar conhecimento. E nada melhor e mais importante do que ter uma associação forte que consiga congrega todos esses atores. A ABES-Rio permite essa troca de ideias, esse compartilhamento de soluções tão fundamentais e tão necessárias para o setor em todo país. A gente vive um momento da recente edição do Marco Nacional do Saneamento que nos traz metas claras de conquistarmos a universalização dos serviços de saneamento até 2033. Com água para 99% da população com tratamento e coleta de esgoto para 90% para toda população. São metas ousadas e o Rio de Janeiro sai mais uma vez na frente nesse processo e seguramente porque vai beber inspiração nos diversos encontros congressos com seus parceiros, todos pertencentes à ABES.

Leonardo Soares
Presidente da Companhia de Águas e Esgotos
do Rio de Janeiro (Cedae)

“

“Eu vejo uma ABES diferente, porque estamos num mundo em constante mudança. A começar pela era digital, por isso é essencial acompanhar essas mudanças. Como profissionais, estamos sempre nos atualizando e a associação também precisa se atualizar. Diante dessas questões eu vejo a ABES cada vez mais presente no digital, nas redes divulgando os cursos e as habilidades que nós profissionais, muitas vezes não aprendemos em sala de aula. A ABES pode trazer esse desenvolvimento de soft skills, impulsionar mentorias de carreiras, trazendo um pouco desse desafio do dia a dia de trabalho. São novos desafios totalmente possíveis de serem alcançados, afinal são 55 anos. Sempre oxigenando com ideias e inovação constante, que é muito forte na ABES”.

Rayssa Jacob
Coordenadora (2020-2022) do JPS-Rio
(Jovens Profissionais do Saneamento)

“

“A universalização do saneamento é um sonho de todos nós, da ABES, e do governo do estado também, certamente. É um compromisso que a gente assumiu, e a ABES tem um papel importante na construção das tecnologias e do conhecimento. Isso é fundamental para que, em conjunto com o governo do estado, com as concessionárias e com os atores locais, se torne possível ter o conhecimento necessário para efetivar esse processo da despoluição e da universalização do saneamento. É um grande desafio que só vai funcionar em conjunto. As concessionárias trazem tecnologia, recursos e muito conhecimento para a prática. Acredito que o desafio para os próximos 12 anos, de universalizar o saneamento no estado do Rio de Janeiro, a ABES tem um papel fundamental. Isso porque possui conhecimento desenvolvido com ações práticas. Eu não tenho dúvidas que a ABES vai cooperar para o processo de construção desse grande desafio que é o nosso saneamento funcionando 100%”.

Ana Larronda Asti

*Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade
do Estado do Rio de Janeiro e diretora do
Comitê de Bacia do Guandu*

“

“A ABES sempre teve um papel muito importante no desenvolvimento do saneamento do estado. Desde a época de estudante, eu tenho contato com a associação e ela cumpre um papel de excelência, porque reúne um corpo acadêmico, técnico e empresas, que representam todos que estão envolvidos no saneamento nacional. O Grupo Águas do Brasil participa dos congressos da ABES há mais de 20 anos com vários trabalhos apresentados. Temos certeza que a ABES cumprirá, como cumpre até hoje, um papel muito importante no saneamento do estado”.

Leonardo Righetto

Diretor-presidente da Rio+Saneamento

“

“A ABES foi muito importante até agora e vai continuar sendo importante neste momento para nos ajudar a construir o futuro. Não tenho a menor dúvida que a participação de que promoveu boa parte de toda essa mudança continuará sendo importantíssima. O grupo Águas do Rio e a ABES vão exercer parcerias para transformar o saneamento do Rio de Janeiro. E em 2033, vamos universalizar a parte do saneamento no estado do Rio de Janeiro, contribuindo para o aumento do turismo, aumento da qualidade de vida da população, da saúde, do emprego e do desenvolvimento desse estado. Contamos com a ABES e vamos andar de mãos dadas nessa grande revolução que vai acontecer não só no Rio, mas também no país como um todo”.

Alexandre Bianchini
Presidente da companhia Águas do Rio



A realização deste projeto só foi possível graças ao apoio de empresas parceiras, associados, diretores e colegas do setor de saneamento que acreditaram na importância do registro da memória da ABES-Rio. Abaixo, os nomes dos que participaram para a viabilidade deste livro.

Águas do Rio

Adilson Coutinho Seroa da Motta

Alceu Guérios Bittencourt

Carlos Mauricio Feital Jatahy

Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro)

Célia Regina Alves Rennó

Comitê Guandu

Eduardo Pacheco Jordão

Fausto Guimarães

Fernando Pena Botafogo Gonçalves

Gastão Henriques Sengés

Grupo Águas do Brasil

Hallison Daniel do Carmo Marques

Iguá Saneamento

Joper Padrão do Espírito Santo

José Alfredo Charnaux Sertã

José de Santa Rita

José Padrão do Espírito Santo

Josivan Cardoso Moreno

Jovens Profissionais do Saneamento Seção Rio

Karina De Moura Costa Alencar

Luiz Edmundo Horta Barbosa Da Costa Leite

Luiz Leal Netto Machado

Mickaela Midon Da Paixão

Miguel Alvarenga Fernández y Fernández

Miguel Fernández y Fernández

Paulo Belarmino da Rocha Júnior

Rayssa Vogeler Berquó Jacob

Renato Lima do Espírito Santo

Rodrigo Santos Hosken

Sergio Pinheiro de Almeida

Agradecimentos

“E o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir”

Milton Nascimento

O sucesso deste projeto só foi possível graças ao apoio, a colaboração e a confiança de muitas pessoas que ajudaram a torná-lo uma realidade. Por isso, fazemos questão de registrar aqui nossos agradecimentos.

Consideramos essencial agradecer, em primeiro lugar, a quem acreditou no projeto quando este era apenas uma ideia, especialmente aos que apoiaram financeiramente. A confiança desses parceiros, associados, diretores e amigos foram fundamentais para a concretização desta obra.

Especial foi também o apoio administrativo da ABES Nacional que nos cedeu todo acervo bibliográfico, documental e de publicações da entidade. Este material nos proporcionou condições de realizar uma vasta pesquisa para que essa história fosse consistente e detalhada.

Nosso mais profundo agradecimento a todos os personagens da memória da ABES-Rio e da ABES Nacional que gentilmente nos cederam profundas entrevistas. Essas testemunhas da história da entidade nos ajudaram a compreender de forma elucidativas os desdobramentos e conjuntura dos fatos. Sem essa rica história oral este livro nunca teria sido escrito.

E por último, nosso muito obrigado, carregado também de gratidão a todos os colegas fundadores, presidentes, diretores e sócios que estão e que não estão mais entre nós. Sem o trabalho árduo e diário de todos eles, não teríamos essa trajetória de tanto sucesso para registrar.

Diretoria (2021-2023)

Abes-Rio



Fontes entrevistadas

Alexandre Bianchini
Ana Lorranda Asti
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Eduardo Pacheco Jordão
Eliane Pinto Barbosa
Ernani de Souza Costa
Haroldo de Mattos Lemos
Isaac Volschan Junior
Jorge Luiz Paes Leme
José Eduardo Ortigão
Joper Padrão do Espírito Santo
Leonardo Righetto
Leonardo Soares
Lúcio Henrique Bandeira
Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite
Mayra de Castilho Bielschowsky
Miguel Fernández y Fernández
Miguel Alvarenga Fernández y Fernández
Rayssa Jacob
Ricardo Lisboa Cunha
Sergio Pinheiro de Almeida

Bibliografia

Livro de registro de atas da primeira diretoria da seção ABES do Rio de Janeiro

Sousa, Ana Cristina Augusto de Política de Saneamento no Brasil: atores, instituições e interesses. / Ana Cristina Augusto de Sousa. Rio de Janeiro: s.n., 2011

Emissários Submarinos de esgotos sanitários: conceitos gerais e avaliação de impacto ambiental”, de Renato Castiglia Feitosa e Paulo Cesar Colonna Rosman. Rio de Janeiro, 2020.

História do tratamento de esgotos do estado do Rio de Janeiro, Evandro Rodrigues de Britto. Editora LP-Books Ed. 01 São Paulo, 2015

Em defesa da vida, os 40 anos da Abes no Rio Grande do Sul. Seção Rio Grande do Sul, 2007

ABES 45 anos, Uma história de luta em favor do saneamento ambiental. ABES Nacional, 2011

O amanhã não está à venda, de Ailton Krenak, 2020. Companhia das Letras

História das ruas do Rio (e da sua liderança na história política do Brasil), Brasil Gerson, 6 ed. Editora Bem te vi, 2013.

Brizola, Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro. Editora Paz & Terra, 2015

Tancredo Neves, coleção perfis parlamentares, Câmara dos Deputados, 2010

Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas. Frederico A. Turolla. Brasília: IPEA, dez. 2002. 26p.

Política pública e gestão de serviços de saneamento. Org. Léo Heller e José Esteban Castro. Editora Fiocruz Editora UFMG, 2013

O saneamento básico no Brasil: um estudo sobre a distribuição de investimentos públicos federais nas cidades Médias entre 2004 e 2013 / Rodrigo Luiz Nascimento Lobo. -- Rio de Janeiro, 2016. UFRJ

Saneamento básico no Estado brasileiro contemporâneo: eficácia e desenvolvimento. Tese (doutorado) Cláudio Smirne Diniz - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento 2018 e 2022

Fontes Consultadas

Correio da Manhã, julho e agosto de 1958
Jornal do Brasil, 17 de julho de 1958
O Globo, 21 de abril de 1960
Correio Brasiliense, 1 de agosto de 1967
Jornal do Brasil, 1 de dezembro de 1975
O Globo, 26 de novembro de 1986
Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1988
Jornal do Brasil, 2 de maio de 1991
O Fluminense, 1 de junho de 1991
Correio Brasiliense, 6 de junho de 1991
Jornal do Brasil, 28 de março de 1992
O Globo, 28 de março de 1992
Jornal do Commercio, 18 de maio de 2009

Jornal da ABES, V.1, Nº 2, fev de 1975
Jornal da ABES, V.3, Nº 3, mar de 1975
Jornal da ABES, V.1, Nº 6, jun de 1975
Jornal da ABES, V.1, Nº 12, dez de 1975
Jornal da ABES, V.2, Nº 5, jan de 1976
Jornal da ABES, V.2, Nº 11, nov de 1976
Jornal da ABES, V.3, Nº 2, fev de 1977
Jornal da ABES, V.3, Nº 5, mai de 1977
Jornal da ABES, V.3, Nº 7, jul de 1977
Jornal da ABES, V.3, Nº 8, ago de 1977
Jornal da ABES, V.3, Nº 12, dez de 1977
Jornal da ABES, V.4, Nº 3, mar de 1978
Jornal da ABES, V.4, Nº 4, abr de 1978
Jornal da ABES, V.4, Nº 8, ago de 1978
Jornal da ABES, V.4, Nº 11, nov de 1978
Jornal da ABES, V.5, Nº 1, jan de 1979
Jornal da ABES, V.5, Nº 3, mar de 1979
Jornal da ABES, V.6, Nº 7/8, jul/ago de 1980
Jornal da ABES, V.7, Nº 1, jan de 1981
Jornal da ABES, V.7, Nº 4, abr de 1981
Jornal da ABES, V.8, Nºs 7/8, jul/ago de 1982
Jornal da ABES, V.8, Nºs 9/10, set/out de 1982
Jornal da ABES, V.8, Nº 11, nov de 1982
Jornal da ABES, V.9, Nº 6, jun de 1983

Jornal da ABES, V.10, Nºs 4/5, abr/mai de 1984
Jornal da ABES, V.10, Nº 6, jun de 1984
Jornal da ABES, V.10, Nºs 1/12, jan/dez de 1984
Jornal da ABES, V.11, Nºs 2/3, fev/mar de 1985
Jornal da ABES, V.11, Nºs 6, jun de 1985
Jornal da ABES, V.11, Nºs 10/11, out/nov de 1985
Jornal da ABES, V.13, Nº 1, jan de 1987
Jornal da ABES, V.13, Nº 7, jul de 1987
Jornal da ABES, V.13, Nº 8, ago de 1987
Jornal da ABES, V.13, Nº 12, dez de 1987
Jornal da ABES, V.14, Nº 3, mar de 1988
Jornal da ABES, V.14, Nº 4, abr de 1988
Jornal da ABES, V.14, Nº 9, set de 1988
Jornal da ABES, V.17, Nºs 3/4, mar/abr de 1991
Jornal da ABES, V.17, Nº 5, mai de 1991
Jornal da ABES, V.17, Nº 6, jun de 1991
Jornal da ABES, V.17, Nº 11, nov de 1991
Jornal da ABES, V.17, Nº 12, dez de 1991

ABES Informa Ano 3, Nº 1, jan de 1994
ABES Informa Ano 3, Nº 1, fev/mar de 1994
ABES Informa Ano 3, Nº 4, set/out de 1994
ABES Informa Ano 3, Nº 25 nov/dez de 1994
ABES Informa, Ano 4 - Nº1, jan/fev 1995
ABES Informa Ano 5, Nº 4, abr de 1996
ABES Informa Ano 5, Nº 6, jun de 1996
ABES Informa Ano 6, Nº 3 mai/jul de 1997
ABES Informa Ano 7, Nº 1 jan de 1998
ABES Informa Ano 7, Nºs 3/4 mar/abr de 1998
ABES Informa Ano 8 Nºs 5/8, mai/jun de 1999
ABES Informa Ano 9 Nºs 1/2, jan/fev de 2000
ABES Informa Ano 9 Nºs 9/10, set/out de 2000
ABES Informa Ano 10 Nºs 01/02, jan/fev de 2001
ABES Informa Ano 09 Nºs 07/08 jul/ago de 2001
ABES Informa Ano 12, mar/abr de 2003
ABES Informa Ano 12, set/out de 2003
ABES Informa Ano 12, nov/dez de 2003
ABES Informa Ano 13, mar/abr de 2004
ABES Informa Ano 13, nov/dez de 2004
ABES Informa Nº 04, 15 de nov de 2004

ABES Informa Nº 05, 22 de nov de 2006
ABES Informa Nº 08, 13 de dez de 2006
ABES Informa Nº 09, 03 de jan de 2007
ABES Informa Nº 10, 10 de jan de 2007
ABES Informa Nº 11, 17 de jan de 2007
ABES Informa Nº 22, 11 de abr de 2007
ABES Informa Nº 39, 09 de ago de 2007
ABES Informa Nº 48, 17 de out de 2007
ABES Informa Nº 51, 07 de nov de 2007
ABES Informa Nº 70, 09 de abr de 2008
ABES Informa Nº 85, 23 de jul de 2008
ABES Informa Nº 103, 26 de nov de 2008
ABES Informa Edição 121, abril de 2009
ABES Informa Edição 134, julho de 2009
ABES Informa Edição 152, novembro de 2009
ABES Informa Edição 165, março de 2010
ABES Informa Edição 170, abril de 2010
ABES Informa Edição 188, agosto de 2011
ABES Informa Edição 214, fevereiro de 2011
ABES Informa Edição 230, junho de 2011
ABES Informa Edição 245, outubro de 2011

Saneamento & Marketing ASEAC Ano I, Nº 2, jan de 1989
Saneamento & Marketing ASEAC Ano I, Nº 7, nov/dez de 1989
Saneamento & Marketing ASEAC Ano II, Nº 10, jul/ago de 1990
Saneamento & Marketing ASEAC Ano III, Nº 12, jan de 1991

SEAERJ Hoje Ano XIX, Nº 24, dezembro de 2014
SEAERJ Hoje Ano XX, Nº 24, julho de 2015
SEAERJ conta o passado (1862/2010)
Jornal SEAERJ Ano I, Nº 1 outubro de 1988
Jornal SEAERJ Ano I, Nº 10 outubro de 1989
Jornal SEAERJ Ano II, Nº 15 mai/jun de 1990
Jornal SEAERJ Ano III, Nº 26 setembro de 1991
Jornal SEAERJ Ano VI, Nº 68 nov/dez de 1996
Jornal SEAERJ Ano XII, Nº 87 out/nov/dez de 1996
Jornal SEAERJ Ano XIII, Nº 91 out/nov/dez de 2000
Jornal SEAERJ Ano XIV, Nº 92 jan/fev/mar de 2001

Vidativa Nº 1 out/nov de 1991

Vidativa Nº 9 jun de 1991

Vidativa Nº 18 out de 1991

Vidativa Nº 29 abr de 1992

Dossiê eleições locais ABES-Rio 1993/1995

Dossiê eleições locais ABES-Rio 2001/2003

Dossiê eleições locais ABES-Rio 2003/2005

Relatório anual de gestão (1971-1973)

Relatório anual de gestão (1974)

Relatório anual de gestão (1975)

Relatório anual de gestão (1976-1980)

Relatório anual de gestão (1994)

Relatório anual de gestão (2004)

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano I, Nº 2, nov/dez de 1991

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano III, Nº 1, jan/mar de 1991

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano VI, Nº 2, mai/jun de 1994

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano VII, Nº 2, mai/set de 1995

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XI, Nº 22, abr/jun de 2002

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano VI, Nº 2, jan/mar de 2003

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XIII, Nº 25, out/dez de 2004

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XIV, Nº 32, out/dez de 2004

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XV, Nº 34, abr/jun de 2005

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XI, Nº 16, out/dez de 2000

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XV, Nº 37, jan/mar de 2006

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XV, Nº 38, abr/jun de 2006

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XV, Nº 39, jul/set de 2006

Bio, Revista Brasileira do Saneamento e Meio Ambiente, Ano XV, Nº 40, out/dez de 2006

Sites

FGV Cpdoc - www.fgv.br/cpdoc
Hemeroteca Digital - www.bnnacional.bn.gov.br
AIDIS - www.aidisnet.org
ABES Nacional - www.abes-dn.org.br
ABES-Rio - www.abesrio.org.br
INEA - www.inea.rj.gov.br
Cedae - www.cedae.com.br
Águas do Rio - www.aguasdoria.com.br
Águas do Brasil - www.aegea.com.br
Comitê Guandu - www.comiteguandu.org.br
BNDES - www.bndes.gov.br
Seaerj - www.seaerj.org.br
Clube de Engenharia - www.portalclubedeengenharia.org.br
Senado Federal - www12.senado.leg.br
Câmara Federal - www.camara.leg.br
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - <https://www.alerj.rj.gov>
TJRJ - www.tjrj.jus.br
Folha de S. Paulo - www.folha.uol.com.br
Portal G1 - www.g1.globo.com
Portal Uol - www.uol.com.br
O Globo - www.oglobo.globo.com
Correio Braziliense - www.correio braziliense.com.br
Jornal do Brasil - www.jb.com.br
O Fluminense - www.ofluminense.com.br
Casa Fluminense - www.casafluminense.org.br
FIOCRUZ - www.portal.fiocruz.br
STF - www.stj.jus.br
IBGE - www.ibge.gov.br
Revista Exame - www.exame.com

Em 1967, no IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, realizado em Brasília, em meio aos mais de 700 participantes de todo Brasil, um grupo se organizou para fundar aquela que estava predestinada a ser a maior entidade representativa do saneamento básico do país: a ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).

Este livro é um documento dos 55 anos desta entidade com enfoque especial para o Rio de Janeiro, estado no qual a ABES fincou suas raízes desde a fundação com olhar especial para a seção ABES-Rio, que nasceu em 1975 para representar as questões de saneamento no estado.

O livro nasceu da vontade de proporcionar aos leitores um encontro com uma trajetória de lutas e de conquistas por meio de pesquisa realizada a partir do acervo documental e bibliográfico da ABES, além de registros de todos que participaram da construção da entidade até aqui.

A grandiosidade da ABES é resultado do esforço daqueles que se dedicaram por mais de meio século em defesa do saneamento no Brasil.



Realização



Parceiro



Patrocínio Exclusive



Patrocínio Standard

